



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC**

ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO PROCESSO DE
CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS: um estudo de caso da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB) no período de 2010 a 2013**

**SALVADOR
2016**

ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA

**A PARTICIPAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO PROCESSO DE
CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS: um estudo de caso da Universidade
do Estado da Bahia (UNEB) no período de 2010 a 2013**

Trabalho de Conclusão Final de Curso sobre formato de Diagnóstico, apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec), Departamento de Educação Campus I da Universidade do Estado da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Lídia Boaventura Pimenta

SALVADOR
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB
Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Souza, Ana Cleide Santos de

A Participação das Emendas Parlamentares no processo de Captação de Recursos Federais: um estudo de caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no período de 2010 a 2013 / Ana Cleide Santos de Souza. - Salvador, 2016.

161f.

Orientadora: Lídia Boaventura Pimenta

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC.

Contém referências e apêndices

1. Universidades e faculdades públicas - Bahia - Finanças. 2. Universidade do Estado da Bahia - Dotações e dispêndios. 3. Administração de projetos - Educação (Superior) - Bahia. 4. Emendas parlamentares - Educação (Superior) - Bahia. I. Pimenta, Lídia Boaventura II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.


CDD: 378.8142

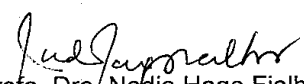
FOLHA DE APROVAÇÃO

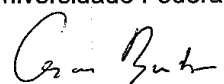
“A PARTICIPAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) NO PERÍODO DE 2010 A 2013”

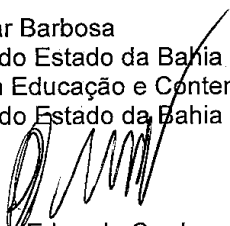
ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 23 de fevereiro de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Profa. Dra. Lidia Boaventura Pimenta
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Profa. Dra. Nadia Hage Fialho
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Prof. Dr. César Barbosa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB


Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso de Oliveira
Universidade Estadual de Feira de Santana
Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano
Universidade Salvador - UNIFACS

Aos meus maiores presentes divinos:
Antônio Francisco e Ian Pedro.

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vencida!

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado forças para chegar até este momento final, no qual vivencio agora a realização de um objetivo conquistado com muito esforço.

Aos meus pais, Antônio de Souza (i.m.) e Creusa Santos de Souza que me deram a oportunidade de nascer e adquirir conhecimento.

Ao meu companheiro, Itã Teodoro, e a meus filhos, Antônio Francisco e Ian Pedro, pelo apoio e compreensão durante as minhas ausências face à demanda de tempo exigida durante esta pesquisa. Sem o intenso amor deles, teria sido tudo muito mais difícil.

À Prof^a Dr^a Lídia Boaventura Pimenta, a paciente e competente orientação, que com sabedoria soube oferecer todas as condições necessárias à realização do presente trabalho e, com dedicação, fez-me superar os obstáculos e buscar novos caminhos.

À Prof^a. Dr^a Nádia Hage Fialho, a confiança em mim depositada, além do incentivo constante desde o projeto inicial. Suas competentes e assertivas considerações contribuíram para corrigir importantes aspectos deste diagnóstico, enriquecendo-o e elevando o seu propósito.

À Prof^a Marta Rosa Farias de Almeida Miranda, que sempre me orientou e trouxe palavras motivadoras para que eu avançasse na pesquisa.

Ao Prof. Dr. César Barbosa, cujos trabalhos venho acompanhando e ganhando motivação pelo fato dele também ser economista, estar na área de educação e ter desenvolvido pesquisa sobre o financiamento das universidades estaduais baianas.

Ao pessoal do Grupo de Pesquisa Educação Universidade e Região (EdUReg), o acolhimento durante os encontros e a preocupação em dar suporte a minha pesquisa.

A todos os professores do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho, através de seus ensinamentos e sugestões nas disciplinas.

Aos funcionários do corpo administrativo deste Programa, todos muito dedicados, prestativos e eficientes.

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Cardoso de Oliveira, pela disposição em fazer parte dessa Banca de Avaliação.

Ao poeta e Prof. André Leone Cruz pela competência e desprendimento em ajudar-me na revisão deste trabalho.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo apoio na construção e realização do presente trabalho.

Aos colegas da UNEB, em especial ao pessoal da SELCC e da PROPLAN, que tornaram a jornada mais humana e o desafio mais solidário.

Ao Prof. Dr. Djalma Fiuza e a todos os que colaboraram direta e indiretamente para a elaboração deste trabalho.

[...] Choca-me ver o desbarato dos recursos públicos para educação, dispensados em subvenções de toda natureza a atividades educacionais, sem nexos nem ordem, puramente paternalistas ou francamente eleitoreiras.

Anísio Teixeira

RESUMO

SOUZA, Ana Cleide S. **A Participação das Emendas Parlamentares no processo de Captação de Recursos Federais: um estudo de caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no período de 2010 a 2013.** 2016. Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, Bahia, 2016.

Este estudo faz uma análise do processo de captação de recursos da União via emendas parlamentares na Universidade do Estado da Bahia no período de 2010 a 2013. A reflexão surge diante dos avanços produzidos e das informações constatadas no SICONV, SELCC e no SIP, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos planos estruturantes da Universidade. Identifica a captação de recursos através de emendas parlamentares na UNEB, que teve início em 2006 e, por ser uma forma de transferência voluntária, caracteriza-se também por ser uma verba específica, designada diretamente para um projeto previamente escolhido pelo parlamentar. São abordados os procedimentos metodológicos no intuito de elaborar o diagnóstico da atuação da Universidade na captação de recursos via emendas parlamentares, com o objetivo de verificar como está inserida a elaboração de projetos de infraestrutura acadêmica ou de instalações físicas na Instituição, a fim de atender à demanda das unidades universitárias. Através de um estudo de caso, da análise documental e da observação participante direta da pesquisadora, são apresentados os resultados da pesquisa em que se mostra o que a UNEB conseguiu captar de convênios via emendas parlamentares nesse período. Por fim, são elencadas algumas recomendações como acrescentar no SIP, na parte de Planejamento, em Projetos, o item “Listar Projetos sob Proposta de Emenda Parlamentar” e, ainda, como relatório específico, acrescentar a opção de “Relação de Projetos por Emenda Parlamentar”. Assim, busca-se aprimorar este processo de captação na instituição e assegurar as ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A partir desse diagnóstico, espera-se o aumento de subsídios no processo de apresentação das emendas parlamentares e que isso possa também contribuir para a institucionalização e o fortalecimento da Universidade do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Captação de Recursos Federais; Emendas Parlamentares; UNEB.

ABSTRACT

SOUZA, Ana Cleide S. Parliamentary Amendments Participation in the process of Federal Funding Resources: a State University of Bahia (UNEB) case study in the period from 2010 to 2013. 2016 Department of Education, Bahia State University. Salvador, Bahia, 2016.

This study analyzes the process of attracting federal funds via parliamentary amendments at Bahia State University in the period from 2010 to 2013. This after thought arises due to the progress made and the information recorded at SICONV, SELCC and SIP, in line with guidelines established by the University' structural plans. The fund raising through parliamentary amendments at UNEB is identified, which began in 2006 and, as a form of voluntary transfer, is also characterized by being a specific fund, designated directly to a project previously chosen by the parliament. The existing funding methods are covered by the University, specifically in the amendments form in order to see how the development projects preparation or product operate within the institution; which ways they work to result new activity developments, services or products within the institution. Through a case study, document analysis and direct observation by the researcher, the study results are presented where we show UNEB was able to capture partnerships through parliamentary amendments during this period. Finally, some recommendations are listed on how to add at SIP, in the Planning department, in Projects, the item "List projects by Parliamentar Amendment Proposal" and also as a specific report, add the option of "Project Relations by Parliamentary Amendments". This way, our main goal is to polish this fund raising process inside the Institution and secure teaching, research, extension and management actions. Based on this diagnosis, we expect increased subsidies by the parliamentary amendments submission process and it can also contribute to the institutionalization and strengthening of the entire State University of Bahia.

Keywords: Federal Funding Resources; Parliamentary amendments; UNEB.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades Baianas	51
Quadro 2 – Execução Orçamentária das Funcionais Relativas às Emendas do Ministério da Educação para a UNEB (2009-2013)	101
Quadro 3 – Convênios firmados pela UNEB: com transferência voluntária de recursos no período 2008-2015	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instrumentos de orientação e regulamentação do Planejamento Público	58
Figura 2 - Formação da UNEB.....	81
Figura 3 - Tela do SIP para a verificação dos Projetos	107
Figura 4 – Novo item a ser inserido no SIP.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Despesas das Universidades Estaduais Baianas e Recursos do Tesouro (2010-2013)	48
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesa da União por função: Orçamento fiscal e da Seguridade Social - Despesas Liquidadas no exercício de 2010 a 2013	41
Tabela 2 - Governo do Estado da Bahia: Receitas e Despesas com Educação (2010 - 2013)	43
Tabela 3 - Despesas com Educação na Bahia por Subfunção (2010-2013)	44
Tabela 4 - Quantidade de IES Estaduais por Organização Acadêmica/Regiões do Brasil (2011)	45
Tabela 5 - Número de IES por categoria administrativa e Região Geográfica Brasil (2012)	46
Tabela 6 - Número de IES na Bahia por Categoria Administrativa (2008-2013)	46
Tabela 7 - Universidades Estaduais Baianas: distribuição dos recursos por fonte de financiamento (2010-2013)	47
Tabela 8 - Bahia: grau de execução orçamentária das Universidades Estaduais por fonte de financiamento (2007-2012)	48
Tabela 9 - Emendas parlamentares apresentadas pelos Partidos Políticos (2006-2012)	70
Tabela 10 – Valores empenhados por execução orçamentária (2010-2013)	89
Tabela 11 – Recursos transferidos pelo Ministério da Educação às Universidades Estaduais da Bahia (2008– 2014)	91
Tabela 12 – Quantidade das Emendas por órgãos/Ministérios (2006-2011)	93
Tabela 13 – Execução orçamentária das funcionais relativas às Emendas Parlamentares do Ministério da Educação na Bahia por Bancada (2009-2014)	93
Tabela 14 – Execução orçamentária das funcionais relativas às Emendas da Bahia pelo Ministério da Educação (2006-2014)	94

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Autorização para realização da pesquisa na Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB	125
APÊNDICE B – Relação dos Municípios em que a UNEB tem Campus	126
APÊNDICE C – Distribuição de Responsabilidades para a Educação Superior Pública entre os entes federados.....	127
APÊNDICE D – Estrutura Básica do Projeto para Implantação no SIP/UNEB ...	128
APÊNDICE E – As fases de um projeto	134
APÊNDICE F – Erros mais comuns em projetos	133
APÊNDICE G – Custo de Oportunidade dos Projetos	136
APÊNDICE H – Legislação específica sobre a Captação de Recursos	137
APÊNDICE I – Planejamento Público nos setores público e privado	138
APÊNDICE J – Execução Orçamentária das funcionais relativas às Emendas do Ministério da Educação para a Bahia (2010-2013)	139

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Planejamento.....	152
ANEXO B – Atividades recorrentes na PROPLAN, relacionadas à Gerência de Programas e Projetos Especiais.....	153
ANEXO C – Termo de Referência para elaboração de projetos via Emendas Parlamentares.	154
ANEXO D – Plano de Trabalho para os projetos a serem apresentados via Emendas Parlamentares na UNEB.....	155
ANEXO E – Planilha de Cotação de Preço – Aquisição de Bens ou Serviços a serem apresentados via Emendas Parlamentares.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CETEB	Centro de Educação Técnica da Bahia
CF	Constituição Federal
CFE	Conselho Federal de Educação
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CN	Congresso Nacional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSU	Conselho Universitário
CPE	Centro de Planejamento e Estudos
DEM	Partido dos Democratas
DEDC I	Departamento de Educação do <i>Campus I</i>
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GSF	Gasto Social Federal
IF/CEFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
NUPES/USP	Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, da Universidade de São Paulo
OBT	Ordem bancária de transferência voluntária
PAN	Partido dos Aposentados da Nação

PAR	Plano de Ações Articuladas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCR	Plano de Captação de Recursos
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Sociedade
PIB	Produto Interno Bruto
PIEC	Plano Integral de Educação e Cultura
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMR	Partido Municipalista Renovador
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
RCL	Receita Corrente Líquida
SDD	Partido Solidariedade
SELCC	Secretaria Especial de Licitações, Contratos e Convênios
SESEB	Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia
SGC	Secretaria Geral de Cursos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e controle no Ministério da Educação
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIP	Sistema Integrado de Planejamento
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRI/PR	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDO	Unidade de Desenvolvimento Governamental
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UNB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	23
1.2 PROBLEMA	23
1.3 OBJETIVOS	25
1.4 JUSTIFICATIVA	25
1.5 ESTRUTURA DO DIAGNÓSTICO	27
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 ENTENDENDO MELHOR UNIVERSIDADE	29
2.2 A GESTÃO NA UNIVERSIDADE	31
2.3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	40
2.4 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BAIANAS	51
2.5 GESTÃO DE PROJETOS NA UNIVERSIDADE	53
2.6 CAPTAÇÃO DE RECURSOS	55
2.7 PLANEJAMENTO PÚBLICO	58
2.8 EMENDAS PARLAMENTARES	65
2.8.1 Procedimentos para a composição das emendas parlamentares	72
3 A METODOLOGIA	75
3.1 ABORDAGEM	75
3.2 DESENHO DE ESTUDO	77
3.3 UNIDADE DE ESTUDO: A UNEB	78
3.4 ESTRATÉGIA DA PESQUISA	82
3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	84
3.6 PROCEDIMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	84
4 A UNEB E O SEU PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	87
4.1 O PLANEJAMENTO NA UNEB	87
4.2 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA UNEB	89
5 AS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO DA UNIÃO	91
5.1 AS EMENDAS PARLAMENTARES NA UNEB	96
5.2 AS FRAGILIDADES DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO ATRAVÉS DAS EMENDAS PARLAMENTARES	104

5.3 PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES	105
5.4 UM NOVO MODELO DE CAPTAÇÃO PARA A UNEB ATRAVÉS DE EMENDAS PARLAMENTARES	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICES	124
ANEXOS	151

1 INTRODUÇÃO

As instituições de educação superior são responsáveis pela produção e difusão de conhecimento, exercendo um papel importante na sociedade. A dimensão pública destas instituições é comprovada pela sua capacidade de representação social, científica, artística e cultural, onde, para ampliar essa representatividade, se faz necessário assegurar a produção de conhecimento inovador e crítico respeitando a diversidade e o pluralismo, inerentes à transformação da sociedade e à formação do cidadão.

Para Erbano (1998; p. 29), quando nos referimos às instituições de ensino superior no setor público precisamos associar a sua missão à preocupação com a construção de uma sociedade mais justa e mais humana, que configure uma nova ordem, revelando mais força e mais representatividade junto à sociedade, ao governo e demais Instituições.

Anísio Teixeira, através de suas obras intituladas *A Expansão do Ensino Superior no Brasil* (1961) e *Administração Pública Brasileira e a Educação* (1956), entre outras, mostra-se estudioso desta temática de concepção de universidade e a sua relação com a ciência e a cultura. Ele não só desenvolveu uma reflexão sobre a questão da universidade, como também teve a oportunidade de solidificar suas ideias através da criação da Universidade de Brasília (UnB). Assim, afirma que as universidades têm uma longa história, durante a qual sobrevieram transformações e alternativas que a levaram a desempenhar a função social de alargar e transformar a mente humana pelo acesso ao conhecimento, de desenvolver o saber humano e de transmitir o conhecimento. Esta última, de acordo com o autor, é a que ainda mais precisa de ajustes. Segundo suas declarações, para existir democracia no Brasil precisa-se de ensino público com qualidade, onde as universidades públicas precisam ser defendidas como um direito democrático. Desse mesmo modo, alguns estudiosos como Marilena Chauí (2001 e 2003) e Nádia Fialho (1998 e 2009) também abordam esta temática, com óticas distintas, mas ambas questionam as medidas de exclusão adotadas pelo Estado em contraponto a este direito no sentido de que ao se diminuir o financiamento, diminui-se também o acesso à Educação.

Uma modalidade de exclusão adotada pelo estado caracteriza-se pela alocação insuficiente de recursos, no caso em particular, às Universidades

pertencentes ao setor público. Neste estudo, que aborda emendas parlamentares na esfera federal como possibilidade de captação de recurso por uma instituição universitária, apresenta-se um breve relato quanto à execução orçamentária a fim de facilitar o entendimento do processo de captação de recursos por meio das emendas parlamentares.

A legislação brasileira norteia o funcionamento do orçamento público federal. O Congresso Nacional, através de sua bicameralidade, oriunda do modelo federalista instalado no país, sendo composto pelo Senado Federal e pela Câmara de Deputados, controla as finanças públicas, participando do orçamento público federal na elaboração e aprovação das leis e fiscalização do Estado. É necessário compreender o processo orçamentário brasileiro, suas alterações e inovações, para se entender como se dá a captação de recursos nas universidades públicas, para depois se analisar a questão das emendas parlamentares e a carência de projetos específicos para a área da educação. Esta, quando relacionada às outras áreas, acaba por perder espaço no recebimento de incentivos diante dos inúmeros problemas e desigualdades existentes.

Para Kohama (2008), o orçamento é a previsão de receitas e a fixação de despesas durante o período de um ano, sendo uma peça fundamental na administração das finanças do Estado, disciplinado pela Contabilidade Pública. Entende-se que o orçamento público é um instrumento de planejamento para que os gastos do governo se aloquem da maneira mais eficiente em prol do interesse público.

A proposta desta pesquisa é tentar abreviar a lacuna existente entre a elaboração de projetos pela comunidade acadêmica da UNEB e a captação de recursos, evidenciando a importância fundamental do professor que desenvolve pesquisa como responsável pela implementação dos citados projetos.

As emendas parlamentares representam muito pouco no orçamento da União, mas em relação aos congressistas elas são motivo suficiente de garantia de mandato. O governo brasileiro disponibiliza recursos via emendas à proposta orçamentária, responsáveis pelo impacto expressivo na comunidade beneficiada. No orçamento da educação, no âmbito federal, o montante advindo de emendas é efetivado por convênios e se destinam a ações de investimento. Neste estudo, a autora elabora um diagnóstico da captação de recursos através das emendas parlamentares na UNEB, no período de 2010 a 2013.

No Brasil, o processo de captação via emendas parlamentares é observado por Clarice Melamed e Sergio Piola (2011; p.288) entre outros e se caracteriza por envolver questões políticas, visto a possibilidade de intervenção do parlamentar no orçamento federal se tornou uma ferramenta a mais de barganha entre os Poderes. Segundo Melamed (2011), os recursos possuem valor político no âmbito federal e grande expressão nos pequenos territórios e localidades do país.

A responsabilidade da instituição universitária e os avanços tecnológicos exigem que tais instituições imprimam nas suas atividades - ensino, pesquisa, extensão e gestão - ações específicas na produção e disseminação, com intuito de promover a interdependência da comunidade acadêmica. Esta iniciativa pede reestruturações em sua organicidade e reflexões sob o poder de gestão.

As universidades públicas, mesmo com a sua atuação acentuada na sociedade, enfrentam limitações impostas pela legislação relativas às áreas financeira, de captação de recursos e de pessoal. Tais instituições, no limite de suas competências, vêm utilizando alternativas na busca de complemento ao orçamento disponibilizado pelo mantenedor, o governo. Desse modo, as instituições universitárias administradas pelo setor público promovem ações de dinamização, evidenciando a importância de se estabelecer novas parcerias para aquisição de equipamentos modernos, pesquisadores motivados e uma maior mobilidade de capital destinado ao ensino, pesquisa e extensão.

No Brasil, principalmente quando se trata de universidade pública, estudiosos realizam pesquisas relativas aos princípios que norteiam a gestão, sua estrutura organizacional, sua relação com o governo e sobre o planejamento estratégico. Toda essa problemática sobre a gestão universitária tem sido motivo para o desenvolvimento de estudos e reflexões de pesquisadores como Victor Meyer Jr. (1988), Almeri Paulo Finger (1988), entre outros.

No processo de captação de recursos nas universidades públicas, prioriza-se a orientação de como elaborar os programas e os projetos para obter recursos que financiem os trabalhos desenvolvidos, sejam financeiros, materiais ou de serviços. Os processos de captação demandam o domínio de múltiplos conhecimentos inerentes à elaboração de projetos, a exemplo de: participação dos envolvidos; construção de indicadores; realização de pesquisas e estudos; tratamento de dados; fundamentação necessária à evidência da relevância; metodologias, tecnologia e

contribuições das propostas em termos de impacto; resultados e alcance social e; por conseguinte, a realização de avaliações.

Neste sentido, a autora propõe, a partir deste estudo, elaborar diagnóstico referente ao processo de captação de recursos através das emendas parlamentares na UNEB no período indicado, que permita compreender a dinâmica de concepção de projetos com a participação da comunidade acadêmica da UNEB. Isto subsidiará a conquista de novas parcerias, sobretudo, o fortalecimento da universidade, unidade de estudo, potencializando o seu orçamento, através da constituição de parceiros para alavancar a eficácia, a eficiência e a efetividade durante o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Nas instituições de ensino superior administradas pelo setor público se observa grande diversidade de ações desenvolvidas pelos professores e técnicos administrativos, os quais possuem fundamental importância na elaboração de projetos. Todas as ações decorrem da necessidade de implementação de atividades inerentes à atuação da instituição.

Assim, a política de captação de recursos, especificamente via emendas parlamentares, depende diretamente da ação dos docentes e técnicos, além da necessidade de incentivo dos gestores com a articulação e o envolvimento de todos os setores, cujas atribuições tenham relação com a captação, execução e prestação de contas dos recursos captados.

1.2 PROBLEMA

Diante da problemática apresentada, tendo como pano de fundo a elaboração de projetos e a captação de recursos via emendas parlamentares, propôs-se o seguinte problema de pesquisa:

Como se desenvolve a participação das emendas parlamentares oriundas do orçamento da União no processo de captação de recursos da UNEB, no período de 2010 a 2013?

Para Gil (2009, p. 10; 12) os interesses para escolha de problemas de pesquisa são determinados por diversos fatores, sendo os mais importantes os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais. É interessante transformar as noções iniciais do pesquisador em outras que se refiram diretamente a fatos empíricos e não apenas a percepções pessoais. Nesta pesquisa, o aspecto dos incentivos sociais teve maior influência na investigação por propiciar o desenvolvimento de futuras pesquisas e o aprimoramento das técnicas já empregadas na Instituição.

Adota-se, como pressupostos básicos para o desenvolvimento deste estudo, a existência de um amplo quadro de professores na UNEB que utilizam o Sistema Integrado de Planejamento (SIP), ferramenta disponível a toda a comunidade acadêmica, para a inserção de projetos, os quais são monitorados constantemente pelos gestores no intuito de otimizar o planejamento das ações a serem implementadas.

Segundo Gil (2009; p.11) ao escolher um tema para a pesquisa, este por si só não se constitui um problema, mas, ao formular perguntas sobre este tema, inicia-se a problematização, gerando uma ou mais questões a serem discutidas na pesquisa.

Dessa forma, após a formulação do problema de pesquisa, levanta-se como direção e orientação neste estudo as seguintes questões orientadoras:

- 1) Como a UNEB articula com os parlamentares a fim de obter projetos financiados via emendas parlamentares?
- 2) A universidade considera em sua programação anual os prazos de financiamento, em específico das emendas parlamentares previstas no orçamento da União?
- 3) O processo e os critérios que norteiam a captação de recursos na UNEB, por meio de emendas parlamentares, configuram-se transparentes e acessíveis a toda a comunidade acadêmica?
- 4) A comunidade acadêmica precisaria de um maior apoio e suporte da gestão para a elaboração e consolidação dos projetos?

A partir das questões aqui descritas, foram estabelecidos os objetivos geral e específicos.

1.3 OBJETIVOS

Como objetivo geral apresenta-se: Investigar a participação das emendas parlamentares oriundas do orçamento da União na captação de recursos da UNEB, no período de 2010 a 2013, destacando as suas potencialidades e dificuldades.

O objetivo geral foi subdividido em quatro objetivos específicos que nortearam a consecução do trabalho versando sobre a UNEB e seu ambiente institucional quanto à elaboração de projetos para captação de recursos via emendas parlamentares:

- a) Conhecer o processo de captação de recursos via emendas parlamentares adotado pela UNEB;
- b) Investigar a estratégia que aproxime a UNEB dos parlamentares federais, viabilizando as ações de captação de recursos via emendas parlamentares;
- c) Estudar a dinâmica ou operacionalização de apoio e suporte da administração da universidade à comunidade acadêmica quando da elaboração de projetos para financiamento pelo governo federal;
- d) Identificar os critérios para captação de recursos via emendas parlamentares na UNEB no período de 2010 a 2013;

1.4 JUSTIFICATIVA

Ante esses pressupostos, a concepção de universidade nos direciona a algumas mediações cabíveis considerando os desafios existentes no financiamento destas instituições quando administradas pelo setor público brasileiro. Nas instituições universitárias, em especial as estaduais, as questões relativas a modelos, eficiência na elaboração de projetos, estratégias de financiamento e planos de captação de recursos vêm ganhando espaço frente às inúmeras

necessidades que o orçamento aprovado pelo mantenedor já não é capaz de atender.

A questão da elaboração de projetos sob a coordenação dos professores é uma das mais complexas no âmbito da educação superior pública, e a capacidade de administrar estas instituições é tema recorrente nos encontros, fóruns entre gestores e estudiosos desta área.

O tema despertou o interesse da autora por oferecer a oportunidade de realizar estudos em duas áreas presentes no seu dia a dia: a) a dinâmica de funcionamento da universidade pública estadual; b) a atuação como analista universitária na UNEB, com a oportunidade de desenvolver trabalhos diretamente relacionados a sua formação acadêmica: graduação em economia, com especialização em docência no ensino superior.

As ações de pesquisa serão orientadas objetivando compreender a participação das emendas parlamentares na captação de recursos na UNEB. Percebemos a universidade com grandes necessidades de investimento e com recursos orçamentários e financeiros bastante limitados. Assim, despertou-nos a curiosidade da investigação por meio desta pesquisa, com a criação de diagnóstico voltado para colaborar com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e com o seu processo de planejamento. Esperamos que o modelo de gestão adotado pela UNEB seja dinâmico e que enfrente os entraves que as universidades públicas brasileiras enfrentam no que diz respeito à insuficiência de recursos. Logo, estabelecemos aqui estratégias para contribuir com uma solução, agregando valores afirmativos para elas, em especial a UNEB.

1.5 ESTRUTURA DO DIAGNÓSTICO

Para desenvolver o debate sobre a participação do professor na elaboração de projetos para a captação de recursos via emendas parlamentares na UNEB foram estabelecidas estratégias com o enfoque em assuntos específicos.

A fundamentação teórica da pesquisa serviu de apoio para estabelecer as bases, definir políticas e conceitos, além de outros questionamentos que foram abordados no estudo.

No que diz respeito à disposição dos capítulos, o trabalho foi estruturado da seguinte forma:

a) A introdução apresenta o tema, a contextualização, a delimitação do objeto, a problemática, a suposição, os objetivos geral e específicos, a escolha do campo empírico desta pesquisa e os argumentos quanto à realização da pesquisa;

b) O segundo capítulo discorre sobre a estrutura do diagnóstico;

c) O terceiro capítulo compõe a fundamentação teórica que auxilie o entendimento sobre a temática e possibilite a elaboração do diagnóstico, no entendimento de universidade, de sua gestão, sua relação com a autonomia, do financiamento da educação superior, da apresentação das universidades públicas baianas e da explanação sobre a gestão de projetos na universidade;

d) O quarto capítulo discorre sobre abordagens, desenho de estudo, sujeitos da pesquisa, estratégia da pesquisa, procedimentos éticos, procedimentos de acesso à informação, pressupostos detalhados da metodologia da pesquisa;

e) O quinto capítulo trata da caracterização da universidade *lócus* de estudo, com destaque para sua evolução histórica, importância social, econômica e cultural na região. Foram apresentadas informações sobre a estrutura e funcionamento da área de planejamento e a sua captação de recursos.

f) O sexto capítulo traz a parte empírica, de como se evidenciou a captação via emendas parlamentares na UNEB. A partir dos objetivos de pesquisa, foram apresentados os resultados da análise dos dados coletados, balizados no referencial teórico;

g) No sétimo capítulo, constam as considerações finais, tendo como base as observações identificadas, limitações da pesquisa e recomendações.

O estudo apresenta um diagnóstico da UNEB em determinado período de tempo, valendo-se desta pesquisa documental.

Descritas todas estas proposições, destaca-se a Universidade e a sua missão de fundamental importância para a formação crítica humana, o descrédito em relação ao governo, mantenedor, nas questões de investimento, a necessidade de captar recursos externos, a gestão de projetos na UNEB e a participação da comunidade acadêmica na elaboração de projetos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A composição da fundamentação teórica da pesquisa teve sempre em vista o alcance do seu objetivo geral de averiguar a captação de recursos via emendas parlamentares ao orçamento da União, no período de 2010 a 2013, destacando as potencialidades e as dificuldades. Para tanto, o estudo foi idealizado a partir dos seguintes pilares: contextualização da gestão na universidade, o conceito de universidade e o processo de financiamento da educação superior; gestão de projetos na universidade; planejamento público.

2.1 ENTENDENDO MELHOR A UNIVERSIDADE

Na busca da concepção de universidade, provoca-se a interpretação do seu conceito. Em um dos modelos apresentados por Wolff (1993), a universidade surge como linha de montagem para o homem do sistema. As instituições universitárias trazem valores e interesses próprios decorrentes de sua interação social. Segundo Marilena Chauí (2003, p. 5), a universidade, por ser fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, é estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores que a caracterizam como uma instituição social, bem como, pela missão que desempenha na formação do cidadão e do profissional.

Para Santos (2003), como função social, as instituições universitárias representam um segmento da sociedade que reflete as opiniões, com projetos que ressaltam as divisões e contradições dessa mesma sociedade.

Fialho (1998, p.35) constata que não existe “um conceito único e universalmente válido de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempos e espaços diferentes”.

Segundo Belloni (1992), o conceito de universidade parece promover uma maior aproximação com a ideia de missão, desalojando arcaicas simplificações atribuídas ao sentido da sua participação no percurso de uma longa trajetória humana e social.

Roberto Romano (1992, p.56) diz que a função social da universidade é a de ser universidade, deixando de se constituir numa caixa de ressonância de interesses partidários, ideológicos, religiosos, e cujo “compromisso” é, por natureza, “universal e eminentemente ético”.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1998), concebe a universidade como uma instituição voltada, sobretudo, para a produção de conhecimentos científicos e para a formação das qualificações necessárias ao mundo do trabalho.

Diante a ideia de Universidade, apresentada por estes autores, nesta pesquisa, acredita-se que o ponto de vista de Fialho (1998) e de Santos (2003), visto que Romano (1992) afirma que nas universidades não existem interesses partidários e ideológicos.

A universidade também é considerada uma instituição especializada no desenvolvimento da educação ao longo de toda a vida e que trabalha na preparação, de forma integral, dos indivíduos para viverem em sociedade, contribuindo na socialização e na conservação do patrimônio cultural. Percebe-se que as universidades possuem caráter diferenciado, empenhadas no esforço contínuo de resolver questões locais e regionais, visando à aproximação do mundo acadêmico aos diversos setores da sociedade. Nelas, encontra-se a pertinência e a obrigatoriedade de discussões, produção de conhecimento científico, crítica da política vigente e inclusive do que ela mesma produz para as próprias instituições universitárias. Esta função social fortalece a sua estrutura, destacando os pesquisadores neste processo transformador.

Todas essas variáveis externas às universidades, como elevado índice de desemprego e realidade política, social, histórica e cultural da sociedade, funcionam tanto na reprodução de problemas como desigualdades sociais e profissionais capitalistas, esta última envolve a competitividade e a renda, como também expõe inúmeros dilemas sociais relacionados à formação crítica dos sujeitos (DEMO, 2004; SAVIANI, 2002).

Assim, também, nas universidades, precisa-se analisar o aspecto relacionado à convivência entre autonomia e dependência nas relações da instituição com a sociedade, que de um lado depende legal e economicamente e de outro recebe o conceito de importância e respeito em decorrência do trabalho que desenvolve.

As universidades públicas, como agente político, possuem um reconhecimento e uma identidade organizacional que não se deve subordinar o seu gestor a nenhuma autoridade pública qualquer. No caso das estaduais, elas são organizações do estado, ente federado, mas não podem se submeter a este tipo de relação hierárquica. É preciso tratá-las com um grau de diferenciação em relação às outras instituições.

Para Odete Medauar (2005), no caso das autarquias universitárias, ela identifica alguns aspectos que determinam essa situação de autarquia especial. Nas universidades, há a nomeação do reitor pelo chefe do Poder Executivo; sua organização e funcionamento constam no seu estatuto próprio e regimento geral, ambos elaborados pela universidade. Ainda assim, possui órgãos colegiados centrais com funções deliberativas e normativas com a participação de seus representantes docentes e discentes.

Segundo Ranieri (2013; p.54), a autonomia das universidades na contemporaneidade nos mostra uma progressiva centralização estatal em seu processo de burocratização, submetendo as antigas universidades cada dia mais à supervisão pública, o que diminui a sua autonomia.

A Universidade possui uma gestão político-administrativa com atividades fins e meios na obtenção da eficiência e eficácia em uma cultura organizacional composta por discentes, docentes, técnicos e terceirizados, estes vivenciam um processo de exclusão na formação da consciência do grupo. A política precisa de uma generalidade para que haja a especificidade. Assim, percebe-se que o processo de gestão depende de um conjunto de fatores que precisam estar em constante harmonia para bom funcionamento da organização, as autarquias não necessariamente possuem autonomia.

Neste trabalho, escolhemos a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como unidade de estudo, cuja caracterização será apresentada no próximo item, a fim de possibilitar melhor compreensão de seu processo de gestão.

2.2 A GESTÃO NA UNIVERSIDADE

Para entender o processo de gestão da universidade, destaca-se, em primeiro lugar, o seu surgimento, a sua missão, objetivos e finalidades. As

atribuições e competências de seus dirigentes, sua estrutura organizacional são análogas às de qualquer outra organização. Esse processo deve considerar o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diversas áreas de conhecimento. Para Cardim (2004), esta concepção se baseia no conhecimento da instituição de ensino superior (IES) da comunidade a qual serão prestados os serviços e suas necessidades e do ideal que norteie as ações da universidade.

O objetivo de atuação na universidade fundamenta-se na articulação dos processos de gestão entre a educação superior e a educação básica, cujo legado devemos a Anísio Teixeira. (FIALHO, NOVAES, 2009).

Para Lídia Boaventura (2007, p.84-85):

A gestão de uma instituição universitária deve promover e ampliar a integração entre docentes, discentes, técnico-administrativos e a comunidade externa e estar devidamente instrumentalizada para enfrentar os processos de credenciamento, recredenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, incluindo-se a avaliação e o consequente financiamento para manutenção, projetos, novos investimentos, essenciais para a efetivação dos mencionados processos. Assim, entende-se que a gestão universitária abrange a administração acadêmica, com suas normas específicas, quadros de docentes e de técnico-administrativos disponíveis e suas peculiaridades em termos de quantidade, titulação e qualificação; instalações físicas (salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, espaços de convivência, auditórios) e equipamentos; bem assim, a administração do patrimônio e dos recursos financeiros, cujo processo decisório obedece, prioritariamente, a uma estrutura decisória colegiada.

Segundo Carlos Eduardo Oliveira (2014, p 133):

Quanto a esse debate na melhoria da gestão da universidade pública brasileira, acrescentam-se outros elementos que tornam ainda mais complexos os desafios a serem alcançados, tais como: capacidade desigual de captação de recursos financeiros externos entre as diversas áreas de conhecimento; aderência limitada aos interesses e problemas concretos da sua região de inserção pelo enclausuramento acadêmico; e percepção governamental restrita do potencial de contribuição das universidades, enquanto agentes de transformação na sua região de influência.

A administração trata do estudo e sistematização de práticas usadas por meio da ciência social. É o ato de gerenciar com o objetivo de alcançar metas definidas.

Segundo Maximiano (2006; p.6) a administração é o processo de tomada de decisões sobre objetivos e utilização de recursos. Para Chiavenato (2000; p. 11), a administração é a maneira de governar organizações ou parte delas, sendo o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos organizacionais para conseguir determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz.

Percebe-se então, que a administração, em seu exercício, encontra-se presente em todas as áreas da sociedade, partindo do individual para o geral, com um papel importante em todas as esferas institucionais, seja ela grupal, política, social, individual ou familiar.

Para Maximiano (2006), Frederick Taylor, o pai da Administração Científica, e seus seguidores transformaram a administração da eficiência do trabalho em um corpo de conhecimentos com vida própria.

Com a necessidade de um novo conceito de administrar, além das tarefas de coordenar e planejar, incorporando um novo momento cultural, social e político, surgiu o termo gestão para superar a visão tecnicista da administração. Segundo o conceito clássico desenvolvido no início do século XX por Henry Fayol, a gestão deve atuar através de atividades de controle de forma a atingir os objetivos que foram previamente determinados pela organização. Assim, cabe à gestão a otimização do funcionamento das organizações através da tomada de decisões racionais e fundamentadas nos dados recolhidos que possuem relevância. De acordo com este conceito, as organizações tendem a se desenvolver satisfazendo os interesses da maioria dos colaboradores, funcionários de sua equipe gestora e da sociedade.

Considerando que a unidade de estudo, a UNEB, é uma autarquia da administração pública estadual, há que ser evidenciado o contexto da gestão no setor público. Na administração as estruturas são rígidas, hierárquicas e formais, na gestão existe horizontalidade e integração. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal (CF) de 1988 a administração pública é o conjunto das normas, leis e funções desempenhadas para organizar a administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para Hely Lopes de Meirelles (2010; p.55), o estudo da administração pública em geral, abrangendo a sua estrutura e as suas atividades, deve partir do conceito de Estado, sobre o qual se assenta toda a concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados à sociedade. Em sua organização ela se subdivide em administração direta, indireta e atividades paraestatais. A UNEB, unidade de estudo desta pesquisa, é uma autarquia, enquadra-se, pois, na administração indireta.

De acordo com um dos fundadores do estudo sociológico moderno, o economista alemão Max Weber (1979), qualquer sociedade, grupo ou organização que se baseie em leis racionais é burocrática. Ele afirmava que as organizações formais são baseadas em leis que as pessoas acreditam serem racionais e adequadas aos objetivos comuns, agindo de acordo como os seus interesses. A Teoria Burocrática se desenvolveu devido à fragilidade e imparcialidade das teorias clássicas e das relações humanas, não obstante a relevância da Teoria das Organizações. Existia uma necessidade de um modelo que caracterizasse todas as variáveis envolvidas e o comportamento dos seus membros.

Para Max Weber (1979), a burocracia é a organização eficiente por excelência e para conseguir esta eficiência, a burocracia precisava detalhar minuciosamente e de forma antecipada como tudo deveria acontecer. Os estudiosos das ideias de Weber afirmam que os conceitos dele se aplicavam somente às empresas e governos e que não abrangiam todas as organizações. As organizações formais se caracterizam pela formalidade, impessoalidade e profissionalismo.

Segundo Charles Perrow (1972), a Teoria Burocrática apresenta particularidades, interesses pessoais, excesso de regras e hierarquia.

Para Willian Roth (1993), a Teoria Burocrática apresenta mecanicismo, individualismo, pouca comunicação, desestímulo à inovação e fraca responsabilidade.

Analogamente, para Robert Merton (1970), a Teoria Burocrática apresenta excesso de regulamentos, de formalidades, resistência a mudanças, fracas relações humanas, excesso de autoridade negativa, hierarquia de processos decisórios e atendimento difícil.

Depois desses entendimentos, pesquisou-se sobre a Teoria da Contingência ou Teoria Contingencial, que ressalta que não há nada de absoluto nas organizações ou na teoria administrativa. Segundo este pressuposto teórico, existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização. Existem as variáveis administrativas (dependentes) e as variáveis do ambiente (independentes), elas não estabelecem relações de dependência e sim funcionais, pois podem contribuir na obtenção dos objetivos da organização. Para Chiavenato (2000), as empresas bem sucedidas são as que conseguem se adaptar às demandas ambientais e estabelecer relações diretas e indiretas entre estas duas variáveis. A

gestão para ser atuante precisa desenvolver a gestão contingencial. Assim, percebe-se que o processo de gestão depende de um conjunto de fatores que precisam estar em constante harmonia para o bom funcionamento da organização. Outra questão importante que precisa de análise na UNEB diz respeito a sua autonomia. Autarquias não necessariamente possuem autonomia.

Para Ranieri (2013; p.30), as autarquias são entidades públicas descentralizadas que se autoadministram em busca de uma eficiente administração de interesses coletivos. Segundo Romano *apud* Ranieri (2013; p.31), autarquia é designada como sujeito auxiliar do Estado e não como órgão de administração indireta do Estado.

Bielsa *apud* Ranieri (2013) não concorda com a existência de ordenamentos autárquicos autônomos. Segundo o autor, o ente autárquico não é autônomo porque obedece aos preceitos legais.

Meireiles (2010) considera que autarquias são entes administrativos autônomos, mas não com total autonomia e identifica o poder político que se encerra nessa referida autonomia.

Odete Medauar (2005) identifica, no caso das autarquias universitárias, alguns aspectos que determinam essa situação de autarquia especial. Nas universidades, existe nomeação do Reitor pelo Chefe do Poder Executivo. Sua organização e funcionamento constam em estatuto e regimento interno próprio, ambos elaborados pela Universidade. Ainda assim, possui órgãos colegiados centrais com funções deliberativas e normativas com a participação de seus representantes docentes e discentes.

Deste modo, fica claro que a Universidade, com seus Conselhos, Departamentos e Colegiados, aproxima-se mais do conceito de Gestão.

Segundo Ranieri (2013; p.54), a autonomia das universidades na contemporaneidade nos mostra uma progressiva centralização estatal em seu processo de burocratização, submetendo as universidades cada dia mais à supervisão pública, o que diminui a sua autonomia.

Para Hardy e Fachin (2000; p.201), a autonomia tem os seus princípios inseridos no texto da Constituição de 1988 e o seu significado está incluído nas legislações. Trata-se da capacidade de decidir em termos acadêmicos, administrativos e financeiros, sob intervenção do governo, ou seja, o caminho para a

autonomia efetiva não é muito fácil, o que implica nas pesquisas com essa temática desenvolvidas na universidade.

Percebe-se que nas universidades públicas os professores possuem certa autonomia na condução de seus projetos e na busca de estabelecimento de parcerias. Alguns professores trabalham no laboratório conduzindo as suas pesquisas com vistas apenas às orientações das agências de fomento do governo, federais ou estaduais, que possuem algumas restrições para a liberação de recursos, com períodos determinados de lançamento de editais. Outros laboratórios possuem professores com a parceria de empresas privadas, com grande potencial para investir na busca de inovação.

As empresas privadas depois da primeira parceria com resultado positivo já solicitam nova pesquisa e fornecem todo o subsídio para que o professor e a equipe de pesquisadores desenvolvam o seu trabalho. Desse modo, o laboratório cresce, adquire equipamentos, ao passo que aumenta a probabilidade de inserção de mais alunos na pesquisa.

Em estudo sobre Regimes de Colaboração, Ranieri (2013) observa que segundo a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, art. 8 a 11, cabe à União coordenar a política nacional de educação, articulada com os diferentes níveis e sistemas, exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. Os sistemas de ensino têm liberdade de organização nos termos da LDB de 1996.

Têm-se como principais instrumentos de gestão universitária: a) o Projeto Pedagógico Institucional (PPI); b) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); c) o Planejamento Estratégico; d) a Avaliação Institucional; e e) o Projeto Pedagógico do Curso.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o documento que contém a missão da instituição universitária, a sua visão, valores científicos e tecnológicos, filosofia, principais diretrizes e estratégias que irão subsidiar a elaboração de planos para a execução das atividades.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é documento essencial para a gestão da universidade por orientar as suas ações nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração. Trata-se de documento elaborado pela comunidade acadêmica, ouvindo a comunidade externa e apresentado ao Ministério da Educação (MEC).

O Planejamento Estratégico (PE) é um processo de planejamento elaborado para nortear a trajetória da instituição, por um período entre 5 a 10 anos, analisando a instituição interna e externamente para a identificação das oportunidades e ameaças, definindo e redefinindo a missão, objetivos e metas da instituição. Nesse documento, deve-se abordar a captação de recursos.

A Avaliação Institucional nas universidades é um instrumento que acompanha e controla as atividades, além de funcionar como legitimação política perante a sociedade.

O Projeto Pedagógico do Curso é um dos documentos de gestão universitária que disponibiliza aos discentes, docentes e técnicos a estrutura e a organização de um curso, de acordo com os fundamentos filosóficos e legais do Projeto Pedagógico da Instituição, baseado na LDB e nas normas e pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), quando se tratar de uma instituição do sistema estadual de ensino, onde se encontra a unidade de estudo.

Entre os séculos XII e XIII, surgiram as primeiras universidades na Europa Ocidental que prosseguiram e imprimiram a sua importância estratégica no desenvolvimento do país. No Brasil, entre as inúmeras tentativas de criação de universidade, registradas por mais de um século desde o período colonial e monárquico, estabeleceu-se primeiro escolas superiores de caráter profissionalizante (CUNHA, 1980, *apud* HARDY e FACHIN, 2000).

No Brasil colonial, a partir dos anos 1800, foram criados cursos e academias destinadas a formar profissionais de nível médio para o Estado. A educação superior pública foi iniciada com a criação de instituições estatais de ensino que originaram a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Bahia (VILLANOVA, 1948, p. 8). Assim, as escolas se reuniam constituindo as universidades por meio de uma administração central.

Nessas associações, priorizavam obrigatoriamente as faculdades de direito, medicina, engenharia e filosofia, a exemplo, têm-se, entre outras, a Universidade do Rio de Janeiro (1920); Universidade de Minas Gerais (1927); Universidade de São Paulo e de Porto Alegre (1934).

No Brasil, a partir dos anos 1960, o ensino superior brasileiro se expandiu sendo, contudo, insuficiente para atender a crescente demanda da população em

busca do capital humano¹ (SILVA, 1994; POZENATO, 1995). Além disso, as instituições ficaram mais complexas com a atuação do governo federal nos estados, pelo surgimento das faculdades estaduais e pela criação das faculdades privadas (CUNHA, 1999). Em 1968, houve a reforma universitária prezando uma nova estrutura e funcionamento da Universidade, com a ampliação dos cursos de graduação, o incentivo à pós-graduação para os docentes e ampliação de financiamento a pesquisas científicas e tecnológicas nas universidades públicas.

Como reflexo de tal expansão, Helena Sampaio (2000, p.14) aponta que a iniciativa de desenvolver a pesquisa aliada ao ensino gerou maiores custos para o financiamento das instituições públicas de ensino superior, despesa esta que o Estado não conseguiu absorver. Todos estes fatores têm demandado dos administradores das universidades inúmeras mudanças no gerenciamento das instituições, principalmente com a preocupação sobre a avaliação dos cursos, com a qualidade do ensino na prestação de serviços à sociedade e, também, com a captação de recursos externos.

Na Constituição de 1934, declarou-se o direito à educação, mas foi na Constituição Federal (CF) de 1988 que se constituiu como direito social, conforme prevê seu art. 6º e o acesso como direito público subjetivo, disposto no §1º do art.208.(BRASIL, 1988)

A citada Carta Magna, também, estabeleceu a relação entre os diferentes níveis de governo e os sistemas de ensino. Para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios os sistemas de ensino foram dispostos por regime de colaboração (art. 208), sendo que se preconiza para a União a organização e o financiamento do sistema público federal de ensino, exercendo função redistributiva e supletiva aos outros entes federados. Percebe-se assim, o descomprometimento da União em relação as outras instituições de ensino superior, principalmente as estaduais. Isso provoca discussão desde aquela época. Estudos foram realizados sobre a trajetória das universidades estaduais no Brasil, dentre eles, destaca-se a pesquisa feita pelo Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, da Universidade de São Paulo (NUPES/USP), em que se constatou a ausência e a imprecisão das

¹ Para Theodore W. Schultz, "[...] a característica distintiva do capital humano é de que ele é parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. [...] nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui [...] quer o sirva na produção ou no consumo." (SCHULTZ, 1963 *apud* PIRES, 2005, p. 15).

informações mantidas pelos órgãos oficiais sobre as universidades estaduais, além da necessidade de estudos sobre tais instituições de ensino. (FIALHO, 2012; p.4)

Com a promulgação da LDB de 1996, houve maior reconhecimento das Instituições de Educação Superior (IES), pois, desde então, as inúmeras instituições criadas nos anos de 1970 tinham finalidades lucrativas e com a LDB houve um aumento dessas instituições. Assim, a LDB vigente dispõe que a educação superior tem como finalidades a promoção do desejo permanente de tecnologia, criação e difusão da cultura, promovendo a extensão e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, comunicando o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

No caso das universidades estaduais brasileiras, percebe-se a sua história associada ao comportamento das instituições federais, alinhadas à oferta da educação superior assumida pelos estados, em vista da frequente ausência da União. Na Bahia, confirma-se essa situação, por meio das dificuldades encontradas pelas universidades estaduais na relação com os órgãos oficiais, em especial os vinculados ao Ministério de Educação (FIALHO, 2004).

Estas situações que as IES estaduais vêm enfrentando, no Brasil e mais especificamente na Bahia, referente ao aumento da oferta do ensino superior na iniciativa privada, e, mais recentemente, com a ampliação das universidades federais no Estado, acabam por provocar algumas transformações que acompanhadas pelo processo de evolução da sociedade, influenciam na criação de um novo perfil acadêmico. Assim, tem-se o incentivo à participação em projetos de pesquisa e a busca da interdisciplinaridade, bastante presente nos cursos atuais. Estas ações visam financiamentos que servirão para o desenvolvimento das universidades, repercutindo em seu processo de gestão e em sua autonomia.

Na discussão da temática sobre a gestão universitária, tem-se o questionamento da disponibilização de recursos por parte do Governo Federal, principalmente para as instituições estaduais. Observa-se então, a necessidade de um entendimento prévio sobre a gestão orçamentária na universidade pública e a legislação brasileira que norteia o funcionamento do orçamento público federal.

2.3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A importância do investimento no setor educacional, que vai da educação básica ao ensino superior, vem sendo sinalizada há muitos anos. Para John Stuart Mill (1806-1873), a produtividade do trabalhador depende de suas habilidades e conhecimentos. Para Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883), expoentes da economia clássica, o desenvolvimento e distribuição de riqueza são oriundos do grau educacional da sociedade. Já as obras de Theodore Schultz (1971) e Gary Becker (1962) conduzem à percepção de mudança na relação existente entre o nível de escolaridade e os rendimentos do trabalho, pois eles se voltaram a observar a relação entre a acumulação capitalista e os investimentos em capital humano.

Apesar dos diversos conceitos e procedimentos da teoria do capital humano, existem muitas críticas a ela relacionadas, desde a década de 60, embora respeitando os seus pressupostos teóricos. Percebe-se que essas teorias não se aplicam à política pública educacional. Para Shaffer (1961; p.1029), em geral, é desaconselhável tratar o homem como capital humano, aplicando conceitos de capital e de investimento às pessoas. Precisamos cuidar para que isso não influencie as decisões políticas para o setor educacional.

Em educação, ao se fazer referência ao capital humano, lembra-se da sociologia da educação de Pierre Bourdieu, em que o estritamente econômico cede espaço à difusão do capital cultural e informacional, pregado após os anos de 1970, com a reinterpretação da função dos sistemas de ensino na sociedade. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel transformador e democrático nas sociedades e passa a ser instrumento de manutenção e legitimação de privilégios sociais, percebe-se uma inversão de perspectiva. Bourdieu (1998) observa que quanto mais fácil o acesso a um título escolar, maior a tendência a sua desvalorização.

Pode-se observar que os recursos humanos existentes não são financiados, os indivíduos executam e planejam de forma participativa. Segundo Shaffer (1961; p. 1031-1032) existe muita dificuldade para identificar e medir o aumento dos rendimentos que se associam à educação, visto que ele é influenciado também pelas diferenças em habilidades inatas, raça, tipo de emprego e estrutura familiar.

Entende-se que a educação é organizada para produzir trabalhadores capazes de atender a demanda dos empregadores e a escola acaba por assumir

esta responsabilidade. Apesar de sabermos que o sistema educacional pode ir muito mais além, como observam Bowles e Gintis (1975). A política educacional precisa vir acompanhada de mudanças estruturais, esforços de financiamento, treinamentos dos docentes e de motivação, no sentido de acompanhar a evolução da tecnologia e da informação.

A educação é um dos setores que mais necessita de investimentos no país e que recebe pouco incentivo financeiro. De acordo com Pinto e Biasoto Júnior (2006), a evolução dos gastos sociais federais por área de atuação possui uma dinâmica relacionada principalmente aos interesses dos partidos políticos que visam a maior quantidade de votos através do estabelecimento de acordos entre eles. A partir dessas alianças, eles veem as maiores solicitações da população e as reais necessidades na prestação dos serviços públicos e fazem as adequações a cada área.

Tabela 1 - Despesa da União por função: Orçamento fiscal e da Seguridade Social - Despesas Liquidadas no exercício de 2010 a 2013*

Função	2010	2011	2012	2013
Educação	49.758,15	52.028,91	58.865,69	66.512,95
Cultura	1.083,78	713,24	924,33	888,38
Saúde	70.893,84	75.072,13	79.067,45	80.320,02
Previdência Social	422.635,98	429.811,67	448.298,98	469.962,91
Habitação	27,76	71,64	150,66	12,17
Energia	633,92	600,01	702,93	766,55
Ciência e Tecnologia	6.939,54	6.132,89	6.719,75	8.829,41
Saneamento	670,82	323,28	832,88	666,83
Transporte	40.125,73	12.772,71	13.422,43	11.493,32
Gestão Ambiental	2.522,76	2.600,29	2.916,24	3.600,76
Segurança Pública	9.482,50	6.886,17	6.737,19	6.864,77
Organização Agrária	2.888,85	2.460,26	2.098,79	2.787,00
Trabalho	40.125,73	42.868,07	46.485,70	68.052,96
Comércio e Serviços	1.918,41	1.456,53	1.491,41	1.379,57

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC(BAHIA, 2015c)

Nota: Valores atualizados com base no IGP-DI de 2006/2014 de 1,63257421137161

*Valores em milhões

Na Tabela 1, percebe-se que a Previdência Social e a Saúde são as áreas mais priorizadas. Em busca de um maior financiamento da educação houve a criação dos fundos educacionais. Na educação básica, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996, substituído depois pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)², fundos especiais, de natureza contábil, cuja execução é estadual, formado por recursos provenientes dos impostos, transferências constitucionais devidas aos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, complementado por recursos federais. A Lei 4.320 de 17 de março de 1964, em seu art. 71, versa sobre o produto de receitas especificadas que se constitui em fundo especial, quando, por lei, vinculam-se à concretização de determinados objetivos e serviços, sendo facultativa a adoção de normas específicas de aplicação. (BRASIL, 2014).

A Lei do FUNDEB, em seu artigo 2º, deixa claro seu principal objetivo: “[...] manutenção ao desenvolvimento da educação básica pública e a valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, observado o disposto na Lei” (BRASIL, 2015a, p.1). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Para efeito de financiamento do FUNDEB, são consideradas todas as etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos, oferecidos nas redes públicas (estadual, distrital e municipal). No caso específico da educação básica, a modalidade de ensino diz respeito às várias formas de organização de ensino urbano e rural: regular (presencial), especial, jovens e adultos, e, profissional, quando a mesma estiver vinculada ao ensino médio. Esta lei permite que os alunos das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, na oferta de educação infantil e especial, também sejam considerados para efeito de repasses dos recursos.

Segundo o Art. 206 da CF de 1988, a educação tem como princípios constitucionais a gratuidade (financiamento), a universalidade (oferta), a qualidade

² Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.(BRASIL, 2015a)

(gestão educacional) e a gestão democrática (controle social). Segundo Souza & Vasconcelos (2014), o FUNDEB tem vigência de 2007 a 2020, com a gestão de recursos a ser administrada pelas secretarias municipais e estaduais de educação. A distribuição dos recursos e o cálculo financeiro deste fundo ocorrem com base nas responsabilidades de cada esfera de poder em relação à educação. A União responde pelo sistema federal de ensino, ficando os municípios prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Os Estados e o Distrito Federal atuarão preferencialmente no ensino fundamental e médio.

Segundo Dourado (2006, p. 20) a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada um destes entes da federação brasileira tem competências e responsabilidades relacionadas à educação em seus diferentes níveis e formas de ensino. Eles precisam atuar em regime de colaboração, organizando as suas formas de atuação, sendo esta ação uma estratégia para regulamentar a relação entre os sistemas de educação no Brasil.

Segundo o Art. 212 da CF, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar por ano em educação no mínimo 25% da receita líquida resultante de impostos e transferências constitucionais.

Tabela 2 – Governo do Estado da Bahia: Receitas e Despesas com Educação (2010-2013)*

Anos	Receitas e Despesas com a Educação	Receita Líquida de Impostos	Mínimo anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do ensino	Mínimo anual de 60% do FUNDEB na remuneração do Magistério com ensino Fundamental e Médio
2010	Valor	21.459.306	5.929.151	2.039.958
	Percentual Realizado (%)	-	27,63	73,80%
	Limite Constitucional (%)	-	25	60,00%
2011	Valor	16.026.202	4.148.980	1.631.565
	Percentual Realizado (%)	-	25,89%	71,91%
	Limite Constitucional (%)	-	25,00%	60,00%
2012	Valor	17.592.511	4.488.166	1.803.338
	Percentual Realizado (%)	-	25,51	70,01%
	Limite Constitucional (%)	-	25	60,00%
2013	Valor	19.774.147	5.555.184	1.987.725
	Percentual Realizado (%)	-	28,09%	78,23%
	Limite Constitucional (%)	-	25,00%	60,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ (BAHIA, 2015d)

*Dados em R\$ mil

Apresenta-se na Tabela 2, os dados referentes aos recursos públicos destinados à educação. Constata-se que em todos os anos analisados a Bahia superou o limite constitucional, sendo que em 2013 foi mais expressivo, aplicando R\$ 5.555.194 mil da receita líquida de impostos, correspondendo a um percentual de 28,09%.

O valor da Receita Líquida de Impostos (RLI), são aplicados em Educação mais que os 25% obrigatórios. Os valores aplicados em educação têm um crescimento em termos nominais, relacionado ao limite constitucional, no período 2010 a 2013.

Tabela 3 - Despesas com Educação na Bahia por Subfunção* (2010-2013)

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013
Secretaria da Educação	3.393.475	3.698.805	4.085.457	4.988.596
Educação	3.393.475	3.698.805	4.085.457	4.988.596
Educação Básica	sem informação	sem informação	2.483.142	3.116.771
Ensino Superior	496.456	568.971	663.790	781.707
Administração Geral	366.978	415.337	421.401	550.246
Ensino Médio	1.321.936	1.416.435	55.784	120.556
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	98.102	106.146	128.851	115.886
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	104.438	101.389	100.435	86.939
Alimentação e Nutrição	89.634	74.062	93.382	69.177
Ensino Profissional	55.979	47.842	56.123	57.342
Educação de Jovens e Adultos	38.191	43.170		28.668
Ensino Fundamental	769.986	897.149	473	9.509
Tecnologia da Informação	24.648	sem informação	sem informação	23.286
Outras Subfunções	27.126	28.304	82.548	28.509
Secretaria de Segurança Pública	245	418	473	450
Educação	245	4.699	2.755	450
Ensino Fundamental	245	418	473	450
Total das Despesas com Educação	3.405.108	3.704.127	4.088.684	4.989.045

Fonte: FIPLAN/SEFAZ (BAHIA, 2015f)

*AV - Análise Vertical - Porcentagem do item em relação ao Total de Despesas Executadas com Educação.

Percebemos, conforme Tabela 3, que as despesas com educação na Bahia, por subfunção, possui a maioria dos gastos na Educação Básica, seguido de Ensino Superior e Administração Geral.

O entendimento do processo de captação de recursos na educação básica é fundamental para a compreensão dos entraves existentes na educação superior baiana. A educação na Bahia ainda precisa de maiores investimentos, entretanto, observa-se que na educação básica e no ensino médio, hoje, há um maior financiamento.

Segundo a LDB de 1996, em seus artigos 8º ao 11º, quando se trata de regimes de colaboração, cabe à União a coordenação da política nacional de educação, articulada aos diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais (BRASIL, 2013). Logo, entende-se que os sistemas de ensino têm liberdade de organização, mas isto não acontece. No Apêndice C, apresentamos a distribuição de responsabilidades para a Educação Superior Pública entre os entes federados. Verifica-se que ao estado cabe organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações com as dos Municípios, entre as quais se destacam as de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos, além de baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.

Tabela 4 - Quantidade de IES Estaduais por Organização Acadêmica/Regiões do Brasil (2011)

REGIÃO	UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	INSTITUTOS FEDERAIS CEFETs	TOTAL	%
Norte	05	-	-	-	05	4,55
Nordeste	14	-	01	-	15	13,64
Sudeste	07	01	63	-	71	64,55
Sul	08	-	07	-	15	13,64
Centro Oeste	03	-	01	-	04	3,64
Total	37	01	72	-	110	100

Fonte: Censo 2011 do Inep/MEC

Na amostragem do ano de 2011, Tabela 4, tem-se que a Região Nordeste tem 15 instituições de Educação Superior Estaduais, sendo 14 Universidades e uma

Faculdade, configurando-se na maior concentração de universidades públicas estaduais, isto é, 37,84% do total de 37 no país.

Tabela 5 - Número de IES por categoria administrativa e Região Geográfica Brasil (2012)

REGIÃO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	
	Pública	Privada
Norte	28	126
Nordeste	65	379
Sudeste	143	1.030
Sul	49	360
Centro-Oeste	19	217

Fontes: Censo 2012 do Inep/MEC e MEC/Inep/DEED

Na Tabela 5, nota-se que em 2012 a Região Sudeste se destaca das demais em número de IES públicas, acompanhadas depois das regiões Nordeste e Sul.

Segundo Fialho (2012), a concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste é evidente e se dá por meio da produção editorial e gráfica, visivelmente em cinco municípios brasileiros: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. As grandes universidades se encontram instaladas em ambientes que tendem a possuir melhores condições econômicas, políticas, sociais e culturais, resultantes de um processo histórico vivenciado no Brasil desde a época da colonização.

Tabela 6 - Número de IES na Bahia por Categoria Administrativa (2008-2013)

INSTITUIÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Federal	03	03	04	04	04	04
Estadual	04	04	04	04	04	04
Municipal	0	0	0	0	0	0
Privadas	118	120	108	107	108	108
Total	125	127	116	115	116	116

Fonte: Censo 2013 do Inep/MEC(BRASIL, 2015e)

Percebemos, na Tabela 6, um pequeno aumento nas instituições federais, enquanto as estaduais e municipais ficaram constantes. As instituições privadas, por sua vez, cresceram até 2009 apresentando, posteriormente, uma queda em seu quantitativo.

Tratando-se do financiamento destas instituições de educação superior públicas, além dos recursos públicos empregados de acordo com as leis e normativos, existe o processo de captação de recursos que pode ser interno na universidade e externo, através das fontes financiadoras de projetos. Para Alvim (1998; p. 99), este mecanismo se constitui em uma "estratégia de alavancar a competitividade de empresas e de materializar e dar visibilidade à atividade acadêmica junto à sociedade". A captação incentiva a pesquisa, permite atividades em parceria, além de oportunizar aos docentes e discentes novas experiências e atualizações constantes.

Tabela 7 – Universidades Estaduais Baianas: distribuição dos recursos por fonte de financiamento (2010-2013)

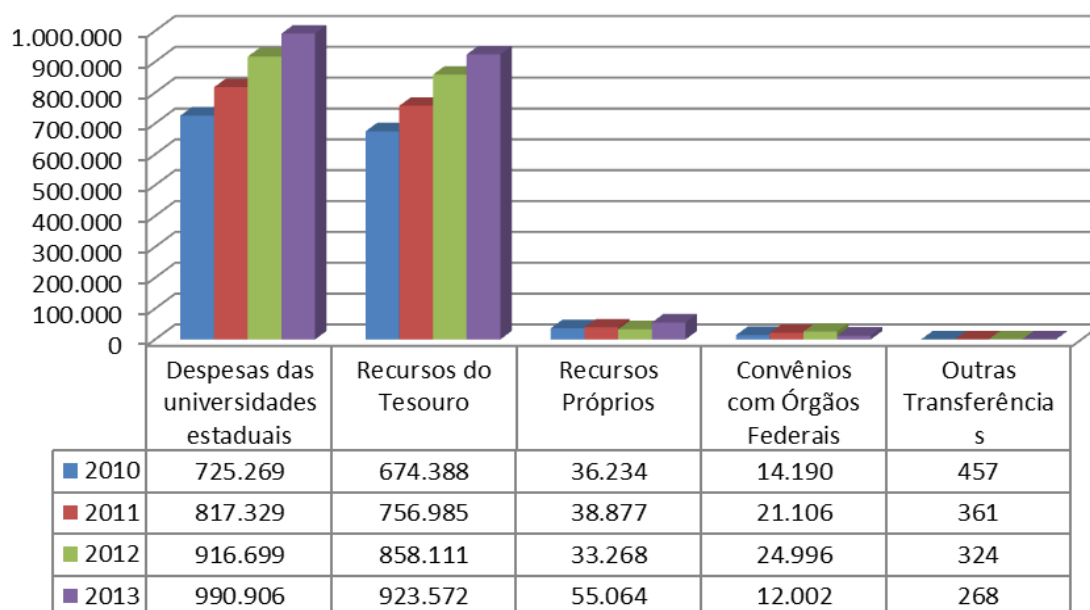
Fonte de Recursos	2010	2011	2012	2013
Despesas das universidades estaduais	725.269	817.329	916.699	990.906
Recursos do Tesouro	674.388	756.985	858.111	923.572
Recursos Próprios	36.234	38.877	33.268	55.064
Convênios com Órgãos Federais	14.190	21.106	24.996	12.002
Outras Transferências	457	361	324	268

Fonte: Secretarias do Planejamento e Fazenda; SEI

*Em R\$ mil

De acordo com a os dados da Tabela 7, percebemos que o regime de financiamento das universidades públicas baianas está regulado pelo desempenho econômico do estado. O montante de recursos destinados obedece a padrões macroeconômicos. Não decorre de uma ação deliberada de planejamento estatal, estando ainda sujeito ao impacto negativo de crises fiscais ou choques econômicos, com reflexos diretos no desenvolvimento dessas instituições.

Gráfico 1 – Despesas das Universidades Estaduais Baianas e Recursos do Tesouro (2010-2013)



Fonte: Secretarias do Planejamento e Fazenda; SEI
*em R\$ mil

No Gráfico 1, observamos que o volume das despesas das universidades estaduais ultrapassa o montante de recursos do Tesouro Federal em todo o período analisado (2010-2013).

Tabela 8 - Bahia: grau de execução orçamentária das Universidades Estaduais por fonte de financiamento (2007-2012)*

Fonte de Financiamento		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Recursos do Tesouro	Orçado Inicial	408.193	457.168	577.756	645.362	725.627	806.674
	Liquidado	443.614	521.858	578.389	674.388	756.985	858.111
	Grau de Execução	108,70%	114,20%	100,10%	104,50%	104,30%	106,40%
Recursos Próprios	Orçado Inicial	30.982	35.328	40.424	75.117	57.172	50.538
	Liquidado	10.949	11.461	31.565	36.234	38.877	33.268
	Grau de Execução	35,30%	32,40%	78,10%	48,20%	68,00%	65,80%
Convênios com Órgãos Federais	Orçado Inicial	18.320	29.190	48.828	7.975	6.704	3.917
	Liquidado	7.231	12.468	8.815	14.190	21.106	24.996
	Grau de Execução	39,50%	42,70%	18,10%	177,90%	314,80%	638,10%
Outras Transferências	Orçado Inicial	8.746	17.665	22.949	11.843	2.877	4.426
	Liquidado	314	303	466	457	361	324

	Grau de Execução	3,60%	1,70%	2,00%	3,90%	12,50%	7,30%
TOTAL	Orçado Inicial	466.211	539.351	689.957	740.297	792.380	865.555
	Liquidado	462.108	546.090	619.235	725.269	817.329	916.699
	Grau de Execução	99,10%	101,20%	89,70%	98,00%	103,10%	105,90%

Fonte: Sefaz; Seplan.

* Em R\$ mil

Segundo Kohama (2008), o agregado de receita que serve para parametrizar a aplicação dos limites constitucionais referentes à educação e saúde é a receita de impostos líquida. Na Tabela 8, percebe-se que em 2009 houve uma queda no crescimento desta taxa. Segundo a tese de Barbosa (2013), isso implicou em uma lacuna na execução orçamentária das universidades públicas estaduais de 10,3%, representando um déficit de R\$ 70,7 milhões existindo um quase paralelismo entre o grau de execução orçamentária e a evolução da receita de impostos líquida.

O financiamento das universidades estaduais depende do contexto macroeconômico. Ao se considerar as dificuldades econômicas, evidenciam-se alguns fatores de risco para a execução dos orçamentos.

As instituições de educação superior, diante dos poucos recursos que recebem e de todo o histórico cultural e educacional brasileiro, buscam alternativas para sobreviver as suas crises internas. A primeira opção é a busca pelo desenvolvimento de um maior volume de produções acadêmicas para obter mais credibilidade e criar parcerias e, com isso, alavancar as suas pesquisas. A segunda opção diz respeito à busca por uma captação de recursos externa, voltada a projetos específicos, estes precisam ser bem delineados para o bom aproveitamento de oportunidades. Destaca-se que o processo de funcionamento do orçamento público se estabeleceu com o fim da ditadura de 1945 no Brasil³. Em pleno regime militar, surge para os brasileiros a Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, sancionada pelo presidente Castello Branco que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.(BRASIL, 2014)

No entanto, a organização da Administração Federal necessitava ainda de diretrizes para a realização de uma reforma administrativa. Com isso, houve o

³ O que deu início ao primeiro período de redemocratização do Estado, em que foram criadas estratégias para viabilizar uma maior participação popular no processo decisório da distribuição dos recursos.

implemento do Decreto-Lei Nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre princípios fundamentais, regras de planejamento, coordenação, controle, descentralização e delegações de competência para a Administração Federal.

Assim, em 1985, o Brasil teve a sua segunda redemocratização como processo de transição política com o fim do Regime Militar (1964 –1985) o que contribuiu para o estabelecimento da Constituição Federal em 1988. Ela, a Carta Magna, nos trouxe um novo texto, onde o Brasil conseguiu superar as sucessivas reformas constitucionais implementadas pelos governos militares, tendo o Congresso Nacional novamente atuado como mediador dos interesses públicos.

Com todos os avanços rumo ao desenvolvimento e melhor ordenamento do país, para Melamed (2011, p.287-315), apesar da CF atual em seu art. 2º estabelecer que os três poderes da União: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, são independentes e harmônicos entre si, pode-se ainda constatar que eles estabelecem uma relação desbalanceada, com a supremacia quase que permanente do Poder Executivo. Isso acaba por favorecer alguns, com a instituição de uma política clientelista, em que o Executivo permanece controlando o Orçamento e diminuindo a intervenção dos parlamentares através das emendas.

Segundo Dourado (2006; p.926), todas as alterações feitas na CF, por meio de emendas constitucionais, garantiu uma maior concepção de educação e sua inscrição como direito social inalienável, compartilhando a responsabilidade entre os entes federados para vincular recursos para a educação.

No Brasil, as universidades públicas podem ser estaduais, federais ou municipais, a depender do ente federado ao qual estão vinculadas e, conseqüentemente, à origem da verba destinada a mantê-las. A maioria das instituições públicas de educação superior no Brasil é federal, enquadrada como autarquia, segundo a LDB, de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista que é de maior responsabilidade do governo federal a educação em nível superior. As Universidades Públicas são autarquias, sob regime especial, com autonomia administrativa para criar os seus próprios cursos, tendo patrimônio e receita próprios, mas tutelados pelo Estado para executar atividades típicas da Administração Pública.

A proposta do presente estudo consiste em compreender o processo orçamentário brasileiro, suas alterações e inovações, com o objetivo de entender sobre a captação de recursos nas universidades públicas e depois analisar a

questão das emendas parlamentares e a participação do professor na elaboração de projetos como opção para captar recursos.

2.4 AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BAIANAS

As universidades são um importante patrimônio social e têm como característica a universalidade na produção de conhecimento, as vivências de experiências culturais e científicas e o atendimento ao interesse público.

Quadro 1 – Universidades Baianas

Privadas	Universidade Católica do Salvador (UCSal) Universidade do Salvador (UNIFACS) Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) - com Campus
Públicas Estaduais	Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Públicas Federais	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - com Campus Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Fonte: SEC/Ba - 2014

Percebem-se as dificuldades que o país ainda enfrenta em investir na Educação. Segundo a assessoria da UNEB, em 2013 ocorreu o Fórum dos Reitores das Universidades Estaduais da Bahia. Mais uma ocasião em que se buscou, em Brasília, o apoio do Ministério da Educação (MEC) às demandas da comunidade acadêmica. Segundo registro no *site*⁴ da UNEB, seu reitor em parceria com o da Estadual de Feira de Santana (UEFS), Estadual de Santa Cruz (UESC) e Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) recorrem, com frequência, ao ministro da Educação

⁴ <http://www.UNEB.br/2013/03/05/forum-dos-reitores-se-reune-com-ministro-da-educacao-mec-apoio-as-universidades/>

na busca de fortalecimento da parceria entre o órgão federal e as instituições estaduais. Eles solicitam o apoio do MEC para a liberação de recursos da ordem de R\$ 20 milhões, oriundos de emendas parlamentares destinadas às universidades estaduais baianas, e o repasse retroativo da diferença de recursos do programa Sisu (Sistema de Seleção Unificada), por meio do qual as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. Tais demandas visam colaborar com os esforços do Governo do Estado para a melhoria da educação superior pública.

Conforme preconizado por Fialho (2012), foi iniciativa de Anísio Teixeira a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (1951), que funcionou até meados da década de 1970 e posteriormente foi transformada no Centro de Planejamento e Estudos (CPE). Através de reformas administrativas na estrutura do Estado, surgiu o incentivo à pesquisa. Na Constituição Estadual/1989, a ideia foi revivida no dispositivo que previu a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)⁵ que só foi implantada em 2001. Fialho (2012) ainda enfatiza que Navarro de Britto nos trouxe o Plano de Emergência, o Plano Integral de Educação e Cultura (PIEC), a Lei Orgânica do Ensino, o Plano Estratégico, o Projeto dos Centros Integrados de Educação, o primeiro Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia (a Lei n.º 2.521-A, de 23 de fevereiro de 1968), entre vários outros diplomas legais para a Educação Brasileira.

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) é uma autarquia, instituição pública brasileira de ensino superior, mantida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede na cidade de Feira de Santana, no agreste baiano; e campi avançados nos municípios de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, e em Lençóis, na região serrana da Chapada Diamantina. A UEFS é a terceira universidade mais antiga da Bahia, a segunda, levando em consideração apenas as universidades públicas e também a primeira das quatro universidades estaduais a ser inaugurada pelo governo baiano na busca de expandir a educação superior no estado.

⁵ Esta, sem sequer ter sido instalada, foi retirada do texto constitucional, em 1999 (o art.267 foi revogado pela Emenda Constitucional n.º 7 de 18/01/1999). Durante esse período, o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Bahia (CADCT), sem possuir representação das universidades estaduais, ocupou o espaço destinado à Fundação perante agências federais e áreas da ciência e da tecnologia, com apoio do governo do Estado.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) é uma instituição de ensino superior baiana, situada em Ilhéus, contemplando municípios das Regiões Sul e Extremo Sul. Foi criada pela fusão e estadualização de um conjunto de faculdades privadas surgidas no sul da Bahia na década de 1960, legitimada pela Lei Estadual 6.344 de 1991, oferecendo diversos cursos e criando espaço para estudos ecológicos por se situar em meio à Mata Atlântica.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), foi instituída pela Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980, reestruturada pela Lei 7.176 de 10 de setembro de 1997. Constitui-se em uma entidade autárquica, dotada de personalidade de Direito Público e Regime Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, de caráter *multicampi*, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Atualmente possui sua sede na cidade de Vitória da Conquista, terceira mais populosa da Bahia, com campi nas cidades de Jequié e Itapetinga.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) considerada a maior instituição pública de ensino superior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi. Possui a sua administração central na cidade de Salvador, com campi em 23 importantes municípios baianos de médio e grande porte. Além disso, ela se faz presente em quase 417 municípios do Estado por intermédio de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas.

2.5 GESTÃO DE PROJETOS NA UNIVERSIDADE

No Brasil, o tema elaboração de projetos é extremamente estudado, a exemplo de Paul Dinsmore e Adriane Cavalieri (2005) e Andrea Golschmidt (2013), que abordam esta temática, observando que os projetos precisam ter o seu plano de trabalho consolidado para que haja sucesso na captação de recursos. Assim, estabelecem critérios, potencialidades e limitações existentes no referido processo, onde destacam o papel fundamental do coordenador para a otimização dos resultados.

Nas universidades é fundamental um maior planejamento interno com a participação de toda a comunidade acadêmica para a construção de projetos

consistentes em seus objetivos, justificativas, metodologias, cronogramas de execução e desembolso. Esperam-se do professor a gestão do projeto e os possíveis direcionamentos, com apoio de equipe e suporte adequado, para que então a instituição o administre em resposta às expectativas e demandas da Universidade.

A elaboração de projetos deve surgir como resposta a algum problema ao qual a instituição esteja direta ou indiretamente relacionada e agrupar uma série de ações necessárias para a resolução da questão levantada, sistematizando-se em etapas. A fundamentação do projeto está relacionada com a dinâmica da instituição diante de um processo de transformações sociais, que exige de todos maior racionalização e busca por fontes alternativas de recursos disponíveis para a produção e difusão de conhecimento. Isso visa um melhor planejamento das atividades necessárias à resolutividade das proposições.

Na criação de um projeto, conforme os apêndices D, E, F e G, percebe-se que as suas fases são comumente confundidas com os grupos de processos em gerenciamento de projetos. Segundo o guia *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK, 2014), o ciclo de vida de um projeto é um conjunto de suas fases, geralmente em sequência e às vezes se sobrepondo parcialmente.

Todos os projetos têm um início e um fim definidos, mas as entregas e atividades específicas desenvolvidas entre o início e o fim podem variar muito de acordo com o projeto.

Na administração de projetos, observam-se metas indicadoras de sucesso e como executá-los dentro do prazo determinado e orçamento previsto, com vistas a atender à qualidade especificada e satisfazer às expectativas da organização (DINSMORE, 2005). Nota-se que os erros mais comuns nos projetos⁶ são: a) falta de visão e planejamento estratégico; b) miopia gerencial; c) pouca ênfase em treinamento; d) omissão gerencial por falta de autoridade; e) gerenciamento inadequado do “Ciclo de Vida” do Projeto; f) falta do desempenho do papel “Agente de Mudança”; g) dimensionamento inadequado de sistemas de controle; h) falta de apoio superior; i) falta de integração da equipe.

Assim, ratifica-se na visão global da administração de projetos, que se minimizando os erros comumente cometidos, aumenta-se substancialmente a

⁶ Ver Apêndice F.

probabilidade de realizar um projeto bem sucedido (dentro do prazo e custos previstos, atendendo à qualidade especificada e à plena satisfação da instituição), o que reflete diretamente no custo de oportunidade do projeto⁷.

Desse modo, observa-se que na elaboração dos projetos é de fundamental importância a participação dos docentes e discentes envolvidos no processo; bem como, do entendimento dos cursos e programas para a consolidação do projeto; e do apoio e suporte dos técnicos administrativos, que precisam somar esforços na condução dos trabalhos e aspectos burocráticos atinentes à proposta em execução.

No Brasil, quando o poder público trata de gerenciamento de projetos, utiliza-se o conceito de Programas de acordo com o Plano Plurianual (PPA), que geram os projetos e atividades, na estrutura da gestão pública. Isto difere do gerenciamento de projetos segundo as definições do PMBOK.

No caso dos projetos a serem apresentados às emendas parlamentares, têm-se procedimentos formais através de manual específico que orienta sobre a estrutura básica para o preenchimento de formulários referente à elaboração de projetos. A apresentação de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) da União precisa obedecer algumas orientações gerais quanto à elaboração das propostas, visando à apresentação de emendas ao referido projeto.

Conforme se pode acompanhar no Apêndice D, isso enseja informações e documentos básicos, cujos resultados esperados precisam estar vinculados diretamente aos objetivos específicos. Percebe-se que é necessário compilar os resultados desejados com o projeto e a resposta aos problemas elencados ou demandas sociais descritos na justificativa.

2.6 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A maioria das instituições de educação superior público no país apresentam expectativas análogas em suas ações para captar recursos, geralmente o anseio inicial dos professores e alunos é de esgotar as possibilidades dentro da própria

⁷ Envolve as pessoas que estão dedicadas ao projeto, que estão deixando de desenvolver outras atividades. O cálculo é o tempo de dedicação multiplicado pelo custo/hora de cada integrante da equipe do projeto. Este custo abrange salário, encargos sociais e benefícios, dividindo-se o total pelo número de horas/mês encontra-se o custo/hora.

universidade. Faz-se necessário desenvolver uma cultura de busca por recursos alternativos nessas Instituições, visto que os problemas não são de responsabilidade exclusiva da gestão.

Discorre-se nessa pesquisa sobre o primeiro setor ou setor público que é o governo, responsável pelas ações que culminam em efeitos sociais, favorecendo todo o conjunto da sociedade e afirmando os direitos do cidadão.

Segundo Worth (1993; p. 10-11), a captação de recursos é um processo que visa a objetivos ou grupo de objetivos específicos, que requerem uma pessoa com habilidades para a captação em modelo diferentes de desenvolvimento, que se refere a todas as operações que envolvem a captação, ou seja, as relações e comunicações entre as Instituições e os possíveis doadores ou parceiros e ainda requer um administrador com capacidade de captação e com habilidades estratégicas no processo.

A captação de recursos é uma tentativa de atender as demandas excedentes. Este termo é bastante utilizado tanto nas instituições públicas como privadas. Nas organizações sem fins lucrativos são desenvolvidas ações a partir de um conjunto de estratégias e procedimentos para levantar recursos financeiros voltados à sustentabilidade institucional. Nos Estados Unidos e Canadá a busca de recursos por fontes alternativas é conhecida *fundraising*, no Brasil este termo não é utilizado nas universidades de ensino superior.

Para Flanagan (1982), o processo de captação para ter sucesso precisa estar alicerçado de três fundamentos: visualização dos possíveis doadores; ser orientação na construção de relacionamentos de longo prazo com seus financiadores, priorizando a credibilidade; e orientação na escolha certa do financiador. Isso se relaciona diretamente com o planejamento da Instituição. Worth (1993) e Seltzer (2001; p. 45) alertam que é imprescindível uma pesquisa ampla para conhecer a realidade de financiamento das agências de fomento para que os esforços de captação atinjam os resultados desejados.

Na educação superior, a captação de recursos está orientada por uma ampla legislação específica⁸, que instrui sobre os diversos tipos de captação. No caso do ensino superior baiano, ele atende ao disposto regulamentação da LDB de 1996, que funciona tanto para educação superior como para a educação básica e outras

⁸ Ver Anexo F.

mais específicas, tais como a Lei do Bem Nº 11.196 de 2005, a Lei INOVATEC Nº 9.833 de 05 de dezembro de 2005 e a Lei de Inovação da Bahia Nº 11.174 de 09 de dezembro de 2008, conforme pode ser visto no Apêndice H.

Para o cumprimento do planejamento, é importante o empenho na gestão dos recursos, sendo necessário o entendimento do processo orçamentário desde a sua origem, na esfera federal. Na magnitude do ensino superior público, ao referir-se à gestão educacional para melhorar o entendimento nas universidades pode-se utilizar a análise *SWOT*, termo que vem do inglês e representa as iniciais das palavras *Strenghts* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Como observa Goldshimidt e Calfat (2013), esta análise é um instrumento de gestão muito utilizado como parte de um planejamento estratégico, podendo ser utilizada em benefício da Universidade, na avaliação dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças da instituição e do mercado onde ela está atuando. Dividida em duas partes: o ambiente externo à organização (oportunidades e ameaças), e o interno (pontos fortes e pontos fracos), esta estratégia vem sendo adotada em todo o mundo e os resultados são bastante significativos, sendo, inclusive, aplicada nos últimos anos no Brasil. Assim, a organização tem que agir de forma diferente, bem como o ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes da organização, já que é o resultado de estratégias de atuação definidas por eles próprios.

A captação de recursos exige transparência em sua gestão, necessitando de suporte e parceria. Dessa forma, os envolvidos no processo precisam atender aos princípios de vínculo, interesse e capacidade (VIC), passando a ter direitos e estabelecendo compromissos com as causas que irão apoiar. Esta interação acaba gerando benefícios mútuos, trazendo a melhoria do ensino e da pesquisa nas universidades, trazendo os desafios da sociedade para a pauta da pesquisa.

2.7 PLANEJAMENTO PÚBLICO

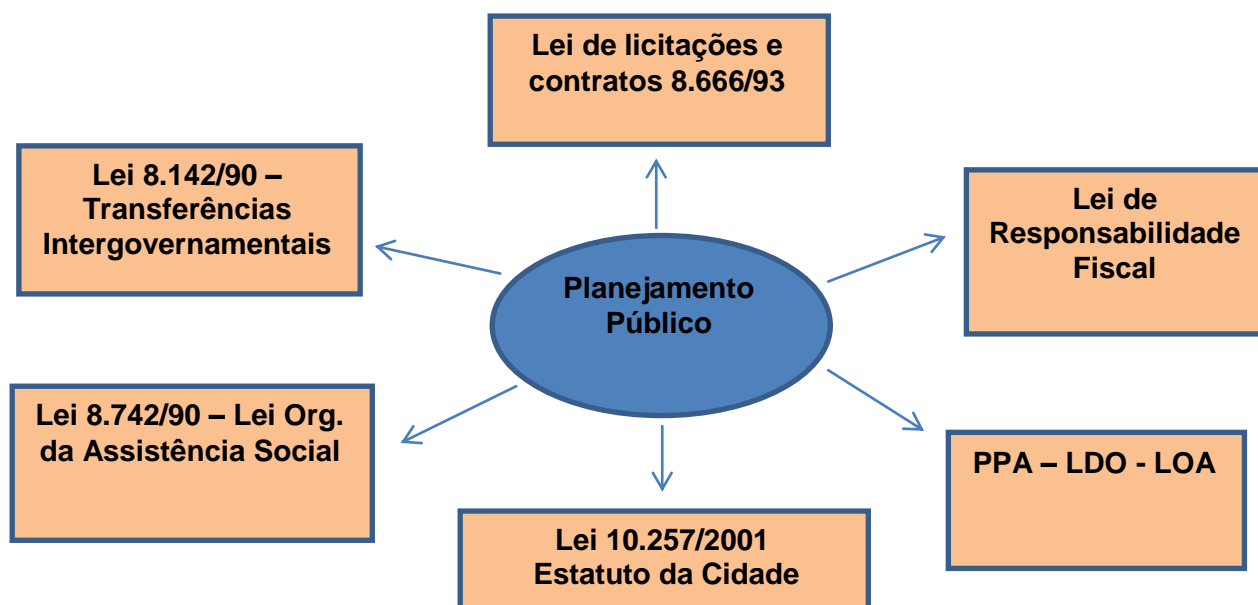
O planejamento consiste em prever as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados (HOJI, 2000).

Para Drucker (1999) o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes.

O planejamento público se conceitua como um processo de elaboração, execução e controle de um plano de desenvolvimento, que envolve a fixação de objetivos gerais e metas específicas, tendentes a elevar níveis de renda e bem-estar da comunidade. Nesses termos, ainda engloba a ordenação sistemática de um conjunto de decisões e medidas necessárias para a consecução desses objetivos, com menores custos e maior rapidez.

O papel do planejamento, nesse sentido, é tornar o processo econômico racional, objetivo e voltado para a melhoria do bem-estar da sociedade. Destaca-se, no Apêndice I, o planejamento nos setores público e privado, com sua missão, visão, organização, tipos de clientela, propósitos e formas de atuação.

FIGURA 1 – INSTRUMENTOS DE ORIENTAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO PÚBLICO



Fonte: Autoria própria/2015

Percebe-se que no planejamento público e governamental existem inúmeros dilemas sobre a modernização da gestão pública no Brasil, principalmente quando se trata de experiências do Governo Federal na reformulação do planejamento de longo prazo. Os problemas costumam ser enfrentados quando se transformam em urgência, o que onera os custos quando há solução. Esta pouca governabilidade

interfere diretamente no processo democrático. Através do voto, o cidadão pode escolher seus representantes provocando mudanças no direcionamento político do país.

Com o desenvolvimentismo do Brasil e suas inúmeras transformações durante os últimos anos, causou-se o desajustamento da máquina estatal e a necessidade de uma reforma gerencial. O advento do desenvolvimento tecnológico trouxe mudanças quantitativas, alterando o ritmo das transformações científicas. A globalização trouxe a hegemonia nas decisões através de atrelamentos econômicos, sociais, políticos e culturais, bem como a democratização da sociedade e do Estado. O que impactou no processo de gestão pública por incentivar a elaboração de um novo padrão de comportamento organizacional do servido público e de questionamento da estrutura administrativa convencional.

Segundo De Toni (2003, p.198), a crise no Estado se apresenta em três dimensões: uma crise fiscal, outra no modo de intervenção do Estado e outra do modelo burocrático de gestão. Isso provocou a criação de sistemas de gestão mais flexíveis, maior autonomia nos setores das instituições, maior circulação de informações e redução do nível de hierarquias internas para facilitar as tomadas de decisão.

No setor público, o planejamento tradicionalmente foi influenciado pela economia, pelas políticas monetárias, de rendas, enfocando a gestão pública para os resultados. A renovação do planejamento pediu um novo modelo de gestão já discutido por diversos autores como Hardy, Fachin (2000), Robbins (1990), Nunes (2007), Mintzberg (2003). O que comprova que os indivíduos agem visando o seu próprio interesse, maximizando estratégias de maior benefício e menor custo, confundindo o papel de clientes com o de cidadão e substituindo a formulação de políticas públicas pelo gerenciamento de resultados. A nova proposta de gestão pública se redireciona para uma despolitização do Estado, supondo inadvertidamente a ausência de conflitos, debates, homogeneizando interesses com a preservação da função do Estado de garantir equidade na prestação de serviços.

O planejamento público precisa visualizar e trabalhar diante de todas estas possibilidades para que as instituições aprendam a caminhar na busca de todas as possíveis fontes de recursos.

Para Robbins (1990), a ação administrativa tem em sua essência a decisão e, quando se tomam decisões, estas consistem na seleção de um curso preferencial

de ações a partir de duas ou mais alternativas. A tomada de decisão compreende tanto as dimensões ativas quanto as passivas, em que o processo se refere aos objetivos formulados no início do planejamento. Este processo de tomada de decisão comumente é visto como uma das etapas do processo de gestão de uma organização ou instituição. Apesar disso, verifica-se que o processo decisório está além das fronteiras das organizações e instituições, sendo construído por constantes transformações ao longo dos tempos.

O campo da decisão possui um aspecto fundamental: o modelo racional de tomada de decisão, baseado em um conjunto de premissas que determinam como uma decisão deve ser tomada e não como a decisão é tomada (Bazerman, 2004). Assim, os tomadores de decisão deveriam ser capazes de definir exatamente o problema em situação de escolha, a fim de chegar ao melhor resultado possível em um processo decisório. A tomada de decisão é uma ação humana e comportamental que envolve a seleção, consciente ou inconsciente, de determinadas informações e ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para os envolvidos no processo.

Segundo Skinner (2003), o processo de tomada de decisão é invariavelmente sujeito às contingências do ambiente em que está inserido. Pode-se decidir sobre o ambiente, sendo que o mesmo influencia diretamente sobre a capacidade de decisão das pessoas.

Entende-se que o processo de tomada de decisão necessita de perfeito entendimento para que as escolhas ajudem a enfrentar o problema, ou que conduza a outra situação que exija novas decisões.

Percebe-se também a importância do orçamento, que deve ser analisado pela finalidade dos gastos, como uma expressão da situação fiscal dos governos. Para Giacomoni (2001), o orçamento público se constitui em um instrumento de administração do Estado, de onde é possível extrair suas políticas e seu planejamento.

O Orçamento público é um instrumento que expressa, em um exercício financeiro, as políticas, os programas e os meios de seu financiamento. Constitui-se como um plano de trabalho de governo, que discrimina os objetivos e as metas a serem alcançadas, de acordo com as necessidades locais. “Se quisermos saber a forma como cada ente federativo prioriza ou não determinada política pública, o termômetro é seu orçamento. Ele é o documento que o espelha, demonstrando suas

prioridades, seus aspectos econômico, político e social.” (VIAN, MELLO e BOEIRA, 2002; p.56).

Assim, verifica-se a prioridade dada pelo governo, que geralmente concede à Saúde e a algumas áreas maiores recursos, em detrimento à Educação e outras diversas áreas de atuação existente. O orçamento se torna um elemento importante para compreender a política social, pois reflete a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos.

Para Salvador (2010), esta situação nos ajuda a mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país.

O orçamento moderno se caracteriza como instrumento de administração, planejamento e gerência. No Brasil, o sistema orçamentário, disposto na Constituição/1988, abrange três leis: a) o Plano Plurianual (PPA); b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e c) a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para Andrade (2003), o PPA consiste em um instrumento que expressa o planejamento do governo federal, estadual ou municipal para um período de quatro anos, tendo como objetivo principal conduzir os gastos públicos, durante sua vigência, de maneira racional, de modo a possibilitar a manutenção do patrimônio público e realização de novos investimentos.

As instituições públicas que trabalham com a educação superior, precisam elaborar seus planejamentos de modo adequado, evidenciando as reais necessidades de suas instituições, através de um Plano Plurianual (PPA) participativo. O PPA é o planejamento de longo prazo, com edição a cada quatro anos, em que são definidos os programas estaduais e federais, e se estabelece as ações do governo, com vigência no início do segundo ano de um governo até o final do primeiro ano do mandato subsequente. O PPA (2008-2011) apresentou como meta para a educação e cultura na rede federal de ensino superior a criação de 330 mil vagas. O PPA (2012-2015) permaneceu com a proposta de mudar os números de escolarização bruta do ensino superior, com a ampliação do acesso e permanência da população nos cursos de educação superior com vistas às exigências do século XXI. O desenvolvimento de projetos nas áreas de pós-graduação, pesquisa e extensão, de forma integrada, garantem o aperfeiçoamento da formação atenta aos problemas e necessidades sociais, ao mesmo tempo em

que confirma a UNEB como espaço de produção científica e cultural, e de disseminação de novas tecnologias (PPA 2012-2015).

Além do PPA, há de se observar também a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem a sua periodicidade anual e estabelece as metas e prioridades da administração pública estadual, retratando as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. Ela orienta a LOA, Lei Orçamentária Anual, no que tange às alterações na legislação tributária e o estabelecimento das políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A LDO é importante na relação entre o PPA e a LOA, pois destaca, através de regras e normas, o que deve ser prioritário na composição do orçamento anual. A LOA se volta para o planejamento a curto prazo das ações e dos programas a serem executados. Engloba os orçamentos da União, o orçamento de investimento das empresas, em que a União direta ou indiretamente tenha capital social com direito a voto, e o orçamento da seguridade social que abrange a todos os órgãos vinculados a União.

O PPA e a LDO são leis que auxiliam na definição de parâmetros e diretrizes para a elaboração e execução da LOA. Estas leis, assim como os orçamentos anuais, compreendem as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da LOA.

O PPA é uma lei ordinária que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras dela decorrentes para os programas de duração continuada. Ele estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas advindas, assim como as relativas aos programas de duração continuada, de acordo com o que prevê o § 1º do art. 165 da CF.

A LDO, também lei ordinária, estabelece as metas e prioridades da administração pública, do Governo Federal, incluindo as despesas de capital para exercício subsequente, orienta e antecede a elaboração da LOA.

A LOA, lei ordinária, pode ser federal, estadual ou municipal, que apresenta a estimativa de receita e a autorização para as despesas, composta pelo orçamento fiscal e da seguridade social e de investimento dos poderes de qualquer ente federal fundos, órgãos e entidades, além do orçamento de investimento das empresas estatais.

Tanto o PPA, como a LDO e a LOA são leis ordinárias no âmbito do respectivo ente federado, seja União, Estado, Distrito Federal e Município.

Através da LOA federal são feitas emendas ao Orçamento Geral da União, enviadas pelo Executivo ao Congresso anualmente. Caracterizam-se como propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto com os estados e municípios quanto com as instituições. Estas emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens ou rubricas do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo.

A LOA estadual reflete o funcionamento estado, o governo estadual define no Projeto de Lei Orçamentária Anual, as prioridades contidas no PPA com as metas a serem atingidas naquele ano. A Lei Orçamentária disciplina todas as ações do governo. Considerando que a unidade de estudo é uma autarquia estadual delimita-se a discussão sobre os instrumentos orçamentários, referentes à esfera estadual. A Lei Orçamentária do Estado estima as receitas e autoriza as despesas de acordo com a previsão da arrecadação. Caso houver, durante o exercício financeiro, necessidade de realização de despesas acima do limite previsto em lei, o Poder Executivo submete à Assembleia Legislativa projeto de lei de crédito adicional. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do orçamento.

O Poder Executivo diante de crises econômicas tende a editar Decretos de Contingenciamento, com limites financeiros de gastos abaixo dos limites aprovados pela Assembleia Legislativa, de acordo com as receitas arrecadadas. Para efeitos dessa pesquisa, no que tange à UNEB, ela como entidade do Estado executa no orçamento do Estado, o ordenamento da despesa pública não permite a execução de despesa fora da LOA.

Em 2000, a Lei Nº 101 de Responsabilidade Fiscal, introduziu a restrição orçamentária na legislação brasileira e propôs disciplina fiscal para os três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, além do Ministério Público. Criou-se novas responsabilidades para o administrador público com relação aos orçamentos da União, dos Estados e Municípios, como limite de gastos com pessoal, proibição de criar despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas, entre outros.(BRASIL, 2015c)

Para Slomski (2003), o planejamento, no âmbito estadual, é feito observando princípios de moralidade e transparência e tem no Orçamento um dos seus

principais elementos. Nele são apresentadas as prioridades que indicam claramente as linhas de ação do Governo, ou seja, quais projetos e atividades serão desenvolvidos no âmbito da educação, saúde, saneamento, transportes, dentre outros, que beneficiarão diretamente a sociedade.

Assim como o PPA e a LDO, o Orçamento é uma peça obrigatória, prevista em lei, que discrimina todas as receitas e fixa todas as despesas do Governo e a qualidade da sua construção é que ditará a maior eficiência no gasto público, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Orçamento é um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas e estabelece as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade.

No setor público, o Orçamento funciona como instrumento de planejamento, segundo as Constituições Federal e Estadual. Contudo, houve significativas mudanças relacionadas à abrangência, ao conteúdo, a fiscalização e controles político, administrativo e social, voltados à organização do gasto público, à transparência e ao planejamento das decisões governamentais sobre alocação de recursos. Além da Constituição Federal, a Lei Complementar Nº101, de 04 de maio de 2000, traz inovações e modernizações, pautadas em pressupostos de uma administração gerencial, que exige um novo modelo de administração baseado nos princípios da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e transparência à gestão dos recursos públicos.

Podemos estudar o Orçamento sob os aspectos político, jurídico, econômico e financeiro. No aspecto político, trata-se do plano de governo ou programa de ação do partido que detém o poder. Do ponto de vista jurídico, a lei orçamentária é definida segundo a legislação brasileira. No aspecto econômico, resulta da evolução das características políticas do orçamento em que o melhor plano é aquele que resulta em maior produção com menor gasto. Do ponto de vista financeiro, temos efetivamente a execução orçamentária pelo fluxo monetário das saídas das despesas e das entradas das receitas.

Na administração pública, legalmente, pelo processo de planejamento instituído pela CF de 1988, os gestores estão obrigados a observar a programação das dotações orçamentárias da despesa, na conformidade com o estabelecido no correspondente PPA e LDO, sendo que a hierarquia desses diplomas legais sobre o orçamento público decorre do processo de planejamento na referida Carta Magna.

A análise dos orçamentos públicos exige conhecimento de sua estrutura e organização, que são implementadas por meio de um sistema de classificação que visa atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

Percebe-se que o planejamento público é uma ferramenta potente para produção de políticas públicas, como processo de gestão das organizações e como prática social transformadora.

2.8 EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares são uma das modalidades de efetivação e operacionalização das transferências voluntárias⁹. Esses repasses se efetivam por meio de convênios que não necessariamente se destinam a gasto de capital e estão vinculados ao objeto de estudo desta pesquisa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Emenda Parlamentar é a modalidade de transferência voluntária disponibilizada ao Congresso Nacional, a fim de que participe da elaboração do orçamento anual.

Por meio dessas emendas, os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando uma melhor alocação dos recursos públicos. É a oportunidade que eles têm de acrescentar novos programas, projetos ou atividades orçamentárias, com o objetivo de atender as necessidades do seu reduto eleitoral, ou seja, de contemplar as carências das comunidades que representam. Têm sido contempladas as áreas de infraestrutura; saúde; integração nacional e meio ambiente; educação, cultura, ciência e tecnologia e esporte; planejamento e desenvolvimento urbano; fazenda, desenvolvimento e turismo; justiça e defesa; poderes do Estado e representação; agricultura e desenvolvimento agrário; trabalho, previdência e assistência social.

Na situação deste estudo, quanto às emendas parlamentares destinadas à educação superior, o órgão financiador das emendas constitui-se o Ministério da

⁹ São os repasses de recursos da União aos estados, Distrito Federal e municípios, em caráter de cooperação, auxílio ou assistência financeira. O mais importante aspecto dessa forma de transferência de capital é a sua flexibilização, considerando que eles não têm vínculo prévio com determinadas rubricas no orçamento do ente que irá recebê-los. Dessa forma, é possível usar tais recursos em consonância com as peculiaridades de cada local, atendendo às necessidades não contempladas com o orçamento obrigatório.

Educação. Este Ministério da Educação tem se empenhado em oferecer condições adequadas de estudo a todos os brasileiros, em todos os níveis da educação, através de um conjunto de programas que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para os quais podem ser apresentadas as emendas parlamentares. Em 2014, entrou em discussão algumas deliberações sobre emendas ao Plano Nacional de Educação, que estipula em seu texto-base do projeto um investimento de 10% do Produto Interno Público (PIB) para o ensino público. No entanto, com o pretexto de que a área de educação é muito ampla e abrange desde a educação básica ao ensino superior, há um movimento no sentido de retirar desse percentual investimentos para programas como o Ciência sem Fronteiras, Fies, creches e pré-escolas conveniadas e a educação especial.

Com a promulgação da CF de 1988, as atividades de planejamento e orçamento ficaram mais integradas, abrindo mais espaço ao Legislativo. Apesar da instituição do PPA, da LDO e da LOA para uma melhor jurisdição no processo, ainda se faz necessária uma lei específica para as finanças públicas¹⁰. O Estado precisa mediar o interesse de todos que estão participando do processo de elaboração, execução de despesa, mas mantendo sempre o controle e o direcionamento político, através das implementações necessárias à construção do objeto principal: o progresso do país.

De acordo com o calendário estabelecido pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Poder Executivo encaminha o PPA, a LDO e a LOA ao Congresso Nacional para ele apreciar e aprovar os projetos, reenviando-os depois para a sanção presidencial. O cumprimento dos prazos nos projetos especifica as atribuições do Executivo e Legislativo no processo orçamentário, na tentativa de garantir o planejamento feito pelo Estado. O detalhe é que o calendário proposto não favorece a integração dessas leis por elas acontecerem cada uma em momentos diferentes e nem favorece a articulação entre os estados e municípios que também possuem calendários próprios. Segundo MELAMED, PIOLA (2011, p. 292) após a CF de 1988, houve a necessidade de um ajuste temporal e pragmático

¹⁰ Conforme está previsto no art. 163 da CF de 1988. Atualmente a elaboração, apreciação, execução e avaliação dos planos e orçamentos públicos é regulada principalmente pelos arts. 70, 72 e 165-169 da CF de 1988 e pelos arts. 34 a 42, 60 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), pela Lei do Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pela Lei 4.320/64, por alguns dispositivos do decreto-lei 200/69 e pelas Resoluções do CN.

entre estas leis de planejamento e orçamento nos diversos níveis para garantir a eficácia no processo.

Para Melamed, Piola (2011, p.294), existem duas etapas no processo orçamentário: a de elaboração e definição do Orçamento e a de execução e fiscalização¹¹ (ou controle). No primeiro momento, o Legislativo aprecia a proposta de Orçamento feita pelo Executivo, apresentando as emendas, depois o momento é de controle da execução da proposta. O Poder Executivo elabora os respectivos projetos de lei de PPA, LDO e LOA, definindo prioridades, parâmetros e volume de recursos a serem destinados para cada área e um conjunto de negociações se desenvolvem entre o Executivo e os parlamentares com mais prestígio e poder político (PEREIRA; MUELLER, 2002).

Isso aumenta o espaço de influência do Poder Executivo com a inclusão de receitas que dependem da aprovação do Legislativo (REZENDE; CUNHA, 2002). O Presidente da República apresenta ao Congresso os respectivos projetos de lei¹² para que se inicie oficialmente a discussão sobre o Orçamento no Congresso Nacional.

A participação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) é muito disputada pelos partidos. Sendo uma forma importante de influenciar a destinação dos recursos para suas preferências ou para os seus redutos eleitorais, a indicação dos participantes feita por eles (BEZERRA, 1999).

Com a aprovação da Lei, inicia-se a etapa de execução, quando o Poder Executivo passa a distribuir e efetivar as despesas previstas no Orçamento. O Poder Executivo define como os recursos serão gastos, remetendo-se sempre às leis aprovadas, entretanto pode realizar remanejamento de recursos ou simplesmente não liberar algumas das rubricas definidas na LOA.

¹¹ A base legal para o processo orçamentário do setor público é a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços públicos. Com a Constituição de 1988, introduziram-se modificações no processo orçamentário com a definição do PPA, da LDO e da LOA.

¹² Eles são apreciados conjuntamente pelas duas Casas Legislativas (Senado Federal e Câmara dos Deputados), ficando a cargo da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) examinar e emitir parecer sobre os referidos projetos. Depois do projeto ser aprovado pela CMO é encaminhado à Mesa do Congresso para votação final onde são processadas as modificações e elaborada a versão final para sanção presidencial. Após análise dos gastos realizados pelo Legislativo, o Presidente determina a correção de desequilíbrios identificados, procedendo por fim à sanção. Havendo veto, o Congresso tem 15 dias úteis para apreciá-lo, podendo torná-lo sem efeito caso seja aprovado por maioria absoluta.

Assim, o modelo orçamentário brasileiro aponta para o tipo “autorizativo” (GIACOMONI, 2001; GIAMBIAGI; ALÉM, 1999), pois libera os recursos orçamentários conforme a sua conveniência. O que pode trazer o perigo do uso dos recursos públicos como instrumento de “patronagem” do Presidente da República em sua relação com o Congresso Nacional, conforme afirmam Pereira e Muller (2002). As emendas parlamentares poderiam ser utilizadas como mecanismo de cooptação dos parlamentares ao se condicionar sua liberação à votação de interesse de governo.

Pode-se captar recursos através de emendas parlamentares pelas três esferas de governo. Nos estados, a distribuição dos recursos ocorre através da bancada correspondente ao referido estado e os percentuais destinados à distribuição aos setores são diferentes, sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa.

A utilização dos recursos públicos para atender a demandas no Brasil não é algo que reflete diretamente as regras instituídas a partir da CF de 1988; vem de um padrão político anterior, tradicional na distribuição dos recursos. Os Orçamentos Públicos atraíam os membros do Legislativo para aprovação de políticas de iniciativa do Executivo, segundo Amorim Neto e Santos (2001). Faz-se necessário, portanto, a consolidação de um padrão político democrático na construção e na execução do orçamento público no Brasil.

A utilização desta modalidade de transferência voluntária de maneira eficiente irá subsidiar e potencializar os programas e projetos, fomentando a pesquisa e fortalecendo a extensão, além de possibilitar a ampliação da sua infraestrutura. É uma iniciativa de preservação da autonomia universitária e do seu desenvolvimento por meio da prospecção de novas fontes de recursos alternativos.

Até 2014 existiam quatro tipos de emendas feitas ao orçamento: individual, de bancada, de comissão e da relatoria. Em 2015, acabaram-se as emendas individuais, de autoria de cada senador ou deputado. As emendas de bancada são emendas coletivas, produzidas pelos parlamentares de estados e regiões em comum. As apresentadas pelas comissões técnicas da Câmara e do Senado são também coletivas, bem como as propostas pelas Mesas Diretoras das duas Casas. As emendas da relatoria são feitas pelo deputado ou senador que, naquele determinado ano, foi escolhido para produzir o parecer final sobre o Orçamento – o chamado relatório geral. Há ainda as emendas dos relatores setoriais, destacados

para dar parecer sobre assuntos específicos divididos em dez áreas temáticas do orçamento. Todas as emendas são submetidas à votação da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Para que sejam viabilizadas as transferências voluntárias, é imprescindível que a entidade pleiteante se informe sobre os programas federais abertos que podem servir ao Estado e que vão ser abertos no decorrer do exercício pelos Ministérios e Secretarias Federais. Além disso, é fundamental que tenha bons diagnósticos que subsidiem bons projetos que podem diferenciar na seleção técnica; que saiba operacionalizar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União - SICONV¹³; que faça a gestão das propostas de trabalho encaminhadas; e que tenha uma boa articulação técnica e política em Brasília. Através do acesso ao Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC), acompanham a apresentação das emendas e, no caso do projeto aceito, será submetido às exigências do SINCONV, cujo Portal¹⁴ foi aprimorado em 2012. Assim, podemos acompanhar todas as etapas de administração, distribuição e alocação desses recursos. Até mesmo através do Acesso Livre é possível verificar as opções de emendas parlamentares propostas para cada ano. Elas obedecem a um prazo para envio à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR, por intermédio do Sistema Integrado de Planejamento e Secretaria de Logística Orçamento - SIOP. Este, porém, ocorre em função da Lei Orçamentária Anual (LOA), no mês de maio ou abril, caso haja eleições.

Existe outra possibilidade para aqueles que possuem uma boa articulação técnica e política de apresentar as propostas aos parlamentares de forma direta, antes do prazo de apresentação das emendas. Assim, eles se reúnem na bancada,

¹³ É um grande banco de dados, uma ferramenta, sob o comando do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da e Tecnologia.

¹⁴ Através do site www.convenios.gov.br. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e estão (2008), em 2012, o Siconv continuou seu desenvolvimento e amadurecimento, com destaque para o conjunto de funcionalidades denominado ordem bancária de transferências voluntárias (OBTv). Esta possibilita que os convenientes realizem pagamentos diretamente pelo Sistema, centralizando a gestão dos recursos do convênio, bem como proporcionando um maior controle em sua destinação. As principais funcionalidades implantadas foram: acompanhamento e fiscalização; comprovação de exercício de atividades; eventos de rescisão, anulação, extinção; ordem bancária de transferência voluntária (OBTv); integração com outros órgãos da administração pública federal por meio de *webservice*; envio de dados para o Portal de Dados Abertos; integração da prestação de contas com o SIAFI; registro de notificações; eventos de retificação; chamamento público; cotação prévia de preços e termo de parceria.(BRASIL,2015d)

ou resolvem individualmente, para analisar e melhor distribuir os recursos que lhes cabem nas respectivas áreas. Esta hipótese demanda uma excelente organização da instituição atrelada a outros fatores a serem ainda analisados.

O processo de captação de recursos obedece a uma análise de aderência aos programas do governo federal. O objeto do convênio precisa ter relação direta com os programas dispostos no PPA atual, o Plano Mais Brasil¹⁵, em que se percebe que os programas temáticos iniciados com o número vinte possuem os recursos passíveis de viabilização via Emendas Parlamentares. Para cada programa, objetivos e metas, o projeto deve contribuir pra o alcance destas metas, o objeto e o título do projeto deve ter estreita relação com os objetivos e metas do programa temático selecionado.

Através do decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, ficam regulamentados os instrumentos de parceria, como convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Isso contempla também a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvem a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Tabela 9 - Emendas parlamentares apresentadas pelos Partidos Políticos (2006-2012)

Partido	QUANTIDADE DE EMENDAS					
	2006	2007	2008	2009	2010	2012
PC do B	154	113	176	145	39	38
PDT	209	173	254	270	38	35
PFL	592	687	23	Extinto	Extinto	Extinto
PL	274	192	Extinto	Extinto	Extinto	Extinto
PMDB	643	754	771	724	169	92
PMR	25	Extinto	Extinto	Extinto	Extinto	Extinto
PP	274	442	220	186	51	43
PPS	112	101	120	112	23	22
PRONA	11	12	Extinto	Extinto	Extinto	
PSB	249	254	307	316	38	84
PSC	38	45	79	94	23	16
PSD	Não existia	Não existia	Não existia	Não existia	Não existia	39
PSDB	601	651	663	603	108	85

¹⁵ Disponível em: http://www.mp.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo%20I%20Atualizado_LOA2014_2.pdf

PSOL	113	104	69	50	6	27
PT	990	950	940	938	150	214
PTB	246	396	78	101	27	22
PV	55	71	100	76	26	14
DEM	Não existia	19	542	561	114	43
PAN	Não existia	5	0	0	0	0
PR	Não existia	167	259	237	52	39
PRB	Não existia	15	66	14	7	10
PROS	Não existia	Não existia	Não existia	Não existia	0	31
PRP	0	0	0	0	0	1
PHS	Não existia	Não existia	24	0	1	0
PMN	Não existia	Não existia	45	17	5	6
PRTB	Não existia	Não existia	16	17	0	0
PTC	Não existia	2	2	3	3	2
PT do B	Não existia	Não existia	13	6	2	6
SDD	Não existia	Não existia	Não existia	Não existia	Não existia	39
SEM PARTIDO	0	50	0	0	0	0
TOTAL	4.586	5.203	4.767	4.470	882	908

Fonte: Siga Brasil/2012

Na Tabela 9, observa-se que, neste período, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foram os que mais se destacaram em termos de apresentação de emendas. O Estado da Bahia dispõe de inúmeras possibilidades para firmar convênios com o governo federal e ainda com alguns dos vinte e quatro municípios baianos em que a UNEB se faz presente através de seus departamentos, todos previamente habilitados a participar do ditame. Atualmente, temos trinta e nove deputados federais e sessenta e seis deputados estaduais e três senadores representando a Bahia com a oportunidade de acrescentarem novas programações orçamentárias para atender as demandas das comunidades que representam, os seus redutos eleitorais.

Neste estudo, analisamos as emendas parlamentares no período de 2010 a 2013. Até o ano de 2013, o governo federal deveria aplicar em emendas 1% da Receita Corrente Líquida da União, equivalente a 6,75 bilhões de reais, ou seja, cerca de 11,3 milhões por parlamentar. Se houvesse risco de o governo fechar o ano no vermelho e surgisse a necessidade de um corte, as emendas só poderiam ser contingenciadas na mesma proporção para atingir o restante do Orçamento.

Destacamos a relevância desta pesquisa pela existência de novas regras ao final do ano de 2013, onde, de acordo com o estabelecido pela LDO¹⁶, ficou obrigatória a execução das emendas de deputados e senadores até o limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União no exercício anterior. Em 2014, o Senado Federal aprovou o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo e atualmente cada deputado tem direito a 15 milhões de reais em emendas individuais ao Orçamento anual. Agora, mesmo havendo razões econômicas a presidente Dilma Rousseff não pode alegar o corte das emendas parlamentares.

2.8.1 PROCEDIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES

Os procedimentos para a captação de recursos através de emendas parlamentares se baseiam na apresentação de Emendas Parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual da União. O processo precisa obedecer algumas orientações gerais à elaboração das propostas, visando a apresentação de emendas ao referido projeto, o que enseja informações específicas e documentos básicos.

Através da Comissão Mista de Orçamento da Câmara Federal, obtém-se as informações quanto à alteração no cronograma de tramitação do Projeto de Lei do Orçamento da União. Geralmente, a elaboração de propostas visando a apresentação de emendas ao orçamento acontece no mês de outubro de cada ano, podendo ser prorrogado até novembro do mesmo ano.

Os projetos deverão ser acompanhados de Termo de Referência, Plano de Trabalho, Cotações e Planilha de Cotação¹⁷ que devem ser encaminhados ao setor responsável da instituição para providências e encaminhamentos. O Termo de Referência é o formulário que estrutura a apresentação de Emendas Parlamentares, servindo de base para a elaboração dos projetos. A justificativa deve descrever de forma clara e sucinta as razões que fundamentam a solicitação do programa, projeto ou evento, evidenciando os benefícios sociais e econômicos a serem alcançados.

¹⁶ Lei de Diretrizes Orçamentárias Nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013.

¹⁷ Ver Anexos C, D e E.

Precisamos consultar as especificações do produto através do *Comprasnet*¹⁸ para adequação ao formulário. Além disso, podemos obter cotações por empresas especializadas, através de contato com vendedores e solicitação de orçamento via internet.

O Plano de Trabalho se caracteriza como o procedimento que deve ser realizado para consolidar a etapa posterior ao Termo de Referência.

A Planilha de Cotação de Preço é um formulário que precisa ser desenvolvido para compor o projeto na etapa da aquisição do bem ou serviço e serve para relacionar as cotações realizadas para a finalização do processo.

Em 2015, encontramos já algumas cartilhas para orientar os parlamentares quanto aos programas e projetos do Ministério da Educação a serem objetos de emendas ao orçamento. Estes, relacionados com a educação básica, educação profissional e tecnológica e ensino superior. Os estados, os municípios e o Distrito Federal deverão realizar a avaliação sobre as condições do sistema educacional local, em decorrência da qual se concretizam as ações constantes do Plano de Ações Articuladas (PAR), conforme determina a Lei nº 12.695 de 2012.

Através do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e controle no Ministério da Educação (SIMEC)¹⁹, obtêm-se o detalhamento e as orientações para o cadastramento dos projetos e de emendas, provavelmente aprovadas. As ações de apoio as IES estaduais visam a auxiliar a sua manutenção, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas. A ação tem por objetivo o fortalecimento destas instituições de ensino superior por meio de transferências voluntárias de recursos provenientes de emendas parlamentares. Geralmente, os recursos destinam-se a investimento, têm relação, por exemplo, com construções, aquisições e a custeio, que se refere a materiais de uso contínuo, despesas com transportes, deslocamento, contratação de serviços especializados e capacitações.

Quando as emendas forem destinadas a entidades estaduais, municipais, do Distrito Federal ou privadas sem fins lucrativos, os convênios com o Ministério da Educação serão realizados no SIMEC. Este sistema passou por reestruturação para se ajustar às exigências do SICONV e às necessidades do MEC.

¹⁸ http://www.comprasnet.ba.gov.br/ConsultaCatalogo/menu_catalogo.asp

¹⁹ Portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação.(BRASIL, 2015b)

Os parlamentares, autores das emendas deverão se cadastrar no SIMEC para realizar a indicação das entidades beneficiadas e a distribuição dos recursos de suas emendas. Eles devem se cadastrar no sistema, no módulo “Emendas”, através do acesso ao *síte* do SIMEC²⁰ e selecionar a opção “Solicitar Cadastro”. Depois, deve-se escolher o módulo “Emendas” e informar o CPF do parlamentar requerente do cadastro, a senha será liberada de acordo com o CPF. É necessário preencher o formulário de cadastro e, no campo “Perfil Desejado”, selecionar a opção “Autor da Emenda”. Assim, caso o parlamentar seja autor de emenda individual e também de bancada ou de comissão, será necessário acessar as diferentes opções de autoria, de acordo com o tipo de emenda sob sua responsabilidade. Ao final do cadastro, o requerente receberá *e-mails*, informando que o pedido de acesso foi registrado e será analisado pelo gestor do sistema e o outro referente ao cadastramento do projeto após a publicação do orçamento.

O parlamentar poderá depois, através do seu *login* e senha, visualizar a sua lista de emendas, editar, acompanhar a distribuição dos recursos e assim distribuir os recursos entre as entidades que deseja beneficiar, informando o CNPJ para conferir o objeto e o valor a ser destinado a cada uma delas.

²⁰ <http://simec.mec.gov.br>

3 A METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo abarcou diferentes momentos. Primeiramente, foi construído, com base na análise crítica da literatura e extração de conceitos, o referencial teórico constituindo o modelo da pesquisa. Este ofereceu os fundamentos a partir dos quais o problema de pesquisa foi observado e discutido. Em seguida, norteados pelo referencial teórico, foram determinadas a abordagem metodológica e os procedimentos metodológicos propriamente ditos, cujo detalhamento é apresentado a seguir.

No desenvolvimento desta pesquisa, tem-se a necessidade de um recorte metodológico a partir do problema de pesquisa formulado e objetivos estabelecidos. Então, novos referenciais são buscados para o projeto que fora proposto inicialmente. Leituras sobre políticas públicas e gestão democrática de Sander (2005), entendimento do que seria a pesquisa participante com Brandão (2006) e, claro, estratégias metodológicas pelo olhar de Bernadete Gatti (2011) em suas abordagens sobre pesquisas educacionais.

Segundo Gil (2009), o objetivo fundamental da ciência é chegar à veracidade dos fatos por meio de um método que permita atingir determinado conhecimento. Assim, o autor trata o método como o caminho para se chegar a determinado fim, e o método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Para Oliveira (2008), a pesquisa científica requer a utilização de um método de investigação. Este método é tratado como a maneira de se pensar para descobrir a natureza de determinado problema e daí ou o estudamos ou o explicamos.

Alguns autores como Minayo (1992) e Vergara (2005) fazem as suas considerações metodológicas, destacando a qualidade do trabalho e os meios de investigação, respectivamente.

3.1 ABORDAGEM

A escolha de abordagem apropriada se caracteriza pela concepção de alcance do objetivo a partir da definição do problema. Esta investida pode ser quantitativa, em que as variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas

numericamente, com a análise dos resultados. Podendo ser também por métodos quantitativos, no caso do uso da estatística, ou a qualitativa, que se preocupa com o fenômeno, isto é, a interpretação de um fato realizada por um observador. (APPOLINÁRIO, 2004; p. 155)

Segundo Roesch (1999; p.125), pela delimitação da unidade de estudo, ou seja, uma instituição universitária, a pesquisa qualitativa apresenta importância crescente, principalmente na pesquisa em organizações, quando o estudo também se aproxima de questões sobre a estrutura organizacional.

Neste trabalho, a autora aplicou uma abordagem qualitativa ao envolver a obtenção de dados descritivos coletados no contato direto da pesquisadora com a questão estudada, dando maior ênfase ao processo do que ao resultado, preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes. (BODGAN e BIKLEN, 1994)

Segundo Bogdan e Biklen (1994), na pesquisa qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, o qual é considerado pelo pesquisador como instrumento principal. Assim, nesta pesquisa foram visitados os locais relacionados com a área de pesquisa, a exemplo da Secretaria Especial de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC), da Pró-Reitoria de planejamento (PROPLAN), órgão responsável pelo planejamento, controle e avaliação das ações desenvolvidas pela UNEB, a Unidade de Desenvolvimento Operacional (UDO), como fonte de documentos analisados na fase empírica do estudo.

Na investigação, através da coleta de dados, percebe-se que a pesquisa qualitativa é também descritiva. Foram coletadas informações no Portal da Transparência, Portal do Senado no Siga Brasil, no SINCONV e analisados os Catálogos de Emendas da UNEB, elaborados pela UDO. Estes dados coletados foram analisados para o desenvolvimento deste diagnóstico.

Para Laville e Dionne (1999, p.43), quando a pesquisa é centrada em um problema específico provoca o pesquisador a escolher a abordagem mais adequada. Para se chegar à compreensão desejada, pode-se escolher a abordagem quantitativa, qualitativa ou a mistura de ambas. O ideal é que a opção escolhida abarque o objeto da pesquisa e que consiga extrair as melhores informações dos aspectos a serem estudados em torno do problema. Os autores afirmam que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se completam, visto que a realidade demonstrada interage de maneira dinâmica. A definição pelo tipo de

abordagem adotada nesta pesquisa foi baseada na fundamentação teórica, através da pesquisa bibliográfica e eletrônica.

Esta pesquisa é na área de Educação, voltada especificamente para a gestão universitária, tendo sido escolhida como unidade de estudo a Universidade do Estado da Bahia, onde destacamos a gestão de recursos orçamentários e financeiros oriundos das emendas parlamentares.

A escolha pelo formato de diagnóstico se deu pelo fato do conhecimento ser efetivo no momento da investigação. Sendo possível e mais adequada uma descrição minuciosa da captação de recursos da União pela UNEB, via emendas parlamentares, com base nos dados e/ou informações obtidas por meio do SICONV. O que contribuiu para o entendimento do processo de elaboração de projetos na Universidade para tal fim.

A proposta é criar novos mecanismos e planejar estratégias mais eficazes que favoreçam a criação de uma carteira de projetos, atrelando as demandas da Universidade aos interesses da sociedade relacionados ao bem-estar, prestação de serviço público e a interesses político-partidários. Espera-se que este trabalho seja de utilidade para a UNEB, os seus gestores e para todos que se veem engajados na busca e construção de uma educação superior pública de qualidade ou que desejem ter orientação referente à elaboração de projetos para captar recursos.

3.2 DESENHO DE ESTUDO

Percebe-se a ideia de desenvolver um estudo de caso, com objetivo preciso de aplicar uma metodologia fundamentada na análise do histórico das Emendas Parlamentares voltadas para a Educação no Estado da Bahia, que contemplaram a UNEB no período de 2010 a 2013. O que acaba por mostrar o processo de captação de recursos externos na UNEB no mesmo período.

No desenvolvimento do projeto de intervenção a intenção é de ir além da descrição do objeto de estudo. Yin (2005, p.33) afirma que "o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa abrangente", além de ser "uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto na vida real" (YIN, 2005; p.32). Esta estratégia metodológica está adequada ao nosso propósito, mas

surgiu a intenção de desenvolver um processo investigativo voltado à apresentação de uma proposta de intervenção para a realidade estudada neste trabalho.

Segundo Pozzebon e Freitas (1997), o estudo de caso é particularmente adequado ao exame exploratório de fenômenos ainda pouco estudados e que precisam ser analisados em seu meio ambiente de ocorrência, em seu *habitat* natural.

O estudo de caso é apoiado por um referencial teórico, que orienta as questões e proposições do estudo, agrupa uma gama de informações obtidas por meio de diversas técnicas de levantamento de dados e evidências (MARTINS, 2008).

Para Creswell (2010), as características podem ser o ambiente natural onde o pesquisador qualitativo tende a coletar os dados no local em que os participantes vivenciam a questão ou problema a ser estudado; pela possibilidade do pesquisador coletar os dados pessoalmente por meio de exame de documentos, de entrevistas com participantes e de observação do comportamento deles; pela probabilidade de coleta de dados por múltiplas fontes sem restringir a confiabilidade em uma única fonte, etc.

Para Stake (1994), é cabível o estudo de caso em pesquisas em que o objeto de estudo é uma pessoa, um programa, uma instituição, uma empresa ou um determinado grupo de pessoas.

Além de descrever e compreender o objeto de estudo, pretende-se produzir um instrumento de acompanhamento para intervir no processo de captação de recursos via emendas parlamentares. Assim, a proposta metodológica passou a ser através de uma pesquisa aplicada, também conhecida como pesquisa prática. Para Demo (2004, p.38), a pesquisa prática é destinada a intervir diretamente na realidade já que está mergulhada no real concreto e a intervenção é imediata. A pesquisa apresenta dimensões que possibilitam várias perspectivas de análise, o que favorece a compreensão do objeto apresentado apesar do seu ineditismo.

3.3 UNIDADE DE ESTUDO: A UNEB

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizada no estado da Bahia, geograficamente no sul da Região Nordeste, faz limites com oito outros estados

brasileiros. É o estado brasileiro que mais faz divisas e tem a mais extensa costa banhada pelo Oceano Atlântico. Dentre os estados nordestinos, a Bahia representa a maior extensão territorial, a maior população, o maior PIB e o maior número de municípios. Salvador, a sua capital, é a terceira cidade mais populosa do Brasil. De acordo com o Censo 2010, a Bahia apresenta uma população total de 14.021.432 habitantes. Segundo dados brutos do Atlas 2010 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Bahia apresenta 29,5 % de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo, habilitadas a cursar o ensino superior.

A UNEB, instituição pública de educação superior do Governo do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Educação. Com quase 33 (trinta e três) anos de atuação, está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema *multicampi*, totalizando 24 (vinte e quatro) campi, em 24 (vinte e quatro) municípios baianos²¹, com seus 29 (vinte e nove) departamentos, atuando em 19 (dezenove) dos 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade do Estado da Bahia e 14 (quatorze) regiões econômicas.

Essa condição *multicampi* faculta à UNEB a liberdade de participar e interagir, contribuindo de forma significativa nos processos sociais, na ampliação do capital intelectual e cultural, além de favorecer a diversidade de pensamentos e manifestações, a partir da definição clara das atribuições da instituição nos temas estratégicos para o desenvolvimento estadual, por meio da preservação de valores e costumes das regiões que abrigam os seus *campi*.

A Universidade do Estado da Bahia tem origem no seu núcleo embrionário o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), autorizado a funcionar mediante convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Educação e Cultura. São documentos legais da criação do Ceteba a Portaria Ministerial nº 111 de 19 de fevereiro de 1968, documento básico para o estabelecimento daquele convênio por tempo indeterminado e, logo no ano seguinte foi expedido o Decreto Estadual nº 21.455, de setembro de 1969, que dispunha sobre o funcionamento daquele Centro e sua manutenção e administração a cargo da referida Secretaria.

²¹ Ver Apêndice B.

Transformado em Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia, em 10 de abril de 1974, manteve a sigla Ceteba, e assim funcionou até o advento da Lei Delegada nº 12, de 03 de dezembro de 1980 pela qual, ao mesmo tempo em que se extinguiu o Ceteba, criava-se a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb), com o *status* de autarquia estadual vinculada à Secretaria de Educação. Com tais prerrogativas, a Seseb passou a congregiar e integrar as unidades do Sistema Estadual de Educação Superior no Estado da Bahia: Ceteba, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco; as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité e de Juazeiro.

Em 01 de junho de 1983, a Lei Delegada nº 66 extinguiu a Seseb, criando a Universidade do Estado da Bahia, constituída pelas unidades vinculadas àquela autarquia, às quais se juntaram duas ulteriormente criadas: as Faculdades de Educação da Universidade do Estado da Bahia, localizadas em Salvador e em Senhor do Bonfim. O funcionamento da UNEB foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937 de 17 de julho de 1986, caracterizando-se como instituição de ensino superior mantida pela autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema *multicampi* de funcionamento, conforme mencionado anteriormente.(BAHIA, 2015a)

A UNEB oferta educação de nível superior, através do ensino, pesquisa e extensão. A sua administração central se localiza na cidade de Salvador, coordenando os princípios norteadores da instituição, oferecendo suporte técnico, operacional e financeiro a todos os seus referidos departamentos. Segundo a Secretaria Geral de Cursos (SGC) da UNEB, em 2013.2, a Universidade oferecia 123 cursos presenciais de graduação em seus 24 *campi*, com um total de 25.881 alunos matriculados por semestre na modalidade de ensino presencial e 4.857 alunos matriculados por semestre à distância.

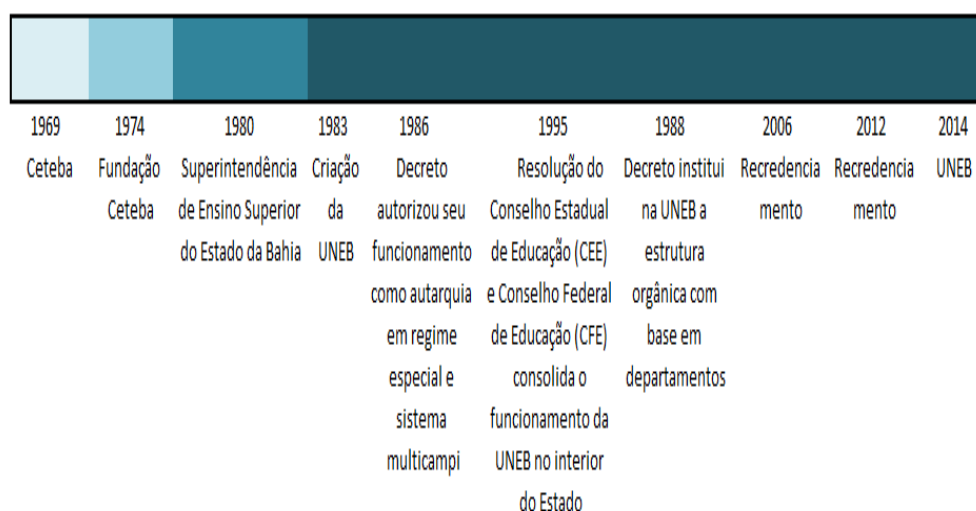
Consolida-se o acesso ao ensino superior, sobretudo no interior do Estado, com o reconhecimento da UNEB, através da Resolução nº 115 de 1995 do Conselho Estadual de Educação (CEE), homologada pela Resolução nº 351 de 1995 do Conselho Federal de Educação (CFE) e Portaria Ministerial nº 909 de 31 de julho de 1995.

A partir da vigência da Lei Estadual nº 7.176 de 10 de setembro de 1997, regulamentada pelo Decreto Governamental nº 7.223 de 20 de janeiro de 1998, foi

instituída na UNEB a estrutura orgânica com base em departamentos, passando a ser administrada pelo sistema binário, extinguindo-se as faculdades e centros existentes até então.

A UNEB tem como características básicas: ser uma instituição pública, gratuita, mantida pelo Governo do Estado; autárquica do regime especial de ensino, pesquisa e extensão, possui personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira, com patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o Estado. Teve o seu primeiro credenciamento através do Decreto Governamental nº 9.751, de três de janeiro de 2006(BAHIA, 2015b). E, mais recentemente através do Decreto Governamental nº 13.664, de sete de fevereiro de 2012.(BAHIA, 2015g)

Figura 2 - Formação da UNEB



Fonte: Criada pela autora/2015

Desde a sua criação, por definição legal e em função de sua configuração institucional, adequou-se estrutural e operacionalmente à incumbência de difundir o saber, promover a formação e o aperfeiçoamento acadêmico, científico e tecnológico, colaborando em base estratégica para o desenvolvimento da educação superior nas regiões onde está inserida e no estado da Bahia. A UNEB estruturou uma consistente expansão quantitativa, qualitativa e geográfica do conjunto original,

promovendo a criação de novas unidades universitárias no Estado e o aperfeiçoamento de seus cursos.

A UNEB se caracteriza pela oferta de ensino público superior com cursos de graduação e pós-graduação em *stricto* e *lato sensu*. O que possibilita o desenvolvimento intelectual e científico dos discentes inseridos nesta Instituição, que tem seus princípios basilares na democracia.

Através de seu reconhecimento pela sua *multicampia*, a UNEB potencializa a sua presença em 24 (vinte e quatro) municípios baianos, proporcionando o desenvolvimento estadual, adotando o modelo de administração descentralizado. Ela também se destaca pelas pesquisas científicas inovadoras, cursos especializados, extensão universitária, ancorada na interlocução entre a universidade e a comunidade.

A UNEB possui o Conselho Universitário (CONSU), como o órgão máximo de deliberação, com a competência de formular com prioridade a política universitária. Ele define as práticas gerais da área acadêmica e administrativa, funcionando como instância revisora, em grau de recurso, para deliberações no âmbito de sua competência e composição específica²².

3.4 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

De acordo com os objetivos deste trabalho, a metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa exploratória e descritiva. Torna-se exploratória por favorecer a ampliação do conhecimento e devido à familiaridade com o tema estudado, maior delineamento do problema e aprimoramento das ideias para torná-los mais explícitos, bem como na descrição de fenômenos que lhes são inerentes (GIL, 2007; ACEVEDO; NOHARA, 2007; VERGARA, 2009).

A pesquisa exploratória possui perspectiva com maior aderência a proposta predominante no estudo, a sua orientação alarga o universo de possibilidades de compreensão do objeto de investigação.

²² I - Reitor, Presidente; II - Vice-Reitor, Vice-Presidente; III - Pró-Reitores; IV - Diretores de Departamento; V - representantes do corpo discente, correspondendo a um total de doze por cento deste Conselho; VI - representantes do corpo técnico-administrativo, correspondendo a um total de doze por cento deste Conselho; e, VII - três representantes das comunidades regionais dos *campi*.

Muito embora a UNEB, eventualmente, possa ter sido objeto de exame de outras áreas de pesquisa, esta se caracteriza por exploratória, pois não foram identificados estudos científicos que tratam da captação de recursos via emendas parlamentares nem sobre o potencial da participação do professor na elaboração de projetos para a Universidade.

No estudo de caso exploratório, como o aqui sugerido, não se espera obter uma resposta definitiva para o problema investigado, mas sim uma visão mais acurada sobre a realidade (GIL, 2009).

Já a pesquisa, por ser descritiva, caracteriza-se por ser abrangente, permite uma análise dos problemas a partir de uma abordagem que reconhece e faz uso dos valores e feições sociais, econômicos, culturais, políticos, assim como das percepções de determinados grupos e comunidades sobre determinado fenômeno social (OLIVEIRA, 2012).

Assim, esta pesquisa se caracteriza também como descritiva, porque objetiva detalhar o que foi captado de recursos da União pela UNEB via emendas parlamentares na perspectiva de visualizar a participação dos recursos oriundos das emendas parlamentares, na esfera federal.

Este tipo de pesquisa tem como característica o propósito de esclarecer, modificar ideias e conceitos para estudos futuros, desenvolver estratégias, apesar de possuir pouca rigidez de planejamento e o objetivo de trazer uma visão geral aproximada do objeto sob investigação (GIL, 2009).

Segundo Godoy (1995), mesmo que inicie a investigação tendo como referência um esquema teórico, o pesquisador deve permanecer aberto para novas descobertas que possam surgir no decorrer da pesquisa, bem como, preocupar-se em demonstrar a multiplicidade de dimensões próprias da realidade social complexa.

Observando que poucos estudos foram desenvolvidos nesta área de captação de recursos via emendas parlamentares e tendo sido vista a promulgação de emenda constitucional sobre o orçamento impositivo, tornando obrigatória a execução de emendas parlamentares até o limite de 1,2% da receita corrente líquida, considera-se o estudo de caso o método mais indicado ao desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, fez-se também uma reflexão sobre a esfera de governo a ser estudada na pesquisa, no caso das emendas parlamentares que passou a ser impositiva, apenas agora conseguimos encontrar dados disponíveis a serem

analisados. A esfera federal foi escolhida devido ao ineditismo da discussão e a escassez de um banco de dados nas instituições a serem abordadas, no caso as IES estaduais baianas.

Parte-se para leitura sobre o entendimento do processo através de Rosimar Oliveira (2008), com as políticas educacionais no Brasil na tentativa de entender qual o papel do legislativo neste processo. Observa-se a política fiscal e o desenvolvimento no Brasil. Analisa-se o processo de financiamento da educação em seus primórdios, para a partir daí visualizar o financiamento das IES no Brasil e então se deter na Bahia com a UNEB como estudo de caso na captação de recursos, via emendas parlamentares.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O interesse em refletir sistematicamente sobre o acompanhamento da gestão dos projetos voltados à obtenção de recursos decorre do desenvolvimento dos trabalhos nos últimos dois anos na Gerência de Programas e Projetos Especiais, da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).

A observação da captação de recursos na UNEB, principalmente via emendas parlamentares, nos têm levado a inquietações, provocações e questionamentos sobre a área de planejamento na captação de recursos da Universidade. Assim, surgiu a curiosidade de analisar o histórico da captação via emendas parlamentares na instituição a partir de 2010 para entendermos melhor toda a sua conjuntura e prováveis entraves.

Como a autora exerce suas atividades profissionais na UNEB, toma-se então o cuidado de solicitar autorização no ambiente de trabalho da Universidade para realização desta pesquisa.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Através da Secretaria de Licitação, Contratos e Convênios (SELCC) da UNEB, através de sua Gerência de Convênios é obtido acesso a grande parte das informações sobre os convênios firmados pela Universidade. Também, pela Pró-

Reitoria de Planejamento (PROPLAN), por meio dos relatórios de atividades trimestrais disponibilizados via internet.

Destaca-se abaixo um conjunto de procedimentos que compõem esta pesquisa que por não conter questionários, entrevistas e por se tratar de utilização de dados secundários, não se faz necessária a submissão ao Comitê de Ética. O plano de investigação contemplou durante a pesquisa e revisão bibliográfica:

a) Fontes teóricas: bibliografia relacionada ao objeto de estudo, abordando captação de recursos para universidades, financiamento da educação superior, de livros, artigos científicos, para a construção do referencial teórico da pesquisa. Seleção dos mais significativos ao estudo ou aos argumentos histórico-sociológicos sobre o tema, quanto na fundamentação das análises dos dados e informações coletadas;

b) Legislação: consulta a leis, decretos, em especial sobre a distribuição de recursos a educação superior, ou em seus vários aspectos, por meio de consultas pela internet e periódicos especializados sobre o assunto. Foram utilizados documentos e legislações disponibilizados nos endereços eletrônicos do Senado Federal, no Portal da Transparência, das Secretarias da Educação, Planejamento e Fazenda do Estado da Bahia, bem como, o conteúdo veiculado nas páginas das Universidades Estaduais Baianas, inerente ao tema deste trabalho. Na conjuntura dos dados secundários, a título de exemplo, foram utilizados: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Portarias Interministeriais e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), ambos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Sistema Integrado de Planejamento (SIP), da UNEB. Tratando-se dos estudos ou avaliações formais, utilizou-se os Planos Estratégicos, Relatórios Anuais e de Gestão, Balanços Anuais e Relatórios de Prestação de Contas da UNEB;

c) Fontes documentais no período de 2010 a 2013: documentos oficiais como planos, relatórios, documentos com informações estatísticas referentes à distribuição das emendas para a educação superior na Bahia, entre outros documentos considerados relevantes para o estudo. Os documentos escritos foram

utilizados com vistas a contextualizar o fenômeno pesquisado, explicar as suas relações e conexões mais profundas com a realidade estudada;

d) Registros em arquivos: utilizamos registros organizacionais, a exemplo de mapas e tabelas das características e localização geográficas. Dados oriundos de levantamentos, estudos desenvolvidos pela Secretaria da Educação ou ainda pela UNEB;

e) Registros veiculados pela mídia: Utilizaram-se matérias que versaram sobre emendas parlamentares voltadas para a educação, em especial sobre educação superior. Não se pretendeu fazer um estudo que usasse exaustivamente essas publicações e sim procurar em que momentos a imprensa e os veículos de comunicação, de forma geral, estiveram alertas para a questão problema desta pesquisa. Isso se deu através de movimentos, manifestações e mobilizações sociais em torno da ampliação dos investimentos para educação.

4 A UNEB E O SEU PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o que foi apresentado sobre a estrutura *multicampi* da UNEB e o seu funcionamento, atuando em vários municípios baianos, pretende-se investigar a sua metodologia na realização da captação de recursos. A Universidade se propõe continuamente a projetar o aproveitamento das oportunidades existentes no contexto de sua capilaridade.

4.1 O PLANEJAMENTO NA UNEB

No Apêndice B, são detalhados os 29 departamentos da UNEB na tentativa de delinear sucintamente o seu perfil geográfico no Estado. Nas instituições de perfis heterogêneos, como a UNEB, a adoção de técnicas como o planejamento estratégico é extremamente importante para que sejam alcançados os objetivos e as metas estabelecidas, principalmente para o alcance do desenvolvimento acadêmico e social que abarque de forma integrada todas as partes que compõem a universidade.

As diretrizes definidas coletivamente determinam valores, implantam, mensuram e avaliam a otimização e o aproveitamento positivo dos programas e projetos desenvolvidos na Instituição. Neste sentido, é que se percebe o quanto um planejamento bem elaborado e executado de maneira eficiente é imprescindível e o quanto ele se reflete na imagem institucional, viabilizando o comprometimento, o engajamento e a responsabilidade social e educacional adotada e exercida pela UNEB.

Esta instituição, frente a sua natureza *multicampi*, pode participar e interagir, representando e contribuindo de forma significativa no processo de sua própria consolidação para apoiar o desenvolvimento do Estado da Bahia.

Percebe-se que mesmo com toda esta responsabilidade advinda do processo de redemocratização no país, demanda-se ainda mais autonomia e democracia a estas instituições de educação para que elas se fortaleçam oferecendo maior suporte a sociedade.

O Sistema Integrado de Planejamento (SIP) é um Banco de Dados da UNEB, com interface com outros sistemas e ferramentas utilizados pela Instituição. O seu

módulo de Planejamento se encontra aberto e disponível a todas as Unidades Organizacionais da UNEB, mas o perfil de cada usuário é limitado de acordo com as suas atividades desenvolvidas na instituição.

Ele constitui um instrumento de planejamento e gerência, subsidiando os Departamentos, Centros, Museu e a Administração Central. Utiliza o Planejamento Institucional, como tática para desenvolver novas Estratégias na Universidade, sendo pensado, concebido, estruturado e desenvolvido pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e pela Gerência de Informática da Unidade de Desenvolvimento Governamental (UDO). Ainda relaciona alguns aspectos do planejamento no Setor Público, permitindo evidenciar o processo de planejamento de todas as Unidades Organizacionais da Universidade. Logo, representa grande força na UNEB, o que possibilita a transparência e o controle das informações.

Segundo a UNEB (2014), a Secretaria Especial de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC) da UNEB, em parceria com a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) da Instituição, lança uma série de informes com instruções técnicas para orientar a comunidade acadêmica e esclarecer dúvidas sobre assuntos como a celebração e renovação de contratos e convênios, procedimentos licitatórios e prestação de contas.

Percebe-se, pelos documentos institucionais da UNEB que as proposições apresentadas estão em sintonia com o planejamento estratégico. Precisa-se estruturar a Universidade no alinhamento de suas necessidades com a construção de projetos específicos, a partir da participação de todos os envolvidos e, sobretudo, com a motivação e apoio aos professores para que as ações realmente se desenvolvam.

Diante desse contexto, justifica-se a criação de projetos voltados para atender a esses interesses da Universidade. O Sistema Integrado de Planejamento (SIP) permite a todos os técnicos, professores e gestores a inclusão de seus projetos e atividades, o que viabiliza o planejamento para a captação de recursos financeiros, materiais e humanos. Neste trabalho, nos Anexos C e D, pode-se observar a elaboração de projetos especificamente no SIP.

Segundo o Decreto Federal Nº 8.456 de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária da União, estabelece-se um cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício do referido ano. Neste Decreto, os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo da União, integrantes dos

Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Nº 13.115 de 2015²³, observados os limites estabelecidos sobre movimentação e empenho relativo a dotações na LOA.

Esses instrumentos devem orientar a ação da universidade, visando identificar projetos que permitem obter financiamento, constituindo-se em documentos integrantes do seu processo decisório, a exemplo do Plano de Ações Prioritárias (PAP), em que consta o planejamento das ações mais urgentes em relação ao orçamento anual previsto.

Na UNEB, a PROPLAN e a SELCC são os setores que atendem a estas demandas em consonância com a Resolução 1 de 2006 do Congresso Nacional, que estabelece os valores por tipo de emenda definidos no parecer preliminar do relator do projeto do orçamento do referido ano. Esse processo se assemelha à construção dos projetos no SIP, o que facilita a sua consolidação com vistas ao aproveitamento de oportunidades.

4.2 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA UNEB

A Universidade do Estado da Bahia, no período que abrangeu esta pesquisa, desenvolveu o seu orçamento financeiro da mesma forma, respaldado pela legislação vigente, o Plano Plurianual e suas diretrizes. A Instituição recebeu recursos do governo e externos por meio de captação, tendo a sua execução orçamentária no grupo 3, elemento de despesa 11 e fonte de recurso 610, como demonstramos a seguir:

Tabela 10 – Valores empenhados por execução orçamentária (2010-2013)

(Em R\$ mil)

Descrição	2010	2011	2012	2013
Poder Executivo	736.078,32	824.661,37	922.441,82	1.023.087,58
Secretaria da Educação (SEC)	736.078,32	824.661,37	922.441,82	1.023.087,58
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	288.498,63	335.826,90	375.345,12	413.873,09

Fonte: ICF/2015

²³ Lei que refere-se ao Orçamento da União para o exercício financeiro de 2015

Na Tabela 10, relaciona-se o que o Poder Executivo empenhou no período, onde a Secretaria de Educação também empenhou o mesmo valor para todas as universidades estaduais baianas, e a participação da UNEB em relação às demais IES públicas estaduais no Estado. Percebe-se que do total de recursos alocados nas universidades estaduais no ano de 2010, a UNEB participou com 39,2%, enquanto que em 2011 este percentual foi de 40,7%, ficando 40,7% em 2012 e 40,5% em 2013. Os níveis permaneceram equilibrados, retratando que a UNEB, como as outras universidades, enfrentam algumas dificuldades. Isso comprova que neste período não houve variação orçamentária no que foi executado pela Universidade.

Segundo o Plano de Metas da UNEB (2010-2013), único documento que menciona a captação de recursos na Instituição, o eixo da modernização administrativa fica a cargo de sua Pró-Reitoria de Planejamento e uma de suas metas especiais é o desenvolvimento de esforços para captação de recursos para financiamentos.

A UNEB precisa centralizar as suas atividades no sentido de potencializar o volume de seus convênios, com a construção de um plano de captação participativo, dinâmico, centralizado, que torne a Instituição mais competitiva neste setor. Para Holanda (1975), os projetos precisam ser desenvolvidos com um planejamento mais rigoroso que garanta o trabalho necessário para que as metas sejam atingidas.

Entende-se que a gestão de projetos nas instituições de ensino superior precisa de adequado planejamento público, com análise das estratégias para que auxiliem no desenvolvimento acadêmico e atendam ao novo modelo de gestão, concomitantemente às várias transformações sociais. O Estado precisa criar estruturas, capacitar profissionais com experiência em gerência de projetos, permitindo a identificação dos seus objetivos e benefícios, destacando assim a padronização de políticas e procedimentos integrados para a gestão de projetos governamentais.

5 AS EMENDAS PARLAMENTARES DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Para a melhor compreensão do processo de distribuição de emendas que ocorre via transferências voluntárias, percebe-se a importância de antes lançar um olhar sobre a tramitação normal dos recursos que é feita pela União aos Estados.

As transferências obrigatórias ocorrem por meio do Ministério da Educação que repassa anualmente aos estados brasileiros recursos para a educação básica.

Tabela 11 – Recursos transferidos pelo Ministério da Educação às Universidades Estaduais da Bahia (2008–2014)

ESTADUAIS	Em mil R\$						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
UESB	1.694,86	306,93	1.557,03	5.002,56	2.425,83	6.534,12	4.508,38
UESC	3.471,86	884,62	1.682,42	3.260,44	2.981,79	3.294,03	3.656,79
UEFS	2.443,43	544,09	993,05	1.499,11	864,35	3.562,77	660,41
UNEB	3.450,92	22.943,06	7.979,53	7.829,87	11.687,94	10.084,57	5.761,02

Fonte: Siga Brasil/2015

*Inclui restos a pagar

As estaduais baianas são mantidas apenas pelo Tesouro Estadual. Os recursos em estudo correspondem a convênios, a exemplo do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Conforme demonstrado na Tabela 11, o Ministério da Educação repassou às estaduais baianas um volume de recursos considerável destinado ao desenvolvimento de programas especiais com vistas à formação de professores, conforme disciplina a LDB de 1996. Contudo, estes recursos não compõem o financiamento das atividades regulares das instituições em análise. Para atender a demanda destas atividades, o déficit orçamentário e financeiro ainda é grande, considerando a demanda dos cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, dos projetos de pesquisa e de extensão.

Assim, as instituições recorrem às agências de fomento, estaduais e federais, bem como, às propostas de emendas a serem apresentadas aos parlamentares federais. Todavia, a captação de recursos via emendas parlamentares representa apenas uma pequena parcela dos recursos que realmente são captados pelas Universidades.

A discussão sobre o processo de captação de recursos por emendas exige a compreensão dos procedimentos referentes a sua transferência voluntária, para que haja sucesso no recebimento e na execução de tais recursos. Este tipo de transferência se refere ao repasse de recursos entre órgãos da administração pública de qualquer esfera em decorrência de parceria celebrada. Consiste em iniciativa das próprias instituições ou entidades públicas, sem a exigência da legislação para que ocorra a transferência. Note-se que a execução orçamentária e financeira do recurso captado por transferência voluntária obedece às leis e normas que disciplinam a matéria, porém a celebração da parceria que dará origem à transferência não decorre de uma exigência legal.

Em relação às emendas parlamentares, os deputados têm uma cota que pode ser apresentada contemplando determinada área de atuação da administração federal e que, na maioria das vezes, corresponde à região eleitoral do parlamentar. As emendas são verbas que já vêm com destino certo e que não podem ser remanejadas para outras finalidades, geralmente são destinadas a projetos específicos previamente solicitados, no caso em estudo, pela universidade.

Os parlamentares costumam distribuir estes recursos de acordo com as exigências estabelecidas pelo governo. Eles atribuem a responsabilidade da distribuição das emendas a sua bancada, que geralmente se reúne e decide pela maioria onde alocar os recursos. A partir das visitas realizadas pela equipe da UNEB à Brasília foi que se soube que os parlamentares atribuem o pequeno quantitativo referente à apresentação de emendas à educação, principalmente à preferência que é dada ao investimento em saúde, além de reclamarem, frequentemente da possível perda de votos relacionada à opção pela área educacional.

Com a finalidade de garantir melhor atuação em relação à apresentação de emendas, a situação ideal é a do entendimento da função do projeto para subsidiar a análise da proposta. Por projeto se entende nesta pesquisa o documento que sintetiza o detalhamento de uma determinada obra ou bem a ser adquirido com o objetivo de solucionar ou melhorar uma situação-problema. É constituído, de maneira geral, pelas seguintes informações: título, objeto, justificativa, metodologia, período de execução, metas, fases, recursos, equipe responsável, beneficiários, dentre outros.

Assim, a primeira etapa no processo de captação de recursos via emendas parlamentares consiste na elaboração do projeto e respectivo plano de trabalho,

especificando fases e metas, para apresentação aos parlamentares que tenham interesse na região onde ele será desenvolvido. O projeto tem a função de divulgar as ações, bens ou serviços que irão contribuir para o bem-estar da comunidade alvo, e sensibilizar o deputado a propor emendas ao orçamento da União no sentido de atender a essa demanda.

No caso em estudo, a iniciativa consiste em emendas que aloquem recursos orçamentários e financeiros para as IES administradas pelo setor público estadual, em especial a UNEB. Assim, ela terá o seu potencial de investimento orçamentário e financeiro incrementado, impactando no Estado e se transformando em espaço diferenciado.

Tabela 12 – Quantidade das Emendas para Bahia/Ministérios (2006-2011)

Em mil R\$						
ÓRGÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MINISTÉRIO DA SAÚDE	2.744	2.889	2.170	1.908	2.021	1.846
MINISTÉRIO DAS CIDADES	1.218	1.386	1.254	1.219	978	1.224
MINISTÉRIO DO TURISMO	610	747	1.067	1.154	1.318	1.275
MINISTÉRIO DO ESPORTE	732	631	850	868	762	740
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	465	468	769	690	850	729
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	532	487	468	416	457	369
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	337	327	511	563	603	595

Fonte: Siga Brasil/2014

Na Tabela 12, percebe-se que o Ministério da Educação vem conseguindo uma pequena parcela do montante que é liberado voluntariamente pelos parlamentares. Assim, tratando-se de emendas, entende-se a importância da bancada baiana no que se refere ao Ministério da Educação entendendo que ele atua na Educação Básica prioritariamente e na Educação Superior.

Tabela 13 – Execução orçamentária das funcionais relativas às Emendas Parlamentares do Ministério da Educação na Bahia por Bancada (2009-2014)

Em mil R\$					
Ano	Valor Aprovado	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2009	14.285.256	1.485.526	0	0	0
2010	71.287.011	75.237.011	73.172.655	731.772.655	48.395.418
2011	500.000	500.000	0	0	0
2012	203.917.866	125.917.866	123.159.363	122.917.863	122.917.863
2013	3.400.000	10.790.566	10.288.281	1.258.645	900.948
2014	57.720	57.720	0	0	0

Fonte: Siga Brasil/2015

Conforme abordado no Capítulo 2, destaca-se esse estágio sobre a execução de despesa na Bahia. O valor aprovado é aquele que foi fixado, o autorizado ocorre depois de averiguadas todas as formalidades legais para execução da despesa e emissão da Nota de Empenho. O valor empenhado é o que o Estado reservou para efetuar determinado pagamento planejado. O empenho ocorre, geralmente, após a assinatura de um contrato para prestação de serviço. Assim, quando o serviço for executado, o valor é liquidado e, quando o fornecedor de fato receber o valor, ele é considerado pago.

Na Tabela 13, nota-se que se considerarmos o valor aprovado, o grau de execução de 2012 foi de 60,3%, enquanto que em 2010 foi de 67,6%. Precisa-se observar que nem todo recurso aprovado é autorizado devido aos frequentes cortes determinados pelo governo federal. Depois do empenho, o processo de liquidação e pagamento depende da forma de execução orçamentária a ser adotada pela instituição que recebe o recurso, bem como do coordenador do projeto, ora submetido.

Na Bahia, especificamente no caso das emendas, a tabela a seguir mostra o que o Ministério da Educação trouxe ao Estado.

Tabela 14 – Execução orçamentária das funcionais relativas às Emendas da Bahia pelo Ministério da Educação (2006-2014)

Em mil R\$		
ANO	AUTORIZADO	EMPENHADO
2006	2.162.223.905	1.921.957.626
2007	2.384.753.635	2.160.647.329
2008	5.035.691.298	4.791.138.975
2009	2.653.401.382	2.394.886.737
2010	3.142.662.819	2.653.920.590
2011	3.659.355.435	3.042.272.572
2012	3.713.017.347	2.300.897.535
2013	4.690.218.026	3.783.664.456
2014	2.539.658.445	1.650.792.413

Fonte: Siga Brasil/2015

No Tabela 14, percebemos que em 2008 e 2013 foram os anos que a Bahia recebeu maior volume de recursos, autorizado e empenhado, pelo Ministério da Educação por meio de transferências voluntárias, via emendas. Trata-se de investimentos na educação que abrange desde a educação básica ao ensino superior. Ainda assim, para melhor compreensão da distribuição das emendas na UNEB, precisa-se da visualização do contexto em relação às outras instituições.

No Apêndice J, retrata-se como ocorreu a execução orçamentária da educação básica, das universidades federais e estaduais baianas e dos institutos federais relativa às emendas do Ministério da Educação para a Bahia, no período de 2009 a 2013.

Durante esta pesquisa, no campo de trabalho UNEB, através de contato com a equipe responsável àquela época pela captação via emendas, a UDO, constatou-se que a baixa execução dos recursos captados ocorreu devido à falta de uma carteira de projetos consistente que obedecesse aos padrões exigidos de clareza e concisão ao discorrer sobre as razões que fundamentam a solicitação do programa, projeto ou evento, evidenciando os benefícios sociais e econômicos a serem alcançados.

De acordo com o relatado anteriormente, destaca-se os itens imprescindíveis na composição de um projeto a ser apresentado na elaboração de proposta de emenda parlamentar: a) Título do projeto; b) dados do responsável; c) qualificação técnica e capacidade operacional; d) público alvo; e) área de abrangência; f) plano de trabalho; g) objeto; h) objetivos: geral e específicos; i) justificativa; j) metodologia; k) metas; l) etapas; valor.

O objeto é o produto do projeto previsto no plano de trabalho e suas finalidades devem ser descritas de forma precisa, objetiva, clara, sucinta e quantificada, de modo a permitir a identificação exata do que se pretende realizar. O objeto geralmente está associado a algum programa temático que pode ser consultado no Plano Plurianual (PPA) vigente à época da elaboração do projeto e pelos Programas Temáticos.

Nesse sentido, para fundamentar a justificativa, podem ser incluídos dados e informações estatísticas.

Para a composição do valor do projeto, é de fundamental importância o processo de descrição e cotação dos itens, e, em se tratando de obras de construção, reforma e ampliação deve ser elaborado o projeto básico. Nesse caso, recomenda-se consulta ao setor de convênios e o da infraestrutura da instituição, se necessário, para orientação quanto aos itens que irão compor, considerando o tempo investido na futura obra e as suas peculiaridades, a exemplo do tipo de terreno, condições de clima, dentre outras que interferem na execução da mesma.

Na captação de recursos via emendas parlamentares, segundo o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), a justificativa do

instrumento precisa constar: Apresentação da Instituição; Situação Problema; Objetivo Geral; Objetivos Específicos; Públicos Alvo/Beneficiários; Área de Abrangência; Metodologia; Resultado/Produtos Esperados; Impactos Previstos; Monitoramento e Avaliação.

Assim, a apresentação das emendas é acompanhada no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) e depois no SICONV, onde as propostas de emendas precisam ser formatadas ao modelo padrão do Termo de Referência que consta no Anexo D desta pesquisa. O sistema estabelece outros formulários como o Plano de Trabalho (Anexo E), e, no Anexo F, a Planilha de Cotação de Preços.

5.1 AS EMENDAS PARLAMENTARES NA UNEB

A Universidade, regida pela legislação federal, por exemplo, em relação às diretrizes curriculares e execução orçamentária e financeira de recursos federais e estadual, em termos de criação, estrutura, funcionamento, dentre outros, possui dificuldades na operacionalização da captação, visto que os recursos que irão acrescer ao orçamento anual aprovado são provenientes de oportunidades a partir da Agência de Fomento do Estado, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), os quais também são insuficientes.

A captação de recursos através de emendas parlamentares, na UNEB, tem maior ênfase a partir de 2006. Nesta época, surgia o Sistema Integrado de Processamento (SIP) em substituição ao Plano Operativo Anual (POA). Nele as unidades universitárias elaboravam projetos com grande expectativa, porém o orçamento anual aprovado era insuficiente para financiá-los, em sua maioria.

Em 2006 tivemos mudança de gestão na UNEB. Nos anos de 2006 e 2007 o novo Reitor convidou o titular da Unidade de Desenvolvimento Operacional (UDO) para criar estratégia de aumentar a captação de recursos por parte da UNEB visto que a UESC estava conseguindo muitos recursos via emendas parlamentares. Assim, ele solicitou da UDO que observasse a forma com que a UESC estava lidando com o processo, visto que existia um diferencial, pois ela atuava em parceria com fundações.

Verifica-se que a UESC elaborava um manual pequeno para apresentar aos gabinetes. No entanto, com sede na região Ilhéus-Itabuna, dispunha para trabalhar um número pequeno de deputados e senadores. O Reitor da UNEB contabilizava um maior potencial para sua instituição pela sua dimensão e atuação de forma regionalizada no estado nos seus 24 *campi*.

Durante esse processo, em 2006 e 2007, o Reitor solicitou que o titular da UDO desenvolvesse estudo também em relação à Universidade. Paralelo a isso foi criado um novo portal com *site* de notícias, em parceria com a Assessoria de Comunicação (ASCOM), por meio da TV UNEB, a própria assessoria com jornalistas, o núcleo de relações públicas e a gráfica da universidade, fazendo um quarteto, além do sistema de videoconferência.

Na UDO, o gestor responsável sugeriu a criação de um documento, intitulado Catálogo de Projetos, além de montagem de um estudo sobre os parlamentares para saber o campo de atuação deles quando da verificação dos projetos, direcionando-os de acordo com aquilo que os parlamentares esperam ver, dentro de seu espaço político. Os parlamentares brasileiros, deputados e senadores, apesar de atuarem em uma democracia, na prática são guiados pelas urnas, pois existe a preferência pelos seus redutos de votação e seus coligados políticos.

Assim sendo, o Reitor permitiu que fosse criada a equipe para implementar o processo de captação de recursos via emendas parlamentares. Apresentaram-se para o desenvolvimento desta proposta os servidores da UDO. Todos foram a Brasília fazer o reconhecimento do local por meio de uma visita. No primeiro contato, não conseguiram êxito em falar com os parlamentares. Além disso, não estavam afeitos à prática dos parlamentares de, antes de iniciar as tratativas, receber “agrados” do tipo guloseimas da Bahia, brindes da UNEB, entre outros.

Tecnicamente tinha-se que elaborar um modelo de resumo do projeto para que as unidades universitárias adotassem como referência, em seguida a UDO consolidaria na modalidade de Catálogo. Pensava-se em uma construção com projetos separados por regiões e divididos de acordo com a área, por exemplo, educação, religião, quilombolas, tendo em vista que alguns parlamentares possuíam estreita atuação nestas áreas. Segundo o professor e titular da UDO, o processo não era só levar o catálogo, era entender o que se passava pelo gabinete em Brasília para, na conversa com o assessor, acontecer a entrega do Catálogo já

identificando os projetos de interesse. Na conversa, além do Catálogo, a equipe entregava material complementar e personalizado de atenção do parlamentar.

Para que fosse despertado o interesse do parlamentar, a equipe fazia um verdadeiro estudo sobre ele, por exemplo, quanto ao local em que foi mais votado, região, histórico partidário, ideologia; também assistiam a vídeos no *youtube* e conheciam seu discurso. Destaca-se que sobre a elaboração do Catálogo, os professores não conseguiam responder de forma precisa à gestão da Universidade, posto que precisavam mandar o projeto resumido em 10 linhas e o mandavam completo. O que não era conveniente aos parlamentares, que alegavam não ter tempo para ler o projeto por inteiro. Esta atribuição ficava, então, a cargo da equipe da UNEB.

Com isso, parte do setor da UDO estava sendo voltado a esta atividade, pensando em estratégias para se chegar até esses parlamentares, utilizando-se até mesmo do *marketing*. Inclusive, anualmente era promovido um café da manhã, com o objetivo de promover uma oportunidade para entrega de medalhas, placas de agradecimentos, criando uma relação de proximidade com os parlamentares.

Além da UDO, outros setores estavam envolvidos com esse processo, como o setor de *design* e o setor de comunicação, com as divulgações no site à época dos encaminhamentos dos projetos para as emendas.

Com efeito, em 2008, a UNEB teve um ótimo resultado na aprovação de projetos via emendas. Em contraponto, a UNEB, com seu orçamento restritivo, conseguia fornecer aos servidores dessa equipe apenas as passagens e as diárias, visto que os servidores estavam se afastando da família para desenvolver trabalho em outro Estado. De acordo com o Relatório de Gestão da UNEB (2006-2009), elaborado pela PROPLAN em conjunto com o Gabinete da Reitoria, os dados referentes à captação de recursos, todos os convênios assinados, inclusive os das emendas parlamentares aprovadas, estão registrados na Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC).

Em 2009 a UNEB repetiu a proposta da criação de novo Catálogo e como resultado conseguiu maior êxito ainda, aproximadamente em torno de 4 milhões de reais. Registra-se que algumas situações enfrentadas no primeiro ano também ocorreram naquele ano: a) vários projetos aprovados não tiveram o recurso liberado; b) em vários projetos aprovados enfrentaram dificuldades de execução pela universidade, pois o recurso não foi liberado na integralidade de suas parcelas no

período previsto do convênio. Ocorria a situação em que os recursos eram repassados no ano anterior sem haver a correspondente execução do projeto, no exercício seguinte o montante restante não era liberado e a Universidade devolvia os valores não executados.

Em 2010 foi mantida essa estratégia na universidade, mas deixou muito a desejar, pois existiam os problemas de baixa execução em 2009 e ainda tinham resíduos de 2008 de emendas liberadas e que o dinheiro ainda não tinha sido investido. Os parlamentares demonstravam suas insatisfações por terem deixado de apresentar outros projetos de Institutos ou de Organizações Não Governamentais (ONGs), visto que a Universidade não tinha implementado o projeto para viabilizar o objeto do convênio e, conseqüentemente, sem investir o recurso liberado, o que resultou em prejuízos para seus interesses. Paralelo a isto, àquela época, o Governo Federal implantou um sistema relativo aos recursos de captação federal, o que exigia dessa equipe da UNEB treinamento, em que apenas uma servidora obteve o treinamento.

Constatou-se à época que a equipe da UNEB responsável por desenvolver estes trabalhos apresentava certo desgaste e o titular da UDO não tinha mais recursos institucionais para incentivá-los, visto que mesmo viajando muito e conseguindo obter êxito na captação dos recursos, não recebia nada a mais de incentivo. Além disso, os órgãos do governo em Brasília não funcionavam todos os dias. Apenas um dia e meio por semana. Na terça pela manhã, a equipe chegava e pela tarde era uma correria, trabalhava apenas na quarta e na quinta pela manhã, pois à tarde já voltava. A equipe da UNEB ia e não dava tempo de fazer todo o trabalho, pois eram muitos gabinetes, sem falar no tempo de espera para ser atendido. Precisava então de várias viagens e ainda havia o preconceito dos colegas da própria UNEB que diziam que só trabalham apenas pelo interesse nas diárias.

Atualmente, os parlamentares nem sempre atendem às visitas. Percebe-se um grande desgaste dessa modalidade. Precisa-se pensar em novas estratégias devido ao preconceito por parte dos parlamentares por conta da não execução, o que ocorre também por parte dos professores por conta dos projetos que não foram aprovados e dos que foram aprovados e o recurso não foi repassado, visto que quando ocorre algum corte da parte do governo federal as emendas são as

primeiras da fila. Daí os parlamentares não honrarem as suas promessas e os professores se fecharem para este tipo de captação.

Após 2010, a captação via emendas acontece através do Gabinete da Reitoria que se responsabiliza pelo encaminhamento dos projetos por intermédio do próprio Reitor ou por algum outro servidor que compõe o quadro gestor da Universidade. A UNEB divulga aos departamentos sobre o que o SICONV orienta quanto à formatação dos projetos e na data oportuna faz o recolhimento dos projetos para levá-los a Brasília. Depois da distribuição dos projetos a Universidade precisa acompanhar a sua tramitação pelo SIMEC, pois, como a verba já vem destinada para determinado projeto, precisa-se garantir toda a tramitação específica para a constituição do convênio. Os coordenadores interessados pelo projeto preparam o plano de trabalho a ser lançado no SICONV. O órgão aprova o convênio e ele já vem pronto de Brasília para ser assinado pelo Reitor da Universidade. O convênio é recebido com todos os detalhes sobre objetivo, metas, etapas, prazos e valores a serem cumpridos pelos professores coordenadores do projeto.

Estes resultados alcançados pela UNEB, além de não terem sido continuados, foram muito aquém se comparados as outras instituições, principalmente as federais, que também receberam recursos ao longo de todos esses certames. Diante desse contexto, percebe-se que a Instituição ainda enfrenta muitos desafios para captar recursos, e a identificação desses maiores entraves contribuirá substancialmente para o desenvolvimento de uma política de captação de recursos interna.

Na elaboração deste diagnóstico foi realizada a pesquisa dos Catálogos de Emendas Parlamentares construídos pela UNEB nos anos de 2008, 2009 e 2010. Outra fonte fundamental foi o SICONV, utilizando-se de seu acesso livre e de todas as informações pertinentes que constam no *site* Siga Brasil.

Quadro 2 – Execução Orçamentária das Funcionais Relativas às Emendas do Ministério da Educação para a UNEB (2009-2013)

ANO	TIPO	LOCAL	EMENDA	AÇÃO+TÍTULO	EMENDA VALOR APROVADO	DOTAÇÃO INICIAL	AUTORIZAD O	EMPENHAD O	LIQUIDADO	PAGO
2009	Individual	BAHIA	13310002	Imp. da Farmácia Escola – UNEB	200.000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA	17110013	Implantação da TV UNEB Digital – UNEB	100.000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BARREIRAS	24670024	Construção de Auditório em Barreiras – UNEB	100.000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BAHIA	24680008	Apoio a ent. de E. S não-federais - UNEB	1.000.000	1.000.000	1.300.000	0	0	0
	Individual	BAHIA	35640013	Apoio a ent. de E. S não-federais – Campus I UNEB	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Totais em 2009					2.400.000	2.400.000	2.700.000	0	0	0
2010	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310017	Apoio a ent. de E. S não-federais – UNEB	120.000	720.000	720.000	420.000	420.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680024	Apoio a ent. de E. S não-federais – UNEB	300.000	720.000	720.000	420.000	420.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	33550011	Apoio a ent. de E. S. não-federais – UNEB	300.000	720.000	720.000	420.000	420.000	0
Totais em 2010					720.000	2.160.000	2.160.000	1.260.000	1.260.000	0
2011	Individual	SALVADOR	23790025	Apoio a ent. de E. S não-federais – C. I SSA UNEB	200.000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34660013	Apoio a ent. de E. S. não-federais – C. III Juazeiro UNEB	200.000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680017	Aquisição de equip– UNEB	200.000	12.200.000	12.200.000	200.000	200.000	0
	Individual	ALAGOINHAS	34590009	Apoio a ent. de E. S. não-federais – Alagoinhas UNEB	210.000	210.000	210.000	0	0	0
	Individual	TEIXEIRA DE FREITAS	12890001	Apoio a ent. de E. S. não-federais – T. de Freitas UNEB	200.000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	ALAGOINHAS	13840022	Reforma e modernização da UNEB em Alagoinhas	200.000	200.000	200.000	0	0	0
Totais em 2011					1.210.000	13.210.000	13.210.000	200.000	200.000	0
2012	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310016	Apoio a ent. de E. Superior não-federais – UNEB	150.000	150.000	150.000	0	0	0
Totais em 2012					150.000	150.000	150.000	0	0	0
2013	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310015	Apoio a entidades de E. S não-federais – Irece UNEB	200.000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	JACOBINA	27360025	Apoio a ent. de E. S não-federais – Jacobina UNEB	180.000	180.000	180.000	180.000	0	0
Totais em 2013					380.000	380.000	380.000	180.000	0	0

Fonte: Siga Brasil/2015

Segundo o Quadro 02, a investigação do volume de recursos via emendas que a UNEB conseguiu nos últimos anos mostra que elas representam pouco na captação da Universidade, em relação ao total aprovado no orçamento anual da universidade oriundo do Tesouro Estadual, considerando a relação a seguir:

- Em 2010, foi aprovado o montante de R\$ 720.000,00, que corresponde a 0,27% do total aprovado para o exercício no Orçamento Estadual, R\$ 263.664.467,00;
- Em 2011, foi aprovado o montante de R\$ 1.210.000,00 que corresponde a 0,41% do total aprovado pelo Tesouro Estadual, R\$ 296.861.888,00;

- Em 2012, foi aprovado o montante de R\$ 150.000,00 que corresponde a 0,04% do total aprovado pelo Tesouro Estadual, R\$ 338.043.831,00;
- Em 2013, foi aprovado o montante de R\$ 380.000,00 que corresponde a 0,10% do total aprovado pelo Tesouro Estadual de R\$ 388.835.820,00.

Dos projetos de emendas apresentados pelos parlamentares, nos anos de 2009 e 2010, percebe-se que as específicas foram oriundas do Catálogo que a UNEB construiu na época.

Segundo o Siga Brasil²⁴, percebemos que de 2009 a 2013 a UNEB conseguiu a aprovação de 17 projetos através das emendas parlamentares e destes todos foram autorizados na íntegra ou em parte. Destes, apenas alguns a UNEB conseguiu realmente o aproveitamento do recurso por meio de construções de laboratórios, reformas, aquisições de ônibus, entre outras. Na UNEB, percebe-se que a captação inicial via emendas aconteceu em sua maioria com resultados na área de infraestrutura.

Percebe-se que o investimento na área da educação, desde a educação básica ao ensino superior aconteceu nesse período de forma significativa por meio de emendas parlamentares, mas é perceptível nos dados que os valores empenhados correspondem em média a 22% do que foi autorizado. Isso ratifica o dado de que se precisa de reforço na gestão e execução dos recursos, no sentido de aproveitar ao máximo essas oportunidades.

O processo de captação através de emendas parlamentares se caracteriza por ser muito demorado, burocrático e relacionado a uma troca de interesses. Na gestão anterior, na UNEB, conforme mencionado anteriormente, foi promovida a criação de uma equipe para administrar os encaminhamentos dos projetos. Atualmente, com a nova gestão, percebemos a distribuição de tarefas com a formação de novos setores como a Secretaria Especial de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC) em conjunto com a Gerência de Programas e Projetos Especiais, na Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Diante de um regime de

²⁴ O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta. Use os links à direita para acessar o sistema mediante acesso livre ou especialista.

financiamento restritivo, elabora-se este diagnóstico principalmente com a observação dos convênios oriundos de emendas parlamentares.

Quadro 3 – Convênios firmados pela UNEB: com transferência voluntária de recursos no período 2008-2015 (continua)

Nº CONV./PRÉ-CONV.	ANO	NOME DO ÓRGÃO	SITUAÇÃO	D. INÍCIO EXECUÇÃO	D. FIM EXECUÇÃO	PROGRAMA	CAMPUS	EMENDA
825390/2015	2015	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Empenhado, Publicado e Assinado	23/12/2015	23/12/2016	Apoiar a implementação dos projetos aprovados no Edital PROEXT	Salvador, Juazeiro, Caetité, Senhor do Bonfim, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa	Não
822487/2015	2015	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	29/12/2015	27/12/2016	Apoiar a aquisição de material permanente – ônibus	Todos os Campi	Sim
816103/2015	2015	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL N. S	Não Empenhado, Publicado e Assinado	07/04/2015	30/06/2018	Apoiar oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura – PARFOR	Todos os Campi	Não
808743/2014	2014	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	30/12/2014	29/12/2015	Apoio a formação continuada de professores indígenas	Todos os Campi	Não
808544/2014	2014	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	30/12/2014	29/12/2015	Apoio a aquisição de ônibus rodoviário executivo, automóveis para apoio administrativo e equipamentos de informática.	Todos os Campi	Não
807223/2014	2014	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL N. S	Empenhado, Publicado e Assinado	04/07/2014	31/08/2015	Apoiar a qualificação para a docência de estudantes de licenciatura - Pibid Diversidade	Itaberaba, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas	Não
806242/2014	2014	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL N. S	Empenhado, Publicado e Assinado	20/10/2014	30/06/2015	Fomentar o planejamento e execução da política de pós-graduação	Todos os Campi	Não
802952/2014	2014	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL N. S	Empenhado, Publicado e Assinado	04/06/2014	03/06/2016	Implementar cursos de graduação EaD e financiamento das atividades acadêmicas no âmbito do sistema da UAB	Todos os Campi	Não
795763/2013	2013	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	30/12/2013	23/10/2015	Ampliar e modernizar o espaço físico da biblioteca do Departamento	Barreiras	Sim
792151/2013	2013	MINISTÉRIO DA SAÚDE	Empenhado, Publicado e Assinado	23/12/2013	25/11/2016	Capacitação em atenção à Saúde da Mulher – Quilombolas	Todos os Campi	Não
792076/2013	2013	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Emp. Pub. e Assinado	07/11/2014	03/02/2016	Implantação de ações de assist. estudantil, visando à permanência do discente cotista, matriculados em cursos de grad. presencial na UNEB	Todos os Campi	Não
791197/2013	2013	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	30/12/2013	16/12/2015	Aquisição de 02 (dois) veículos de passageiros, tipo van, para proporcionar o desenv. de atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Jacobina	Sim
790153/2013	2013	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	30/12/2013	16/12/2015	Realização de Eventos relacionados ao ensino, a pesquisa agrícola e a extensão universitária.	Euclides da Cunha	Sim
790129/2013	2013	FNDE	Empenhado, Publicado e Assinado	30/12/2013	12/11/2016	Aquisição de trator, implementos agrícolas e equipamentos científicos para Centro de Mecanização Agrícola e os laboratórios de Fertilidade dos Solos e Biologia Geral do Departamento de Ciências e Tecnologias	Euclides da Cunha	Sim
789217/2013	2013	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL N. S	Empenhado, Publicado e Assinado	19/02/2014	31/12/2015	Expandir a infra-estrutura dos laboratórios vinculados aos programas de pós-graduação Stricto sensu da UNEB, a partir da ampliação e modernização do parque instrumental instalado	Todos os Campi	Não
783328/2013	2013	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Empenhado, Publicado e Assinado	26/11/2013	13/06/2016	Apoio Financeiro para Implementação do Programa Ações Integradas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar	Alagoinhas	Não
778514/2012	2012	F. NACIONAL DE DESENV. DA EDUCAÇÃO	Empenhado, Publicado e Assinado	28/12/2012	31/12/2015	Realização do Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, no âmbito do PROGRAMA PROLIND.	Todos os Campi	Não
778080/2012	2012	INSTIT. NAC. DE COL. E REFORMA AGRÁRIA	Empenhado, Publicado e Assinado	27/12/2012	27/12/2017	Formar uma Turma Especial do C. Bacharelado em Direito para diplomar 50 bacharéis, dentre assentados em Proj. de R. Agrária, devidamente cadastr. e reconhecidas pelo INCRA.	Teixeira de Freitas, Bom Jesus da Lapa, Conceição do Coité, Barreiras	Não
778057/2012	2012	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	Empenhado, Publicado e Assinado	27/12/2012	31/12/2015	Conduzir o Núcleo de Formação para Inclusão Digital, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades Telecentros. BR, que tem por objetivo formar os monitores e gestores dos telecentros das iniciativas participantes do Programa Telecentros.BR.	Todos os Campi	Não
775706/2012	2012	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL N. S	Empenhado, Publicado e Não Assinado	21/03/2013	31/12/2013	Favorecer a expansão e a modernização dos laboratórios dos prog. de pós-graduação Stricto sensu da UNEB, através da ampliação da infraest. instalada com vistas à consolidação dos grupos de pesquisa levando ao crescimento sustentável da produção científica das áreas de biodiversidade, química aplicada, crítica cultural e ecologia humana, bem como, o fortalecimento de ações conjuntas com pesquisadores de outras Instit. revelando o caráter multiusuário dos equip. solicitados.	Todos os Campi	Não

Fonte: SICONV/2015/Acesso Livre

De acordo com o Quadro 3, ressaltamos que o SICONV não apresenta o registro das emendas anteriores ao ano de 2011, pois o sistema estava sendo implantado. Destes convênios, nenhum foi proveniente dos Catálogos elaborados pela UDO no período de 2008 a 2010. Percebemos, neste período, que dos convênios listados 25% foram oriundos de emendas parlamentares.

5.2 AS FRAGILIDADES DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO ATRAVÉS DAS EMENDAS PARLAMENTARES

A captação de recursos via emendas parlamentares consiste em uma forma muito complexa e burocrática no contexto das Universidades. Nota-se que falta preparo dos professores quando se fala de questões orçamentárias, da execução do projeto e prestação de contas. As universidades precisam instrumentalizar os docentes sob estes aspectos orçamentários, pois este é o item mais discutido quando da elaboração de projetos.

Na UNEB, desenvolveu-se estratégia com foco na articulação da distribuição dos projetos, mas percebe-se que ainda assim existem falhas. A Universidade por algumas vezes não estendia alguns benefícios aos assessores dos parlamentares, que eram as pessoas mais envolvidas nas tramitações dos projetos. A UNEB, como outras universidades, não é espaço para os políticos fazerem campanhas visto o seu ambiente crítico e politizado.

Outro aspecto que fez com que essa estratégia de projetos sucumbisse, foi inicialmente a qualidade dos projetos, posto que muitos professores ao escrevê-los tiveram dificuldade de detalhar tecnicamente a parte de custeio e investimento. No detalhamento técnico, era colocado a marca de produtos, informação esta proibida por lei. De outra forma, quando iniciada a execução, especificavam-se determinados itens não previstos no projeto aprovado, situação que exige a alocação de recurso pelo orçamento disponibilizado ao departamento, e que muitas vezes não tem o montante necessário para a complementação. Outras vezes o projeto não era bem elaborado e tinha fragilidades. Os professores desconheciam os elementos de despesa, dificultando o trabalho da equipe, tanto para a apresentação como depois dos projetos aprovados. A parte de execução possuía lacunas enormes, visto que a

equipe da UNEB no início só tinha condição de observar o resumo do projeto e não a sua totalidade.

Percebemos que além destes fatores outras situações aconteciam com relevada frequência: falta de coerência entre o problema, seus objetivos e metas; metodologia pouco detalhada; baixo vínculo com a linha de atuação e interesse do financiador; deficiência na apresentação formal; falta de documentos. Esta etapa se caracteriza por ser de extrema relevância para a celebração de um convênio ou de qualquer instrumento jurídico, que abrange certidões e documentos, além de data de validade. A falta de documentação exigida pelos órgãos do governo federal também era outra fragilidade do processo, o que gerava atraso e muitas vezes a inviabilização do projeto.

5.3 PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES

Propõe-se que a elaboração de projetos na UNEB continue sob a orientação e responsabilidade dos professores da instituição, com apoio técnico dos órgãos cuja ação tenha estreita relação ao desenvolvimento de projetos em todo o seu percurso na instituição universitária.

Nota-se que a universidade precisa articular uma estratégia de acompanhamento mais rigorosa dos projetos. Assim, sugere-se algumas alternativas:

- 1) Capacitação na UNEB sobre a elaboração de projetos;
- 2) Instrumentalização dos docentes e técnicos sobre os conceitos orçamentários que compõem o projeto;
- 3) Inserção de opção no SIP que emita formulário e relatório específico para a composição de propostas via emendas parlamentares;
- 4) Criação de comissões de assessoramento por área de conhecimento relacionada aos laboratórios onde professores atuam para que analisem periodicamente os projetos;
- 5) Análise dos projetos sob a ótica de aderência ao município onde será desenvolvido.

A proposta visa oferecer suporte aos professores antes, durante e depois da elaboração dos projetos. Nota-se que o processo é dinâmico e precisa de monitoramento para a construção de projetos que atendam à demanda da universidade, beneficie a comunidade e esteja de acordo com a legislação. Ressalta-se que um dos instrumentos elencados a UNEB já possui é o SIP.

5.4 UM NOVO MODELO DE CAPTAÇÃO PARA A UNEB ATRAVÉS DE EMENDAS PARLAMENTARES

De acordo com estudiosos e segundo orientações do Plano Nacional de Educação (PNE), enquanto permanecer a atual situação de atraso educacional no país, é fundamental o investimento anual de 10% (dez por cento) do PIB nacional, no mínimo, constituído exclusivamente de recursos públicos das diversas esferas de governo, em educação pública e gratuita, em todos os níveis.

No modelo de gestão democrática, caracterizado no princípio da descentralização administrativa na organização da universidade, deve-se observar a autonomia da instituição. A autonomia precisa estar vinculada à democracia interna, garantida em sua estrutura e nos mecanismos de decisão, controle e gestão.

Este trabalho propõe-se, portanto, a traçar um diagnóstico da Captação de Recursos da UNEB frente às Emendas Parlamentares, apontando para necessidade de criação de um portfólio de projetos direcionado às reais necessidades da instituição, que amplie as estratégias de gestão, visando a potencialização dessa captação.

Sugerimos aqui uma metodologia para a captação de recursos via emendas parlamentares. Pretendemos que, após as inserções completas dos projetos no SIP, que seja criada uma opção ou aba denominada Proposta de Emenda, caso haja a intenção de seu direcionamento. Assim, o Sistema Integrado de Planejamento (SIP) passaria a gerar um resumo do projeto apenas com as informações específicas exigidas pelo sistema do Governo Federal para a composição das emendas. Posteriormente, caberia o trabalho de uma equipe para consolidar esse banco de projetos fazendo os alinhamentos necessários e encaminhamentos.

Figura 3 – Tela do SIP para a verificação dos projetos



Fonte: SIP/UNEB

Na figura 3, percebemos a tela do SIP para verificação de projetos do Departamento de Educação do Campus I (DEDCI). Tem-se a opção “Projetos”, depois “Listar Projetos”, em que se sugere a inclusão da opção “Listar Projetos sob Proposta de Emenda Parlamentar”. Assim, o sistema iria “filtrar” os projetos apenas com os itens pertinentes às exigências cabíveis às emendas parlamentares.

Neste sentido, apresenta-se a seguir as informações por campo, que deveriam ser inseridas no SIP no momento de cadastro dos projetos referentes às emendas a fim de facilitar o seu acompanhamento e controle.

*Campo 1- Autor

*Campo 2 – Responsável

*Campo 3 – Situação

Campo 4 – Iniciativa

Campo 5 – CNPJ

Campo 6 – UF

Campo 7 – Especificações (materiais a serem solicitados)

Campo 8 – Valor total dos recursos

Campo 9 – Valor do Plano de Trabalho

Campo 10 – Nome do Parlamentar

*Campo 11 – Cronograma de Execução

*Campo 12 – Cronograma de Desembolso

Campo 13 – Dados adicionais do Plano de Trabalho:

*Justificativa do Projeto

Banco e Agência onde a conta do convênio seria criada

Campo 14 – Anexo do Projeto Básico


Os dados da Universidade, como CNPJ, nome, município, seria o mesmo para todos os projetos. O nível de ensino a ser beneficiado, por sua vez, também.

Os campos que se encontram com asterisco (*) são os que existem no SIP no preenchimento normal dos projetos. Os outros campos são exatamente os sugeridos que precisariam ser acrescentados para o caso das emendas parlamentares.

Com todas estas informações, seria possível a criação da opção proposta de “Listar Projetos sob Proposta de Emenda Parlamentar”, além de podermos emitir diversos relatórios para subsidiar o processo de captação via emendas. Depois que fosse cadastrada no SIMEC a proposta aprovada, seria gerado um número para a Emenda e um número para o Plano de Trabalho.

Figura 4 – Novo item a ser inserido no SIP

PROJETOS
Listar projetos
Listar Projetos sob Proposta de Emenda Parlamentar 
ATIVIDADES/AÇÕES
RELATÓRIOS
Específicos 
Projetos
Relação de Projetos por Projetos
Relação de Projetos por Área Conhecimento

Relação de Projetos por Edital
Relatório de Público Alvo por Projeto e Atividade/Ação (.xls)
Relação de Projetos por Emenda Parlamentar 
Relatório Financeiro Planejado X Realizado (.xls)

Fonte: Autoria própria/2015

Na figura 4, sinalizamos em vermelho as novas opções que seriam criadas, para facilitar o processo de captação via emendas. A proposta para a Universidade é a de acrescentar no SIP, na parte de Planejamento, em Projetos, o item “Listar Projetos sob Proposta de Emenda Parlamentar” e ainda, como relatório específico, acrescentar a opção de “ Relação de Projetos por Emenda Parlamentar”.

De acordo com o registrado neste estudo, as informações obtidas pela autora foram retiradas através de sites como o SIP, Senado Federal, Portal da Transparência e de setores da UNEB como a Secretaria de Licitações, Contratos e Convênios (SELCC) e da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), por meio de seus relatórios de atividade que são divulgados *online*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de captação de recursos via emendas parlamentares na UNEB no período de 2010 a 2013 constitui o tema deste estudo. Através dele, resgatam-se, ao longo do desenvolvimento do trabalho, alguns aspectos, principalmente os do entendimento do conceito de universidade e de sua relação com o financiamento da educação superior.

Considerando a problemática da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a abordagem teórica e os dados colhidos neste diagnóstico, chega-se ao momento das considerações finais, no qual se torna possível confrontar os resultados obtidos com as suposições previamente estabelecidas.

No desenvolvimento da pesquisa, enfatizamos a instituição UNEB, a sua estreita relação com a sociedade, que se reflete em sua estrutura e funcionamento, principalmente no que tange a sua autonomia e sustentação financeira. Destacamos também o seu planejamento e como se deu a captação de recursos da União via emendas no período estabelecido.

A captação de recursos pela Universidade, via emendas parlamentares, é uma discussão que vem despertando o interesse dos docentes pesquisadores, técnicos administrativos da UNEB e gestores, que lidam com o problema do ensino, da pesquisa, da extensão ou ainda, concomitantemente, da gestão na instituição universitária. Dessa forma, acreditamos que o desenvolvimento desta pesquisa esteve perfeitamente inserido no contexto do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação (GESTEC), na Área de Concentração 1, linha de pesquisa que trata da gestão universitária, como se percebe pelo foco deste estudo e do recorte apresentado.

Ao investigar o desempenho da UNEB em relação à celebração de convênios decorrentes de emendas parlamentares e dos respectivos repasses de recursos no período definido, não obstante, considerá-los como meios apropriados de estratégia para captação de recursos - no diagnóstico resultante da pesquisa, constata-se que a atuação da universidade ainda é pequena, porém a sua abrangência territorial lhe permite uma melhor classificação nesta área entre instituições públicas de ensino superior. Compreende-se que se trata de estratégia no sentido de possibilitar o atendimento à demanda por infraestrutura acadêmica e de instalações físicas, que beneficie a comunidade local universitária de forma direta, internamente, e

externamente, de forma indireta. O mencionado diagnóstico também permite discorrer sobre os desafios que surgem no decorrer deste processo de captação no âmbito da universidade.

No desenvolvimento da pesquisa, investigamos o processo de orientação quanto à captação de recursos via emendas parlamentares que fora adotado pela UNEB de 2010 a 2013. A metodologia relatada pelos setores responsáveis à época, UDO, Gabinete da Reitoria da UNEB, ASCOM, indica que agiram com perspicácia, fazendo uso de planejamento adequado, tentando viabilizar o maior número de projetos via emendas para a Universidade.

Investigamos a estratégia de aproximar a UNEB dos parlamentares federais, viabilizando as ações de captação de recursos via emendas parlamentares. A equipe que tratava desta atividade pesquisou o perfil de cada parlamentar envolvido e buscou aquele que tinha maior probabilidade de estar sensível às demandas da universidade, observando principalmente os municípios que poderiam atingir e o número de beneficiários envolvidos. Com isso, percebemos que, neste ponto, a proposição é a de que a universidade continue se articulando com os parlamentares, mas que fortaleça a sua equipe de trabalho, oferecendo maior suporte financeiro aos técnicos envolvidos.

Na pesquisa, percebemos também a dinâmica e operacionalização de apoio e suporte da administração da universidade à comunidade acadêmica, quando da elaboração de projetos para financiamento pelo governo federal. Neste sentido, observamos a necessidade de capacitação na UNEB sobre a elaboração de projetos, da instrumentalização dos docentes e técnicos sobre a parte orçamentária do projeto, da criação de comissões de assessoramento constante aos professores que analisem periodicamente os projetos, para que se assegure o êxito em sua execução. Outra sugestão consiste na criação de uma opção no SIP para gerar formulário específico e relatórios que atendam às especificidades do processo de captação de recursos via as emendas parlamentares, ou seja, filtrar apenas os itens específicos para atender ao formulário de emendas, ainda que, para isso, o sistema tenha que aumentar alguns itens em sua composição, como no caso do resumo padronizado.

Neste trabalho, buscamos identificar os critérios para captação de recursos via emendas parlamentares na UNEB no período de 2010 a 2013. O que fez lançar um olhar sobre a conjuntura legal e burocrática que constitui o processo de atração

de investimento. Existem prazos que precisam ser cumpridos desde a sua publicidade, passando pelo encaminhamento e acompanhamento até apresentação das propostas dos projetos. O processo ocorre uma vez por ano, mas as informações surgem a todo tempo, a exemplo de possíveis cortes orçamentários que podem acontecer no período.

A UNEB enfrenta muitos desafios para captar recursos e ainda há uma gama de questionamentos sobre este processo. Por isso, partimos para uma análise sistêmica, a fim de traçar um diagnóstico da situação e esboçar um mecanismo de interação entre vários elementos complementares em uma totalidade complexa que envolve as vertentes: educacional, política, social, econômica e histórica.

Observamos o processo orçamentário a partir da Constituição Federal de 1988, ao passo em que se discutem as suas etapas diante das diferentes resoluções normativas e as regras que definem a apresentação das emendas parlamentares. A nossa proposta é a de possibilitar à UNEB conhecer a dinâmica de sua atuação em relação à captação de recursos via emendas parlamentares a partir do diagnóstico elaborado e subsidiar a melhoria da gestão dos contratos de repasse ou convênios, financiados com recursos da União, decorrentes de emendas parlamentares.

Nesse cenário, faz-se necessária a adoção de metodologias que possibilitem desmistificar a burocracia e a centralização de informações dentro da UNEB, que ainda perdura em alguns setores, como em qualquer outra instituição.

Recomendamos que os responsáveis pela estruturação e organização da captação nas instituições de ensino superior público brasileiras atendam às premissas que estão por trás das sugestões de estratégias de captação. Estas abarcam o comprometimento da administração, dos gestores, através da institucionalização da captação e emissão de políticas e diretrizes bem definidas.

Percebemos que existe a possibilidade de implantação dessa metodologia na UNEB, mas que depende da participação de todos no processo. Os professores carecem de infraestrutura e suporte de um profissional técnico com habilidade na elaboração de projetos de desenvolvimento da parte orçamentária, para que eles, como responsáveis, consigam exercer as atividades de docência e de pesquisa simultaneamente, sem haver sobrecarga no desempenho de nenhuma de suas atribuições.

Esperamos que este trabalho – apesar de incidir sobre área pouco pesquisada, cujas práticas gerenciais ainda são incipientes no Brasil – deixe um legado, um mecanismo alternativo de sustentabilidade econômica a ser disponibilizado para todas as instituições de ensino superior brasileiras, em especial, as públicas e a instituição onde foi realizada esta pesquisa, para que então se alcance um novo significado e que essa temática seja discutida pela comunidade envolvida na busca do desenvolvimento.

Antes de 2013, cada parlamentar tinha direito a 13 milhões de reais em emendas individuais ao Orçamento Anual, mas cabia ao Governo Federal decidir se aplicava ou não os recursos. A presidente Dilma Rousseff, assim como outros presidentes anteriores, cortava boa parte das emendas por razões econômicas. No final de 2013, o Senado Federal aprova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo, que obriga o pagamento de emendas de parlamentares. Com isso, ficou estabelecido que tais emendas, no valor de 1% da Receita Corrente Líquida da União, devem ser totalmente executadas, sendo que, posteriormente, este percentual foi elevado para 1,2%, ou seja, 15 milhões de reais por parlamentar.

A proposta de Lei Orçamentária Anual da União é remetida pelo Poder Executivo até 31 de agosto de cada exercício financeiro, devendo a aprovação pelo Poder Legislativo ocorrer até 22 de dezembro de cada ano. Ainda assim, percebe-se que muitas emendas parlamentares são autorizadas e não pagas. A maioria dos convênios são anulados, rescindidos ou cancelados devido a falta de conhecimento operacional, técnico e legal sobre as regras que norteiam o assunto.

Observando-se o objeto de estudo deste trabalho e o período que foi analisado, percebe-se que diante de todas as dificuldades para se captar e executar os recursos, que trabalhar na gestão é algo difícil e exaustivo. Como de resto em outras áreas, são requeridos momentos de reflexão que deem espaço à inovação e tragam mais eficiência e eficácia ao trabalho.

No que se trata do financiamento das universidades públicas, a emenda parlamentar deve ser uma exceção e não uma regra. Trata-se de uma estratégia a mais que a universidade pode e deve lançar mão para ajudar no seu financiamento, mas que existem outras igualmente ou mais importantes, como editais de pesquisa, de extensão, de cultura e de arte.

No caso das emendas, acreditamos que não foram esgotadas as possibilidades de discussão dessa importante temática e que ela deva prosseguir no

âmbito da UNEB, seja mediada pela Pró-Reitoria de Planejamento que coordena o SIP, pela SELCC que administra os convênios na Universidade, ou ainda pela parceria de todas as Pró-Reitorias e de todos os departamentos. A expectativa é de que a UNEB possa ser um ambiente de troca permanente de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e aquisição de experiências múltiplas com a atuação ainda mais positiva dos técnico-administrativos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia R.; NOHARA, Joulana J. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 192 p.

ALVIM, Paulo Cesar Rezende de Carvalho. **Cooperação Universidade-Empresa: Da Intenção à Realidade**. In: Interação universidade empresa. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1998.

AMORIM NETO, O. ; SANTOS, F. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: IUPERJ , v. 44, nº 2 p. 291-322, 2001.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004, 300 p.

BAHIA. **Lei nº 66, de 01.06.83**. Cria a Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70067/lei-delegada-66-83>>. Acesso em 19 out. 2015a.

_____. **Decreto 9.751 de 03.01.2006**. Dispõe sobre o recredenciamento da Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/76022/decreto-9751-06>>. Acesso em: 19 out. 2015b.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2010**. Salvador: 2011. 554 P. : il. color. Disponível em: http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/balancogeral_2010.pdf. Acesso em 19 out. 2015c.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2011**. Salvador: 2012. 621 p. : il color. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/balancogeral_2011.pdf>. Acesso em 19 out. 2015d.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2012**. Salvador: 2013. 560 p. : il color. Disponível em: < 22102012173131000000_rel_atividades_2_trim_2007_TCE>. Acesso em 19 out. 2015e.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado – Exercício 2013**. Salvador: 2014. 828 p. : il color. Disponível em: < http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/contas/balanco_anual/balancogeral_2013.pdf>. Acesso em 19 out. 2015f.

_____. **Decreto nº 13.664 de 07 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre o Recredenciamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e dá outras providencias. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/103_0970/decreto-13664-12>. Acesso em 20 ago. 2015g.

BARBOSA, Cesar. **Financiamento público nas universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local**. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade, 2013. 164f.:il.

BAZERMAN, M.H. **Processo Decisório: para cursos de Administração, Economia e MBAs**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

BECKER, G. S. **Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis**. Journal of Political Economy, v. 70, n. 5, p. 9–49, out. 1962.

BELLONI, Isaura. **Função da universidade: notas para reflexão**. In: BRANDÃO, Zaia, et al. Universidade e Educação. Coletânea CBE. Campinas: Papirus. CEDES; São Paulo: ANDE: ANPEd, 1992, p.71-78.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”. Política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BOGDAN, Roberto C; e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Editora, LDA, 1994. P. 85 -121.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOWLES, S., GINTIS, H. **The problem with Human Capital Theory - A marxian critique**. Disponível em: < <http://tuvalu.santafe.edu/~bowles/ ProblemHumanCapital1975.pdf>>. Acesso em 3 abr. 2014.

BRANDÃO, C. Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs). **Pesquisa Participante. O saber da Partilha**. Aparecida, SP: Idéias e Letra, 2006.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53 de 20 de dezembro de 2006**. Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Disponível em:< <http://www.fnnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em 24 jul. 2015a.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Manual para usuários do Sistema SIMEC – Módulo Emendas**. 1ª versão. 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/Administrador/Downloads/Manual_SIMEC_Modulo_Emendas.pdf>. Acesso em 27 dez. 2015b.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000..** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 20 out. 2015c.

_____. **Lei nº 4.320 de 17.03.1964**. Estatui Normas Gerais do Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos

Municípios e do Distrito. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em 3 abr. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria Interministerial Nº 39, de 06.02.2014**. Disponível em: <https://www.convenios.gov.br/portal/arquivos/Portaria_Interministerial_39_6_02_2014-1.pdf>. Acesso em 20 ago. 2015d.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior, 2014**. 99 p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em 20 out. 2015e.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20.12.96**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2013a.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em 08 jul. 2013b.

CARDIM, Paulo Antonio Gomes. **Gestão Universitária em Tempos de Mudança**. In: COLOMBO, Sonia Simões (Org.). **Gestão Educacional: Uma nova Visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.223-237.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: nº 24, set/out/nov, 2003, p. 5-15.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. 282.

CUNHA, Luis Antonio. **O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento?** In: TRINDADE, Hégio. **Universidade em Ruínas**. Na República dos Professores. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1999, p. 39-56.

_____. **A universidade temporã**. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

DE TONI, Jackson. **Planejamento e Elaboração de Projetos: Um desafio para a gestão no setor público**. Porto Alegre, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: Saber pensar e intervir juntos**. Brasília/DF: LiberLivros, 2004.

DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane. **Como se tornar um Profissional em gerenciamento de projetos: livro-base de "Preparação para certificação PMP® - Project Management Professional"**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 343 p.

DOURADO, Luiz Fernandes [et.al.]. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2006.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Desafios Gerenciais para o século XXI**. 1. ed. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 1999. 170p.

ERBANO, Luis Afonso Caprilhone Erbano. **Dissertação de mestrado: As mudanças sócio-econômicas no Estado do Paraná e os seus reflexos na gestão da PUCPR**. Curitiba. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1998, p. 29.

FIALHO, Nadia Hage. A missão da universidade. **Revista FAEEBA**, Salvador, Ba., v.7, n.10, p. 25-42, 1998.

_____. Universidades Estaduais da Bahia. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso** (Salvador), Salvador/Bahia, v. 2, p. 21-38, 2004

_____. Universidades estaduais no Brasil: pauta para construção de um sistema nacional articulado de educação. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v. 21, n. 38, p. 81-94, jul./dez. 2012.

FIALHO, Nadia Hage; NOVAES, I. L. Gestão universitária e gestão de sistemas de ensino: desafios de uma articulação sob a inspiração de Anísio Teixeira. **Revista FAEEBA**, v. Espec, p. 25-40, 2009.

FINGER, Almeri Paulo. Gestão Acadêmica In: FINGER, Almeri P.(Org.). **Universidade: Organização e Planejamento**. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988, p.71-88.

FLANAGAN, Joan; **The Grass Roots Fundraising Book: How to Raise Money in Your Community** O manual de captação de fundos na base: como arrecadar dinheiro em sua comunidade; **Contemporary Books, Inc. Chicago, 1982**.

GATTI, Bernadete. **Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais**. Disponível em:<<http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/ALGUMAS-CONSIDERA%C3%87%C3%95ES-SOBRE-PROCEDIMENTOS-METODOL%C3%93GICOS-07.pdf>>. Acesso em 14 fev. 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001. P. 66.

GIAMBIAGI Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. O ajuste do Governo Central: além das reformas. In: GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A Economia Brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 85-110.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 171 p.

_____. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009. 148 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas – ERA**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOLDSCHMIDT Andrea. CALFAT, Sylvia. **Manual de Captação de Recursos**. São Paulo: Editora Apoena Sustentável, 2013.

HARDY, Cyntia; FACHIN, Roberto. **Gestão Estratégica na Universidade Brasileira: teoria e casos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2 ed., 2000.223 p.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira – Uma Abordagem Prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HOLANDA, N. **Planejamento e projetos**. Rio de Janeiro: APEC/MEC, 1975.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A Construção do Saber. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul Ltda ; Belo Horizonte: UFMG, 1999, 340 p.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, Jan./Abr., 2008.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração**, São Paulo: Atlas, 2006.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 9. ed. São Paulo: Ed Editora Revista dos Tribunais Ltda: 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MELAMED, Clarice. PIOLA, Sergio Francisco. **Políticas públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ipea, 2011. P. 287-315.

MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MEYER, Jr. Victor. **Administração Universitária: Considerações sobre a natureza e Desafios**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Administração Universitária de Costa Rica. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 1988.

_____. Considerações sobre o Planejamento Estratégico na Universidade. In: FINGER, Almeri P. (Org.). **Universidade: Organização e Planejamento**. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988, p. 53-69.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fase de trabalho de campo. In: **O desafio do conhecimento**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MINTZBERG, Henry. **Criando Organizações Eficazes**: estruturas em cinco configurações; trad. Ailton Bonfim Brandão – 2 ed. São Paulo: Atlas. 2003, 334p.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública**: o ensino superior brasileiro. In: Revista de Administração Pública. Ed. Especial 1-192. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 103-147.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Cardoso de. **Dimensão regional da universidade pública: estratégias de expansão do ensino de graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities. Salvador, 2014. 327 f. : il.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 232 p.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima. **Políticas Educacionais no Brasil: Qual o Poder do Legislativo?** Curitiba: Prottexto, 2008.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão. As relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do Orçamento Brasileiro. In: **Dados**, v. 45, n. 2, 2002.

PERROW, Charles. **Análise organizacional: um enfoque sociológico**. São Paulo, Atlas, 1972.

PIMENTA, Lídia Boaventura. **Processo decisório na universidade multicampi: dinâmica dos Conselhos Superiores e Órgãos de Execução**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. 211f.:il.

PINTO, Márcio Percival Alves. BIASOTO JÚNIOR, Geraldo. **Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006. P. 137- 285.

POZENATO, José Clemente. **Universidade e região: a regionalização** como estratégia de acesso ao conhecimento. 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1995.

POZZEBON, M. e FREITAS, H.M.R. **Pela aplicabilidade – com maior rigor científico – dos estudos de caso em sistema de informações**. In: Encontro

Nacional dos Programas de Pós - Graduação em Administração, 21. Rio das Pedras: ANPAD, 1997.

Project Management Institute. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos** (Guia PMBOK®). 5. ed. BRAZILIAN PORTUGUESE. 2014. p. 589.

RANIERI, Nina. **Autonomia universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988**. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013. 260 p.

REZENDE Fernando; CUNHA, Armando (Coord). Contribuintes e cidadãos. Compreendendo o orçamento federal. **Programa de Estudos Fiscais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 152 p.

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo: integrando teoria e prática**. São Paulo: Atlas S.A, 1990.

ROESCH, Sylvia M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANO, Roberto. As funções sociais da universidade. In: BRANDÃO, Zaia; et al. **Universidade e Educação**. Coletânea CBE. Campinas, SP: Papirus: CEDES; São Paulo: ANDE: ANPEd, 1992.

ROTH, William. **The evolution of management theory**. Orefield: Roth& Associates, 1993.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO, Helena. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: FAPESB/HUCITEC, 2000. p. 11-74.

SANTOS, Carlos Roberto A. dos. **A Nova Missão da Universidade: a inclusão social**. In: Revista de Educação CEAP. Salvador: a.11, n. 42, set-nov/2003, p.21-28.

SAVIANI, Dermeval. **Do senso comum à consciência filosófica**. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2002. 247 p.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SELTZER, M. **Securing your Organization's Future**. New York: The Foundation Center, 2001, p. 45.

SHAFFER, Harry G. **Investment in Human Capital: Comment**. The American Economic Review, 51, Parte 2, dez. 1961, p. 1026-1035.

SILVA, Itan Pereira da. **Da universidade: tópicos da trajetória da universidade brasileira**. Campina Grande: SEC, 1994. 122 p.

SKINER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: M. Fontes, 2003.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: Um enfoque na contabilidade municipal**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

STAKE, Robert. Case study In: DENZIN, N.; LICOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage, 1994.

TEIXEIRA, Anísio. A expansão do ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.36, n. 83, jul./set. 1961. p. 3-4.

_____. Administração pública brasileira e a educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro v.25 n.63 1956. p.323

_____. **Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro**. R evista Brasileira de Estudos edaggicos. Rio de Janeiro v.20 n.52 1953. p.27

UNEB. **Para construir uma Universidade Contemporânea: Emendas Parlamentares 2008 Câmara dos Deputados**. Universidade do estado da Bahia, UDO, 2008.

_____. **Para construir uma Universidade Contemporânea: Emendas Parlamentares 2009 Senado Federal e Câmara dos Deputados**. Universidade do estado da Bahia, UDO, 2009.

_____. **Para construir uma Universidade Contemporânea: Emendas Parlamentares 2010 Senado Federal e Câmara dos Deputados**. Universidade do estado da Bahia, UDO, 2010.

_____. **Plano de Metas (2010-2013)**. Disponível em:< http://www.uneb.br/prograd/files/2010/01/Plano_De_Metas_Reitoria-2010_02mar10.pdf>. Acesso em 25 ago. 2014a.

_____. **Plano Plurianual (2008-2011)**. Disponível em:< [file:///C:/Users/acssouza/Downloads/ppa.pdf%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/acssouza/Downloads/ppa.pdf%20(2).pdf)>. Acesso em 25 ago. 2014b.

_____. **Plano Plurianual (2012-2015)**. Disponível em:< [file:///C:/Users/acssouza/Downloads/ppa2012-2015.pdf%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/acssouza/Downloads/ppa2012-2015.pdf%20(1).pdf)>. Acesso em 25 ago. 2014c.

_____. **Sistema Integrado de Planejamento**. Disponível em: <<http://www.sip.uneb.br/manual/index>>. Acesso em 06 nov. 2013.

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: UNESCO, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94 p.

VERGARA, Sylvia Constant; CALDAS, Miguel Pinto. **Paradigma interpretacionista**: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. Revista de Administração de Empresas – RAE-Clássicos, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

VIAN, Maurício; MELLO, José Carlos Garcia de; BOEIRA, Carlos. **Orçamento & Fundo: fundo dos direitos da criança e do adolescente**. Brasília: Focus Gráf. Ed., 2002.

VILLANOVA, José (Org.). **Universidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviços dos Países S.A., 1948. p.8.

WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1979.

WOLFF, Robert Paul. **O ideal da universidade**. São Paulo: UNESP, 1993, 201 p.

WORTH, M. J. **Defining Institutional Advancement, Development and Fund raising**. In: Educational Fund Raising Westport (CT): Oryx Press, 1993. P.3-9

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Autorização para realização da pesquisa na Pró-Reitoria de Planejamento da UNEB.

PROPLAN
Pró-Reitoria de Planejamento



UNEB

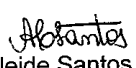
Salvador, 27 de agosto de 2014.

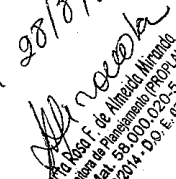
Profª Marta Rosa Farias de Almeida Miranda

Senhora Pró-Reitora,

Considerando a minha aprovação como aluna regular do Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação e ainda, que o meu objeto de estudo relaciona-se com a gestão e acompanhamento dos recursos captados pela Universidade, em específico às emendas parlamentares, solicito a V.Sa, permissão para desenvolver o meu trabalho de pesquisa no lócus desta Pró-Reitoria de Planejamento.

Cordialmente,


Ana Cleide Santos de Souza.

Autorizo
Em 28/8/2014

Marta Rosa F. de Almeida Miranda
Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN)
Mat. 58.000.020-5
Port. 022014-D-9 E-0331.2014

APÊNDICE B - Relação dos Municípios em que a UNEB tem *Campus*

<i>Campus</i>	Municípios
I	Salvador
II	Alagoinhas
III	Juazeiro
IV	Jacobina
V	Santo Antônio de Jesus
VI	Caetité
VII	Senhor do Bonfim
VIII	Paulo Afonso
IX	Barreiras
X	Teixeira de Freitas
XI	Serrinha
XII	Guanambi
XIII	Itaberaba
XIV	Conceição do Coité
XV	Valença
XVI	Irecê
XVII	Bom Jesus da Lapa
XVIII	Eunápolis
XIX	Camaçari
XX	Brumado
XXI	Ipiaú
XXII	Euclides da Cunha
XXIII	Seabra
XXIV	Xique-Xique

Fonte: UNEB/Autoria própria/2013

**APÊNDICE C - Distribuição de Responsabilidades para a Educação Superior
Pública entre os entes federados.**

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Coordenar a Política Nacional de Educação;	Organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;	Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;
Elaborar o Plano Nacional de Educação;	Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação;	Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
Exercer função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais;	Baixar normas suplementares para o seu sistema de ensino;	Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios;	Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos dos seus sistemas de ensino;	
Avaliar a educação nacional em todos os níveis;		
Normatizar os cursos de graduação e pós-graduação;		
Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;		
Avaliar a educação nacional em todos os níveis;		
Avaliar as instituições de ensino superior;		
Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de ensino;		

Fonte: LDBN Nº 9.394/96/Criado pela autora(BRASIL, 2013a)

APÊNDICE D – Estrutura Básica do Projeto para Implantação no SIP/UNEB

TÍTULO DO PROJETO

O Título do Projeto indica, de maneira sintética, o conteúdo do projeto a ser apoiado, fornecendo uma ideia inicial e central.

DADOS DO RESPONSÁVEL

Refere-se à identificação do proponente/executor. É indispensável constar as seguintes informações: nome da instituição, representante legal e ato que lhe atribui competência. Também o nome do coordenador do projeto, endereço residencial completo, seus *e-mails* e telefones, RG, CPF, cargo/função.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL

Para ampliar as potencialidades do projeto, é necessário que haja uma descrição sucinta dos trabalhos realizados pela UNEB; principais resultados, metas e conquistas atingidas, que demonstrem a experiência da Instituição em desenvolver trabalhos semelhantes ao proposto.

PÚBLICO-ALVO

Compreende o conjunto de pessoas que se deseja atender com a execução do projeto, em relação ao qual serão avaliados os resultados. Deve-se quantificar (número) e qualificar (descrever) as pessoas a serem beneficiadas de fato, e os critérios utilizados para a seleção de beneficiários (diretos e indiretos).

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Deve abranger informações relacionadas à dimensão espacial da área de cobertura do projeto, relacionando atores envolvidos, municípios, bairros, ruas etc. Especificar onde será aplicado/realizado/executado.

PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho tem por finalidade agregar os dados que auxiliam a análise da viabilidade do empreendimento, tomando como parâmetro o ajuste aos objetivos do programa.

O Plano de Trabalho conterá, no mínimo:

- I. descrição completa do objeto a ser executado e dos objetivos;
- II. justificativa para a celebração do instrumento;
- III. descrição das metas a serem atingidas;
- IV. definição das etapas ou fases da execução;
- V. cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso;
- VI. plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente/contratante da contrapartida financeira do proponente, se for o caso.

OBJETO

Recomenda-se descrever o produto final do projeto, programa ou evento, de forma precisa, objetiva e clara, de modo a permitir a identificação exata do que se pretende realizar.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Deve-se esclarecer, concisamente, o que se pretende alcançar. A especificação do objetivo geral deve ser formulada com vistas à solução de um problema ou atendimento a uma demanda.

Objetivos Específicos

Referem-se os passos necessários para alcançar o objetivo geral. Recomenda-se utilizar verbos que representem ações específicas e concretas: construir, implantar, adquirir, contratar, capacitar, instalar, elaborar, montar, editar, confeccionar, produzir, imprimir etc.

Sugere-se evitar verbos de sentido abstrato, confuso, impreciso: apoiar, colaborar, fortalecer, contribuir etc. Os objetivos devem ser tangíveis, específicos, concretos, mensuráveis e atingíveis em um determinado período de tempo.

JUSTIFICATIVA

Precisa-se, imprescindivelmente, descrever as causas e os efeitos dos problemas existentes, pormenorizar deficiências e potencialidades, enfatizando como se pretende resolvê-los, como também identificar a demanda social, análise conjuntural do problema, informações pertinentes, estatísticas, indicadores etc.

É importante a explicitação de elementos que permitam conferir se o objeto que se pretende desenvolver é compatível com as diretrizes gerais para a transferência voluntária e, especificamente, com as regras estabelecidas para o programa selecionado.

Convém fundamentar a relevância e a oportunidade do empreendimento como resposta a um problema ou demanda social específica, ou seja, respondendo aos porquês de se executá-lo, as razões que levaram a sua proposição. Assim, é preciso deixar claro o que se pleiteia solucionar ou transformar e apresentar respostas para algumas questões, a exemplo: Qual a importância do problema para a comunidade local, instituição, segmento? Quais alternativas para a solução do problema? Por que executar o projeto? Por que ele deve ser aprovado e implementado? Qual a possível relação do projeto proposto com atividades semelhantes ou complementares entre projetos que estão sendo elaborados, desenvolvidos, executados? Quais os benefícios econômicos, sociais e ambientais a serem alcançados pela comunidade?

METODOLOGIA

Nesta etapa, é preciso especificar o passo a passo do conjunto de procedimentos a serem utilizados para que os objetivos do projeto sejam atingidos. Deverá responder as questões, a exemplo de: Como o projeto vai atingir os seus objetivos? Como começarão as atividades? Como e em quais momentos haverá a participação e envolvimento direto do grupo social? Recomenda-se ainda citar o tipo de atuação a ser desenvolvida: pesquisa, diagnóstico ou intervenção, além dos procedimentos que serão adotados para a avaliação e divulgação.

A metodologia precisa abordar a gestão do projeto, o acompanhamento técnico, sistemático e contínuo, além do desenvolvimento de ações de socialização entre a comunidade, segmentos e pessoas envolvidas.

METAS

Cada objetivo específico deve ter uma ou mais metas de caráter quantitativo, que devem estar dimensionadas conforme indicadores que permitirão evidenciar seu alcance. É fundamental conter os registros das atividades necessárias para se alcançar o objetivo esperado do projeto. As metas devem ser descritas de forma objetiva e clara.

ETAPAS

Constituem-se as fases de execução do objeto proposto. Elas deverão ser detalhadas como um passo a passo para atingir as metas.

APÊNDICE E – As fases de um projeto

- Início do projeto,
- Organização e preparação,
- Execução do trabalho do projeto
- Encerramento do projeto.

Olhando-se os grupos de processos do gerenciamento de projetos, vemos:

- Iniciação,
- Planejamento,
- Execução,
- Monitoramento e Controle e
- Encerramento.

As fases aparecem apenas uma vez num projeto, enquanto que um processo pertencente a um grupo de processos pode aparecer muitas vezes durante o projeto. Cada fase do projeto pode ser um subprojeto, contendo todos os processos de gerenciamento de projetos e, então, todos os grupos de processos estarão em todas as fases.

APÊNDICE F - Erros mais comuns em projetos

(DINSMORE; CAVALIERI, 2005)

1 Falta de Visão e Planejamento Estratégico

A Visão global de como implantar o projeto deverá preceder o planejamento detalhado e as medidas de implementação. Quando falta o "Plano Estratégico de Implantação de Projeto", a probabilidade é grande de o projeto enfrentar sérias dificuldades: equivale a colocar o "carro adiante dos bois".

2 Miopia Gerencial

A visão gerencial deverá ser voltada tanto para fora do projeto quanto para dentro, pois há inúmeros fatores aparentemente externos que influenciam fortemente o andamento dos mesmos. Por exemplo: aspectos políticos (diretoria, grupos de pressão etc.), fatores ambientais, movimentos de classe, interesses adversos ao projeto etc.

3 Pouca Ênfase em Treinamento

O sucesso da equipe de projetos depende de suas habilidades técnicas e interpessoais. Normalmente estas habilidades precisam ser aprimoradas. Para tal é preciso treinar a equipe internamente (tipo "*on the job*") ou em cursos externos, visando desenvolver técnicas do seguinte tipo:

- Conceitos de Administração de Projetos
- Planejamento Estratégico e Detalhado
- Administração de Conflitos: Orçamentos e Controle de Custo

4 Omissão Gerencial por Falta de Autoridade

O gerente/coordenador do projeto possui toda autoridade necessária para fazer seu projeto atingir os objetivos, mesmo que possa lhe faltar autoridade formal. Para tal é preciso explorar autoridade implícita, através da competência e habilidade gerenciais.

A falta de autoridade formal (bastante comum) não pode impedir que o gerente/coordenador, através de negociação, articulação, persuasão e motivação, consiga atingir os objetivos previstos.

5 Gerenciamento Inadequado do "Ciclo de Vida" do Projeto

A atuação gerencial em projetos deve variar em função do estágio em que o projeto em questão se encontra. Um enfoque único do início ao fim será desastroso. A abordagem gerencial deve ser ajustada para atender às necessidades peculiares das fases distintas de conceituação, planejamento, desenvolvimento, implantação e geração.

6 Falta de Desempenhar o Papel "Agente de Mudança"

Administrar projetos equivale a dizer gerenciar mudança. É através da tomada de iniciativa que se gerencia mudança e se implanta projetos. É preciso quebrar a inércia, tomar decisões corajosas, ultrapassar barreiras, agir com oportunismo. O líder do projeto e seus auxiliares-chave, portanto, precisam “vestir a camisa” do verdadeiro agente de mudança.

7 Dimensionamento Inadequado de Sistemas de Controle

Excesso de controle ou sua falta são falhas comuns no gerenciamento de projetos. Os sistemas devem ser de comprovada aplicabilidade, isto é, já utilizados em outros projetos com sucesso, e de fácil uso e manipulação. A supervalorização ou subestimação do sistema de controle pode distorcer o rumo do projeto.

8 Falta de Apoio Superior

O projeto bem sucedido depende de "cobertura" e apoio superior. O gerente/coordenador/líder deverá contar com pessoas que podem agir em termos políticos e organizacionais a favor do projeto. Este apoio deve ser dado através de um "Conselho de Projeto", composto de pessoas que possam influenciar grupos ligados ao projeto ou, ainda, na pessoa de um dirigente de nível na organização. A iniciativa de articular o apoio superior poderá partir da alta administração ou do gerente do projeto.

9 Falta de Integração da Equipe

É a equipe entrosada que consegue atingir metas do projeto. A equipe não integrada, mesmo sendo composta por grandes valores individuais, dificilmente produzirá a sinergia necessária para bem implantar um projeto. É preciso investir em programas de integração e treinamento.

APÊNDICE G – Custo de Oportunidade dos Projetos

O custo de oportunidade é essencial em alguns dos subprodutos do projeto. Ele pode ser subestimado em outros subprodutos. As pessoas alocadas no projeto, mesmo que sejam da própria instituição e já recebam seus salários, tem um custo. Durante o tempo que essas pessoas estão dedicadas ao projeto, estão deixando de desenvolver outras atividades; e isso tem um custo de oportunidade.

Calcule esse tempo de dedicação e multiplique pelo custo/hora de cada integrante da equipe do projeto. Lembre-se que o custo abrange salário, benefícios e encargos sociais; é só dividir o total pelo número de horas/mês que você tem o custo/hora.

A questão do custo e do tempo é muito importante na prática real em gerenciamento de projetos. Essas duas variáveis compõem dois dos principais indicadores do desempenho do projeto e do valor por ele agregado. São o CPI (*Cost Performance Index*) e o SPI (*Schedule Performance Index*), bastante estudados na Administração de Empresas.

APÊNDICE H – Legislação específica sobre a Captação de Recursos

Lei do Bem nº 11.196 de 2005 - regulamentada pelo [decreto nº 5.798/2006](#).

Lei federal, consolida os incentivos fiscais, instituindo que as pessoas jurídicas podem usufruí-los, desde que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica

Lei INOVATEC nº 9.833 de 05 de dezembro de 2005 - regulamentada pelo decreto nº 10.456/2007, que institui o Programa Estadual de Incentivos à Inovação Tecnológica, com a sua gestão, apoio técnico e operacional de competência da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. É mais regional, tem como objetivo promover o desenvolvimento da economia baiana através da ampliação de seu conteúdo de ciência, tecnologia e inovação, incentivando os investimentos de base tecnológica no estado, as atividades de pesquisa e desenvolvimento e a produção e disseminação do conhecimento científico e tecnológico.

Lei de Inovação da Bahia Nº 11.174 de 09 de dezembro de 2008 - dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo no Estado da Bahia, estabelecendo medidas de incentivo, visando ao alcance de uma maior dinâmica tecnológica, de capacitação, de competitividade e de desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, em consonância com as normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 10.973/2004 e segundo os mandamentos dos artigos 265 e 268 da Constituição do Estado da Bahia, estimulando a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação e pesquisadores públicos.

Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

APÊNDICE I - Planejamento Público nos setores público e privado

	Setor Privado	Setor Público
Missão	<ul style="list-style-type: none"> . Definida pela direção ou proprietários . Limitada a determinados produtos e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> . Obrigatória e baseada em um mandato . Ampla e não específica, implicitamente subentendida
Visão	<ul style="list-style-type: none"> . Baseada na missão e na análise do ambiente . Coerente com as próprias possibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> . Determinada pela política . Ampla e não específica
Organização	<ul style="list-style-type: none"> . Funcional . Linhas claras de decisão . relativamente simples 	<ul style="list-style-type: none"> . Muitas vezes incoerente com os recursos disponíveis . Parcialmente funcional . Superposição de funções e política complexa .
Clientela	<ul style="list-style-type: none"> . Relação definida através de compra ou contrato . Limitada a atuação da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> . Ampla e diversificada . Relações mal definidas
Propósito de atuação	<ul style="list-style-type: none"> . Cumprir missão . Realizar lucro 	<ul style="list-style-type: none"> . Servir à política sem formalidades . Servir ao público
Formas de atuação	<ul style="list-style-type: none"> . Dinâmica . Precisa ser eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> . Burocrática . Não precisa ser extremamente eficiente

Fonte: Autoria própria/2015

APÊNDICE J - Execução Orçamentária das funcionais relativas às Emendas do MEC para a Bahia (2010-2013)
2010(continua)

Instituição	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
UEFS	Individual	FEIRA DE SANTANA	25940008	12.364.1073.0 048.0500	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CAMPUS UNIVERSITÁRIO - UEFS - FEIRA DE SANTANA - BA	222000	222.000	222.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34590019	12.364.1073.0 048.0348	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24020011	12.364.1073.0 048.0306	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO DO CAMPUS AVANÇADO DE SANTO AMARO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34380017	12.364.1073.0 048.0174	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	1.000.000	1.000.000	100.000	100.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13390020	12.364.1073.0 048.0174	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	1.000.000	1.000.000	100.000	100.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	12670024	12.364.1073.0 048.0174	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	600000	1.000.000	1.000.000	100.000	100.000	0
UESC	Individual	BAHIA (ESTADO)	35570010	12.364.1073.0 048.0476	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CONSTRUÇÃO DA RESIDÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - ILHÉUS - NO ESTADO DA BAHIA	800000	800.000	800.000	800.000	800.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24020013	12.364.1073.0 048.0412	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UESC - CONSTRUÇÃO DE ESTÚDIO DE TELEVISÃO - CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - NO EST. DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
UESB	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	35680010	12.364.1073.0 048.0482	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - LABORATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS MEIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	150000	150.000	150.000	0	0	0
	Individual	ITAPETINGA	35680014	12.364.1073.0 048.0474	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - LABORATÓRIO PÓS-GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA DA UESB - ITAPETINGA - BA	75000	75.000	75.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24020012	12.364.1073.0 048.0490	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UESB - CENTRO TECNOLÓGICO DE TREINAMENTO NA PRODUÇÃO DE CARNE DE SOL E CORTES - MICRO REGIÃO DE ITAPETINGA - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	0	0	0
	Individual	ITAPETINGA	26010004	12.364.1073.0 048.0454	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS ITAPETINGA - ITAPETINGA - BA	100000	100.000	100.000	100.000	100.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310020	12.364.1073.0 048.0204	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	370000	1.020.000	1.020.000	370.000	370.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	23940001	12.364.1073.0 048.0204	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	650000	1.020.000	1.020.000	370.000	370.000	0
	Individual	PIAUI (ESTADO)	23940001	12.364.1073.0 048.0204	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA		1.020.000	1.020.000	370.000	370.000	0
	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	13670009	12.364.1073.0 048.0182	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	100000	200.000	200.000	100.000	100.000	0
	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	26010005	12.364.1073.0 048.0182	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	100000	200.000	200.000	100.000	100.000	0
	Individual	JEQUIÉ	26010006	12.364.1073.0 048.0432	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB - JEQUIÉ - BA	100000	250.000	250.000	0	0	0
	Individual	JEQUIÉ	24700011	12.364.1073.0 048.0432	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB - JEQUIÉ - BA	150000	250.000	250.000	0	0	0
UNEB	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310017	12.364.1073.0 048.0098	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB - ESTADO DA BAHIA	120000	720.000	720.000	420.000	420.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680024	12.364.1073.0 048.0098	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB - ESTADO DA BAHIA	300000	720.000	720.000	420.000	420.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	33550011	12.364.1073.0 048.0098	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB - ESTADO DA BAHIA	300000	720.000	720.000	420.000	420.000	0
Para as IES Estaduais	Individual	BAHIA (ESTADO)	71060018	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	165014	0.615.014	1 0.146.217	200. 000	00.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13440008	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	00000	0.615.014	1 0.146.217	200. 000	00.000	0

2010(conclusão)

Instituição	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Para as IES Estaduais	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270022	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	250000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34660002	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34660004	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34660005	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	100000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34770002	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	300000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34590020	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	400000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13840002	12.364.1073.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	800000	10.615.014	10.146.217	200.000	200.000	0
UFBA	Individual	BAHIA (ESTADO)	34380012	12.302.1073.6 379.0102	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA - UFBA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34380013	12.302.1073.6 379.0104	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA - UFBA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
IFBA	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310009	12.363.1062.6 380.0154	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	149.946	149.946	0
EDUCAÇÃO O PROFISSIONAL	Individual	BAHIA (ESTADO)	24720003	12.363.1062.6 380.0029	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA	4500000	4.500.000	4.500.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	34660018	12.363.1062.6 380.0070	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - SALVADOR - BA	100000	100.000	100.000	0	0	0

2011 (continua)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Educação Básica/ FNDE	Individual	BAHIA (ESTADO)	31660007	12.847.1448. 09CW.0029	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	800000	1.800.000	1.800.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	34380002	12.847.1448. 09CW.0498	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA - DISTRITO DE TIQUARUÇU - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	34380014	12.847.1448. 09CW.0418	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA - DISTRITO DE JAGUARA - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	VALENTE	34380007	12.847.1448. 09CW.0548	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - VALENTE - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	60040001	12.847.1448. 09CW.0001	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL	13488163	409.488.163	479.450.253	471.280.371	471.280.371	283.882.806
	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	60040002	12.128.1061. 2C95.0001	FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL	8372041	15.372.041	15.387.120	0	0	0

2011 (continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Educação Básica/ FNDE	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	50160001	12.847.1448. 0E53.0001	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA - NACIONAL	3372041	363.372.041	399.709.041	371.838.947	371.838.947	252.112.86 6
	Individual	LAURO DE FREITAS	17150017	12.847.1448. 09CW.0378	APOIO A REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CONSTRUÇÃO DE CRECHE - LAURO DE FREITAS - NO ESTADO DA BAHIA	600000	600.000	600.000	0	0	0
	Individual	ITAPETINGA	34770001	12.367.1374. 0511.0238	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APAE - ITAPETINGA - NO ESTADO DA BAHIA	400000	400.000	400.000	0	0	0
	Individual	CONCEIÇÃO DA FEIRA	34590017	12.847.1448. 0E53.0152	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA - CONCEIÇÃO DA FEIRA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	13730003	12.847.1448. 0509.0162	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	4000000	6.500.000	6.500.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	26010007	12.847.1448. 0509.0162	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	2500000	6.500.000	6.500.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	32910004	12.847.1448. 09CW.0029	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	500000	1.800.000	1.800.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	32910005	12.847.1448. 09CW.0029	APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	500000	1.800.000	1.800.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24710003	12.847.1448. 0509.0029	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	1000000	1.000.000	1.000.000	0	0	0
	Individual	JIQUIRIÇÁ	33550002	12.847.1448. 09CW.0624	APOIO A REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA - JIQUIRIÇÁ - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	RIACHÃO DO JACUIPE	24720001	12.847.1448. 0509.0164	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - RIACHÃO DO JACUIPE - NO ESTADO DA BAHIA	600000	600.000	600.000	0	0	0
	Individual	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	24720002	12.847.1448. 0509.0172	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SANTO ANTÔNIO DE JESUS - NO ESTADO DA BAHIA	700000	700.000	700.000	0	0	0
	Individual	SERRA PRETA	24720003	12.847.1448. 0509.0204	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SERRA PRETA - NO ESTADO DA BAHIA	700000	700.000	700.000	0	0	0
UEFS	Individual	FEIRA DE SANTANA	34380001	12.364.1073. 0048.0572	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CONSTRUÇÃO DE GALPÕES NO OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES DA UEFS - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	23790024	12.364.1073. 0048.0122	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FEIRA DE SANTANA - BA	1250000	1.250.000	1.250.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34590001	12.364.1073. 0048.0348	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	35640025	12.364.1073. 0048.0574	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AMPLIAÇÃO DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	200.000	200.000	0
	Individual	LENÇÓIS	24020022	12.364.1073. 0048.0530	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - REFORMA DO CAMPUS AVANÇADO DE LENÇÓIS - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	13840023	12.364.1073. 0048.0156	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - BA	200000	200.000	200.000	0	0	0
UESC	Individual	BAHIA (ESTADO)	24020024	12.364.1073. 0048.0532	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CONSTRUÇÃO DO ESTÚDIO DE RÁDIO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UESC - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
UESB	Individual	BAHIA (ESTADO)	35640004	12.364.1073. 0048.0280	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CAMPUS DE JEQUIÉ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35680003	12.364.1073. 0048.0204	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	500.000	500.000	0	0	0
	Individual	PIAUI (ESTADO)	35680003	12.364.1073. 0048.0204	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA		500.000	500.000	0	0	0
	Individual	JEQUIÉ	24700001	12.364.1073. 0048.0180	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - JEQUIÉ - BA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	33550015	12.364.1073. 0048.0204	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	500.000	500.000	0	0	0

2011 (continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
UESB	Individual	JEQUIÊ	24020023	12.364.1073.0048.0432	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA- UESB - JEQUIÊ - BA	150000	150.000	150.000	0	0	0
UNEB	Individual	SALVADOR	23790025	12.364.1073.0048.0526	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNEB - CAMPUS I - SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34660013	12.364.1073.0048.0576	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CAMPUS III - JUAZEIRO - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680017	12.364.1073.0048.0238	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	12.200.000	12.200.000	200.000	200.000	0
	Individual	ALAGOINHAS	34590009	12.364.1073.0048.0450	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - ALAGOINHAS - NO ESTADO DA BAHIA	210000	210.000	210.000	0	0	0
	Individual	TEIXEIRA DE FREITAS	12890001	12.364.1073.0048.0198	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - TEIXEIRA DE FREITAS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	ALAGOINHAS	13840022	12.364.1073.0048.0332	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA UNEB EM ALAGOINHAS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
UFBA	Individual	SALVADOR	17180009	12.302.1073.6379.0086	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	17180009	12.302.1073.6379.0086	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	17180009	12.302.1073.6379.0086	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	24700004	12.302.1073.6379.0116	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDIGAR SANTOS - SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	1000000	1.000.000	1.000.000	375.770	375.770	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310012	12.364.1073.2E14.0029	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	800000	1.730.000	1.730.000	579.617	579.617	1.029
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310013	12.364.1073.6368.0029	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DA BAHIA	300000	500.000	500.000	200.000	200.000	0
	Individual	SALVADOR	17150008	12.364.1073.2E14.0170	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UFBA - SALVADOR - BA	1000000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680018	12.364.1073.2E14.0029	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	580000	1.730.000	1.730.000	579.617	579.617	1.029
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13670024	12.364.1073.2E14.0029	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	200000	1.730.000	1.730.000	579.617	579.617	1.029
	Individual	SALVADOR	35640008	12.364.1073.7L83.0080	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DA COMUNICAÇÃO - SALVADOR - BA	650000	650.000	650.000	650.000	650.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	25340020	12.364.1073.6368.0029	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DA BAHIA	200000	500.000	500.000	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34560005	12.364.1073.2E14.0029	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	150000	1.730.000	1.730.000	579.617	579.617	1.029
	Individual	BAHIA (ESTADO)	38400025	2.364.1073.2E14.0060	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - FACULDADE DE ARQUITETURA - NO ESTADO DA BAHIA	00000	00.000	00.000	0	0	0
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Individual	BAHIA (ESTADO)	3310014	2.364.1073.6368.0198	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - FACULDADE DE JORNALISMO - NO ESTADO DA BAHIA	00000	00.000	00.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	4380010	2.364.1073.1OTM.0056	IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE LABORATÓRIOS DE ENGENHARIA DA UFRB - NO ESTADO DA BAHIA	00000	00.000	00.000	0	0	0
	Individual	ANTÔNIO DE JESUS	7110011	2.364.1073.2E14.0230	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - COMPLEXO DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EM SANTO ANTÔNIO DE JESUS - NO ESTADO DA BAHIA	50000	50.000	50.000	0	0	0

2011 (continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Individual	SÃO FÉLIX	17180023	12.364.1073.2E14.0212	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - SÃO FÉLIX - BA	400000	400.000	400.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680019	12.364.1073.2E14.0029	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	CRUZ DAS ALMAS	13840020	12.364.1073.2E14.0222	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CRUZ DAS ALMAS - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Individual	BAHIA (ESTADO)	13390009	12.364.1073.6368.0029	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DA BAHIA	140000	140.000	140.000	0	0	0
	Individual	JUAZEIRO	34660014	12.364.1073.6368.0204	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - CAMPUS DE JUAZEIRO - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24680016	12.364.1073.2E14.0029	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	98.000	98.000	0
Fac S.Francisco Barreiras	Individual	BARREIRAS	34660002	12.364.1073.0048.0564	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FACULDADE SÃO FRANCISCO - BARREIRAS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
Educação Profissional	Bancada	BAHIA (ESTADO)	71060011	12.363.1062.6380.0182	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	14957219	14.957.219	14.957.219	0	0	0
IES Estaduais Baianas	Bancada	BAHIA (ESTADO)	71060020	12.364.1073.0048.0238	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	12000000	12.200.000	12.200.000	200.000	200.000	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13670022	12.364.1073.0048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	1.200.000	1.200.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34560009	12.364.1073.0048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	1000000	1.200.000	1.200.000	0	0	0
IES Federais Baianas	Bancada	BAHIA (ESTADO)	71060021	12.364.1073.6368.0206	INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO - EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	12000000	12.000.000	12.000.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34380024	12.302.1073.6379.0114	COMPLEMENTAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS - CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA UFBA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	50160002	12.363.1062.1H10.0001	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL	13488162	161.918.264	164.671.286	150.680.935	150.680.935	29.880.298
	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	50220002	12.363.1062.1H10.0001	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL	8430102	161.918.264	164.671.286	150.680.935	150.680.935	29.880.298
Ed. de Jovens e Adultos	Individual	NACIONAL	20690011	12.366.1060.8526.0001	APOIO A INICIATIVAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - NACIONAL	4450000	36.882.840	36.882.840	8.307.784	8.307.784	5.049.297
Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia	Bancada	SALVADOR	71060009	12.302.1073.7R20.0056	CONSTRUÇÃO DO ANEXO DA MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA EM SALVADOR - SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	20000000	20.000.000	20.000.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	17220005	12.302.1073.4086.0090	FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA DEFEITUOSA - NO ESTADO DA BAHIA	3320000	6.520.000	6.520.000	6.445.406	6.445.406	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24690009	12.302.1073.4086.0088	FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO - MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35680015	12.302.1073.4086.0090	FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NÚCLEO DE APOIO À CRIANÇA DEFEITUOSA - NO ESTADO DA BAHIA	3200000	6.520.000	6.520.000	6.445.406	6.445.406	0
Instituto Federal Baiano	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310008	12.363.1062.8650.0029	REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	11.306.924	11.306.924	10.450.453	10.450.453	4.584.948
	Individual	SENHOR DO BONFIM	34660025	12.363.1062.2E13.0208	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - SENHOR DO BONFIM - BA	100000	100.000	100.000	0	0	0

2011 (conclusão)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Instituto Federal Baiano	Individual	BAHIA (ESTADO)	12890005	12.363.1062.2992.0029	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - NO ESTADO DA BAHIA	300000	52.848.995	73.434.689	69.028.048	69.028.048	64.345.928
Instituto Federal da Bahia	Individual	BAHIA (ESTADO)	13840024	12.363.1062.2E13.0070	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - UNIDADE DE BARREIRAS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Individual	BAHIA (ESTADO)	32390004	12.364.1073.125B.0056	IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LUSO AFRO BRASILEIRA - UNILAB - CAMPUS DE SÃO FRANCISCO DO CONDE - NO ESTADO DA BAHIA	500000	500.000	500.000	0	0	0

2012(continua)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Educação Básica	Individual	BAHIA (ESTADO)	27360005	12.847.2030.0E53.0029	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA - NO ESTADO DA BAHIA	660000	2.470.000	2.470.000	1.000.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26010007	12.847.2030.0E53.0029	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA - NO ESTADO DA BAHIA	1000000	2.470.000	2.470.000	1.000.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26010017	12.368.2030.2ORP.0029	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	500.000	1.800.000	1.474.162	534.054	534.054
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26010018	12.847.2030.0509.0029	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	500.000	500.000	249.814	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27490008	12.847.2030.0E53.0029	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CAMINHO DA ESCOLA - NO ESTADO DA BAHIA	810000	2.470.000	2.470.000	1.000.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27500003	12.847.2030.0509.0029	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	500.000	500.000	249.814	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510006	12.368.2030.2ORP.0029	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	500.000	1.800.000	1.474.162	534.054	534.054
	Individual	RIBEIRÃO DO LARGO	27510015	12.368.2030.2ORP.0144	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - RIBEIRÃO DO LARGO – BA	300000	300.000	300.000	299.200	0	0
Educação Básica Nacional	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	60040003	12.365.2030.12KU.0001	IMPLANTAÇÃO DE ESCOLAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL – NACIONAL	2000000	1.784.000.000	1.784.000.000	1.784.000.000	692.287.710	692.287.710
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	60040004	12.368.2030.2ORP.0001	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – NACIONAL	1,7E+08	1.557.590.000	1.596.170.823	1.520.925.221	1.367.964.594	1.365.942.389
ESC	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310012	12.364.2032.0048.0096	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	500000	500.000	500.000	0	0	0
ESB	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	27400011	12.364.2032.0048.0172	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - VITÓRIA DA CONQUISTA – BA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	35680021	12.364.2032.0048.0334	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CONSTRUÇÃO DO MÓDULO DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA - VITÓRIA DA CONQUISTA – BA	150000	150.000	150.000	0	0	0

2012(continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
UESB	Individual	JEQUIÊ	24700011	12.364.2032.0 048.0292	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - CAMPUS JEQUIÊ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - JEQUIÊ - BA	100000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510012	12.364.2032.0 048.0184	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) - NO ESTADO DA BAHIA	250000	250.000	250.000	250.000	0	0
	Individual	VITÓRIA DA CONQUIST A	27510005	12.364.2032.0 048.0362	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE DA BAHIA - VITORIA DA CONQUISTA - BA	100000	100.000	100.000	100.000	0	0
UNEB	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310016	12.364.2032.0 048.0100	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB) - NO ESTADO DA BAHIA	150000	150.000	150.000	0	0	0
UEFS	Individual	FEIRA DE SANTANA	27360016	12.364.2032.0 048.0122	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - FEIRA DE SANTANA - BA	250000	250.000	1.450.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	13390008	12.364.2032.0 048.0102	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL - FEIRA DE SANTANA - BA	150000	950.000	950.000	0	0	0
	Individual	FEIRA DE SANTANA	23790021	12.364.2032.0 048.0102	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL - FEIRA DE SANTANA - BA	800000	950.000	950.000	0	0	0
Educação Profissional	Bancada da Bahia	BAHIA (ESTADO)	71060010	12.363.2031.6 380.0090	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	10000000	10.000.000	10.000.000	0	0	0
Para as IES Est Baianas	Bancada da Bahia	BAHIA (ESTADO)	71060020	12.364.2032.0 048.0338	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	20500000	20.500.000	20.500.000	3.000.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13390006	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	100000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270009	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	500000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	23790020	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	300000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	23790022	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	300000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34770025	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	600000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790023	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	380000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	25940011	12.364.2032.0 048.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	600000	2.780.000	3.424.000	280.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310013	12.364.2032.8 282.0070	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - ESCOLA DE NUTRIÇÃO - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
UFBA	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310014	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	150000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707
	Individual	SALVADOR	27360001	12.364.2032.8 282.0198	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - SALVADOR - BA	500000	1.000.000	1.000.000	500.000	0	0
	Individual	SALVADOR	27360015	12.364.2032.8 282.0198	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - SALVADOR - BA	500000	1.000.000	1.000.000	500.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27390002	12.364.2032.8 282.0120	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - FACULDADE DE DIREITO - NO ESTADO DA BAHIA	350000	350.000	350.000	0	0	0
	Bancada da Bahia	BAHIA (ESTADO)	71060021	12.364.2032.2 0RK.0208	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	20500000	20.500.000	20.500.000	20.414.132	788.424	481.480
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270002	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	100000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270008	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	180000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270010	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	500000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270012	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	120000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270013	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	350000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270013	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	350000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.707

2012(continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
UFBA	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270014	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	250000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.70 7
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270015	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	230000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.70 7
	Individual	BAHIA (ESTADO)	22430002	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	400000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790020	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	1070000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	SALVADOR	24690017	12.364.2032.2 0RK.0204	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - SALVADOR – BA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35640009	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	1590000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35640020	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	500000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27480015	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	100000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35680020	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	1100000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.70 7
	Individual	BAHIA (ESTADO)	81000662	12.364.2109.2 0TP.0029	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA	3,31E+08	331.285.839	367.785.839	365.207.539	365.192.188	365.190.0 02
	Individual	BAHIA (ESTADO)	25940017	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	700000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27500012	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	1300000	57.156.813	57.156.813	56.287.943	18.850.612	16.393.89 6
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27500013	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	94.984.277	109.964.943	95.568.545	78.696.866	76.553.70 7
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28800011	12.364.2032.8 282.0146	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - CONCLUSÃO DO NÚCLEO DE EST. INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER - NEIM - NO EST. DA BAHIA	300000	300.000	300.000	296.778	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310009	12.364.2032.2 0RX.0066	REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Relator geral	BAHIA (ESTADO)	81000724	12.302.2109.2 0TP.0029	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA	89611787	89.611.787	87.611.787	87.607.145	87.607.145	87.607.14 5
Universidade e Federal do Recôncavo da Bahia	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310015	12.364.2032.2 0RK.0066	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - FACULDADE DE JORNALISMO - CAMPUS DE CACHOEIRA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	CRUZ DAS ALMAS	27360025	12.364.2032.2 0RK.0188	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - CRUZ DAS ALMAS – BA	300000	300.000	300.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26270016	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	500000	11.918.430	12.702.238	11.234.978	9.259.254	9.142.239
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790021	12.364.2032.8 282.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	16.864.774	16.864.774	16.658.607	11.418.538	10.933.86 0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	34590007	12.364.2032.2 0RK.0029	FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	400000	11.918.430	12.702.238	11.234.978	9.259.254	9.142.239
	Relator Geral	BAHIA (ESTADO)	81000721	12.364.2109.2 0TP.0029	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA	64748488	64.748.488	72.548.488	71.367.765	71.367.765	71.367.76 5
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310009	12.364.2032.2 0RX.0066	REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - MATERNIDADE CLIMÉRIO DE OLIVEIRA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Relator Geral	BAHIA (ESTADO)	81000724	12.302.2109.2 0TP.0029	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA	89611787	89.611.787	87.611.787	87.607.145	87.607.145	87.607.14 5
Universidade de Federal do Sudoeste da Bahia	Individual	BAHIA (ESTADO)	22430003	12.364.2032.7 S22.0056	IMPLANTAÇÃO DE CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DE SANTA MARIA DA VITÓRIA - NO ESTADO DA BAHIA	500000	500.000	500.000	0	0	0
Para IES Federais Brasil	Relator geral	NACIONAL	81000048	12.122.0909.0 0H7.0001	CONTRIB. DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUBL. FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROV. DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUN. – NACIONAL	38439853	38.439.853	8.439.853	324.077	324.077	324.077
	Relator geral	NACIONAL	81000656	12.122.2109.2 0TP.0001	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO – NACIONAL	1,05E+08	104.892.628	406.192.628	121.899.699	121.899.699	120.731.1 67

2012(conclusão)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Educação Profissional Nacional	Relator geral	NACIONAL	81005460	12.363.2031.6 380.0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – NACIONAL	20000000	251.000.000	258.531.276	105.240.078	40.153.357	37.900.249
Ensino, Pesquisa e Extensão Nacional	Relator geral	NACIONAL	81005461	12.364.2032.2 0GK.0001	FOMENTO ÀS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – NACIONAL	20000000	117.327.176	119.747.636	93.097.486	77.011.294	73.372.301
Instituto Federal Baiano	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310006	12.363.2031.2 0RL.0029	FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	64.179.855	73.274.482	61.646.843	40.186.778	38.310.905
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790008	12.363.2031.2 0RG.0029	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	12.900.000	15.268.874	12.897.737	69.588	69.588
	Individual	BAHIA (ESTADO)	26010001	12.363.2031.2 0RG.0029	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	1200000	12.900.000	15.268.874	12.897.737	69.588	69.588
	Individual	SALVADOR	35640017	12.363.2031.2 0RG.0068	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - BAIRRO DE CAJAZEIRAS - SALVADOR – BA	800000	800.000	800.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	35640018	12.363.2031.2 0RG.0070	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - BAIRRO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO - SALVADOR – BA	800000	800.000	800.000	0	0	0
	Relator geral	BAHIA (ESTADO)	81000757	12.363.2109.2 0TP.0029	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO - NO ESTADO DA BAHIA	43666562	43.666.562	56.666.562	56.665.346	56.665.346	56.665.346

2013 (continua)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Educação Básica	Individual	SALVADOR	13330009	12.368.2030.20 RP.2261	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	2600000	2.600.000	2.600.000	0	0	0
	Individual	BARRA	32390005	12.847.2030.05 09.1959	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NO MUNICÍPIO DE BARRA - BA	250000	250.000	250.000	248.219	203.594	203.594
	Individual	BAHIA (ESTADO)	32910003	12.368.2030.20 RP.0029	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - NO ESTADO DA BAHIA	1000000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0
	Individual	IGRAPIUNA	35640007	12.368.2030.20 RP.7066	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA - CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE 6 SALAS - NO MUNICÍPIO DE IGRAPIUNA – BA	960000	960.000	960.000	960.000	0	0
Educação Básica Nacional	C. Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	60040001	12.847.2030.05 09.0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL	180000000	748.845.717	1.030.636.695	147.467.940	8.187.210	7.619.777
	Individual	NACIONAL	20690014	12.368.2030.20 RP.0001	INFRAESTRUTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA – NACIONAL	500000	1.638.090.000	1.759.321.602	1.637.569.743	532.746.799	114.964.259
	Individual	NACIONAL	25900008	12.847.2030.05 09.0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL	500000	748.845.717	1.030.636.695	147.467.940	8.187.210	7.619.777
	Relator Geral	NACIONAL	81000185	12.847.2030.0 E36.0001	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB – NACIONAL	33150000	10.745.889.355	10.745.889.355	10.745.889.355	8.665.255.690	8.665.255.690
UESB	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310011	12.364.2032.00 48.7008	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	350000	350.000	350.000	0	0	0

2013 (continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
UESB	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	27360021	12.364.2032.00 48.2338	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	200000	400.000	400.000	0	0	0
	Individual	VITÓRIA DA CONQUISTA	27380005	12.364.2032.00 48.2338	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	200000	400.000	400.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35680022	12.364.2032.00 48.7092	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA - NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	24700008	12.364.2032.00 48.7054	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS JEQUIÉ - NO ESTADO DA BAHIA	100000	550.000	550.000	200.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510002	12.364.2032.00 48.7054	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS JEQUIÉ - NO ESTADO DA BAHIA	250000	550.000	550.000	200.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510007	12.364.2032.00 48.7064	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	950.000	950.000	500.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510008	12.364.2032.00 48.7064	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	950.000	950.000	500.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510015	12.364.2032.00 48.7064	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	950.000	950.000	500.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510016	12.364.2032.00 48.7064	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA - NO ESTADO DA BAHIA	100000	950.000	950.000	500.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510017	12.364.2032.00 48.7064	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	950.000	950.000	500.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27510018	12.364.2032.00 48.7054	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - CAMPUS JEQUIÉ - NO ESTADO DA BAHIA	200000	550.000	550.000	200.000	0	0
UESC	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310012	12.364.2032.00 48.7010	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - NO ESTADO DA BAHIA	300000	300.000	300.000	0	0	0
UNEB	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310015	12.364.2032.00 48.7012	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS DE IRECÊ - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	JACOBINA	27360025	12.364.2032.00 48.2133	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO MUNICÍPIO DE JACOBINA - BA	180000	180.000	180.000	180.000	0	0
UEFS	Individual	FEIRA DE SANTANA	23790020	12.364.2032.00 48.7036	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BA	1000000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27450009	12.364.2032.00 48.7062	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	500000	800.000	800.000	800.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	27450010	12.364.2032.00 48.7062	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	800.000	800.000	800.000	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790009	12.364.2032.00 48.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO EST. DA BAHIA	200000	600.000	600.000	0	0	0
Para as IES Estaduais Baianas	Bancada da Bahia	BAHIA (ESTADO)	71060013	12.364.2032.00 48.7102	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	20000000	20.000.000	20.000.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13840004	12.364.2032.00 48.0029	APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NO ESTADO DA BAHIA	400000	600.000	600.000	0	0	0
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Individual	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	13310014	12.364.2032.20 RK.7026	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE - NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS - NO ESTADO DA BAHIA	200000	200.000	200.000	0	0	0
	Individual	CRUZ DAS ALMAS	27360024	12.364.2032.82 82.2042	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS - BA	000000	00.000	00.000	0	0	0

2013 (continuação)

Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790008	12.364.2032.82 82.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	150000	45.374.414	45.580.580	41.625.741	16.695.190	14.983.780
Instituto Federal Baiano	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310005	12.363.2031.20 RL.0029	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	43.941.305	56.240.942	52.226.866	38.798.197	37.430.344
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28790006	12.363.2031.20 RG.0029	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	200000	16.886.147	19.257.283	18.544.339	6.575.863	5.849.491
Instituto Federal da Bahia	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310004	12.363.2031.20 RL.0029	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	250000	67.165.793	69.805.266	67.942.188	44.038.593	39.155.493
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13390009	12.363.2031.20 RL.7000	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CAMPUS JACOBINA - NO ESTADO DA BAHIA	500000	500.000	500.000	0	0	0
	Individual	BARREIRAS	27480005	12.363.2031.20 RL.1964	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS - BA	100000	100.000	100.000	99.985	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	13840003	12.363.2031.20 RG.0029	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NO ESTADO DA BAHIA	300000	42.717.689	42.717.689	41.403.705	10.650.190	9.580.646
Educação Profissional, Científica e Tecnológica Nacional	Relator Geral	NACIONAL	81000035	12.364.2031.86 52.0001	MODERNIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA NÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - NACIONAL	340000000	0	0	0	0	0
	Relator Geral	NACIONAL	81000095	12.363.2031.86 52.0001	MODERNIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA NÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - NACIONAL	340000000	340.000.000	310.543.419	192.741.086	23.417.084	12.925.045
E. Profissional e Tecnológica na Bahia	Bancada da Bahia	BAHIA (ESTADO)	71060011	12.363.2031.63 80.7006	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	18250000	18.250.000	18.250.000	0	0	0
E.Prof. e Tecnológica Nacional	Individual	NACIONAL	26840008	12.363.2031.63 80.0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL	200000	80.321.417	132.321.417	80.316.583	19.735.353	15.056.625
UFBA	Individual	BAHIA (ESTADO)	13310013	12.364.2032.20 RK.0029	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	1200000	79.228.403	121.254.138	114.698.595	96.318.322	89.388.498
	Individual	SALVADOR	27360022	12.364.2032.82 82.2261	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	300000	1.700.000	1.700.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	27360023	12.364.2032.82 82.2261	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	400000	1.700.000	1.700.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	71060012	12.364.2032.20 RK.7018	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DA BAHIA	30000000	30.000.000	30.000.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	32620014	12.364.2032.20 RK.7042	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA - FACULDADE DE DIREITO - NO ESTADO DA BAHIA	100000	100.000	100.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	28790007	12.364.2032.82 82.2261	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	1000000	1.700.000	1.700.000	0	0	0
	Individual	SALVADOR	34590015	12.364.2032.20 RK.2261	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO MUNICÍPIO DE SALVADOR - BA	400000	400.000	400.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35640011	12.364.2032.20 RK.7016	FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - REESTRUTURAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO - NO ESTADO DA BAHIA	500000	500.000	500.000	0	0	0
	Individual	BARREIRAS	27480009	12.364.2032.82 82.7032	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA - NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS - BA	1000000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	37.602	0
	Relator Geral	BAHIA (ESTADO)	81000009	09.272.0089.01 81.0029	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS - NO ESTADO DA BAHIA	261178494	317.078.920	371.708.668	370.340.048	370.340.048	370.338.495
	Individual	BAHIA (ESTADO)	35680021	12.302.2032.40 86.7012	FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE DA CRIANÇA COM DEFIC. MOTORA - NO EST. DA BAHIA	1000000	1.000.000	1.000.000	0	0	0
	Individual	BAHIA (ESTADO)	28710007	12.364.2032.82 82.7038	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS - NO ESTADO DA BAHIA	1200000	1.200.000	1.200.000	1.063.276	1.670	0
Instituições Federais de Ensino Superior	Individual	BAHIA (ESTADO)	13840017	12.364.2032.82 82.0029	REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - NO ESTADO DA BAHIA	900000	900.000	900.000	598.671	0	0

2013 (conclusão)

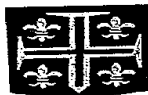
Autor	Tipo	Localidade	Emenda	Funcional	Ação + Subtítulo	Emenda Valor Aprovado	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	60040002	12.363.2031.20RG.0001	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL	25000000	80.000.000	116.449.097	87.389.618	12.346.017	5.148.417
	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	50160002	12.363.2031.20RG.0001	EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - NACIONAL	50000000	80.000.000	116.449.097	87.389.618	12.346.017	5.148.417
Para todas as IES Brasileiras	Com.Educação, Cultura e Esporte - CE	NACIONAL	50160001	12.364.2032.4002.0001	ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR - NACIONAL	10000000	40.693.096	30.795.472	10.510.027	3.597.551	1.157.392
Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Nacional	Individual	NACIONAL	13310008	12.364.2032.20GK.0001	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - NACIONAL	500000	87.866.623	94.516.773	84.872.540	72.668.852	72.647.785
	Individual	NACIONAL	25620001	12.364.2032.20GK.0001	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - NACIONAL	500000	87.866.623	94.516.773	84.872.540	72.668.852	72.647.785
	Individual	NACIONAL	29100021	12.364.2032.20GK.0001	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - NACIONAL	500000	87.866.623	94.516.773	84.872.540	72.668.852	72.647.785
	Individual	NACIONAL	27160015	12.364.2032.20GK.0001	FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - NACIONAL	100000	87.866.623	94.516.773	84.872.540	72.668.852	72.647.785
Educação Nacional	Relator Geral	NACIONAL	81000467	12.131.2109.4641.0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - NACIONAL	30000000	46.500.000	37.200.000	23.443.239	8.556.706	8.556.706
	Relator Geral	NACIONAL	81000500	28.843.0905.0283.0001	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - NACIONAL	1504228	1.504.228	1.504.228	0	0	0
	Relator Geral	NACIONAL	81000207	12.366.2030.0A26.0001	CONCESSÃO DE AUXÍLIO-FINANCEIRO - NACIONAL	15000000	74.450.000	82.056.840	56.056.840	39.753.700	39.753.700
Qualificação Profissional - PROJOVEM	Relator Geral	NACIONAL	81000206	12.366.2030.2A95.0001	ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJOVEM - NACIONAL	20000000	136.500.000	141.779.418	67.917.321	66.587.167	66.587.167

Fonte: Siga Brasil/2005

ANEXOS

Anexo A – Estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Planejamento.

PROPLAN
Pró-Reitoria de Planejamento



UNEB

Estrutura Administrativa da PROPLAN

1. Gabinete da Pró-Reitoria:

- a. Recepção;
- b. Gabinete;
- c. Secretaria;
- d. Protocolo;

2. Gerência de Programação e Orçamento:

- a. Gerência;
- b. Subgerência;

3. Gerência de Programas e Projetos Especiais:

- a. Gerência;
- b. Subgerência;

4. Gerência de Planejamento:

- a. Gerência;
- b. Subgerência;

5. Gerência de Acompanhamento e Avaliação:

- a. Gerência;
- b. Subgerência;

Marta F. de Almeida Miranda
Marta F. de Almeida Miranda
Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN)
Mat. 58.000.020-5
Port 28/2014 - D.O. E. 03.01.2014

Anexo B – Atividades recorrentes na PROPLAN, relacionadas à Gerência de Programas e Projetos Especiais.

PROPLAN
Pró-Reitoria de Planejamento



UNEB


Atividades da Gerência de Programas e Projetos Especiais:

- A) Elaborar políticas de captação de recursos, focadas em estudos e pesquisas mobilizadoras e com capacidade de irradiação interna e externa de seus resultados.
- B) Elaborar projetos a partir da identificação de oportunidades e fontes alternativas de financiamentos, visando implementar e manter planos, programas e projetos da universidade através das pró-reitorias, departamentos, núcleos, centros e demais setores da Uneb;
- C) Formular diretrizes e políticas, planejar, coordenar e executar as ações de negociação recursos financeiros junto a organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do Estado onde a Uneb possa participar e contribuir;
- D) Promover a compatibilização do planejamento estadual com o planejamento territorial, regional e local, observadas as peculiaridades da configuração multicampi da Uneb;
- E) Propor e elaborar programas voltados à fixação permanente de pessoal qualificado (técnico-administrativo e docentes-pesquisadores) nas diferentes regiões;
- F) Elaborar política de captação de recursos, focada em estudos e pesquisas mobilizadoras e com capacidade de irradiação interna e externa de seus resultados;
- G) Identificar e propor alternativas produtivas, ambientais e culturais para o semi-árido baiano, coordenando e avaliando as ações dos diversos departamentos;
- H) Exercer outras atividades correlatas.

Disponível em: <http://www.uneb.br/proplan/gerencias/>

Marta Rassi F. de Almeida Miranda
Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN)
Mat. 58.000.020-5
Port. 929/2014 - D.O.E. 03.01.2014

**Anexo D – Plano de Trabalho para os projetos a serem apresentados via
Emendas Parlamentares na UNEB.**

 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB	PLANO DE TRABALHO
---	------------------------------

DADOS CADASTRAIS

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente				1.2 CNPJ	
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA				14.485.841/0001-40	
1.3 Endereço: Rua Silveira Martins, 2555 - Cabula					
1.4 Cidade SALVADOR		1.5 UF BA	1.6 CEP 41150000	1.7 Esfera Administrativa ESTADUAL	
1.8 DDD	1.9 Fone	1.10 Fax		1.11 E-mail convenios@listas.uneb.br	
1.12 Conta Corrente	1.13 Banco	1.14 Agência		1.15 Praça de Pagamento	
1.16 Nome do Responsável				1.17 CPF	
1.18 N° RG/Órgão Expedidor	1.19 Cargo	1.20 Função		1.21 Matrícula	
1.22 Endereço Residencial				1.23 CEP	

2. DADOS CADASTRAIS DE OUTROS PARTICIPES

2.1 Órgão/Entidade			2.2 CNPJ		
2.3 Endereço				2.4 Esfera Administrativa	
2.5 Nome do Responsável				2.6 CPF	
2.7 N° RG/Órgão Expedidor	2.8 Cargo	2.9 Função	2.10 DDD	2.11 Telefone:	
2.12 Endereço Residencial				2.13 CEP	

Formulário elaborado conforme Instrução Normativa nº 001/1997/STN/MF e as suas alterações.


UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
**PLANO DE
TRABALHO**
(Continuação)

ANEXO 2 – ELABORAÇÃO DO PROJETO
2. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

2.1 Título do Projeto	2.2 Período de Execução	
	2.2.1 Início	2.2.2 Término
2.3 Objeto do Projeto		
2.4 Justificativa da Proposição		

Formulário elaborado conforme Instrução Normativa nº 001/1997/STN/MF e as suas alterações.



**PLANO DE
TRABALHO**
(Continuação)

ANEXO 3 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3. EXECUÇÃO (Meta, Etapa, Fase, Especificação, Indicador Físico e Período de Execução)

3.1 Meta	3.2 Etapa	3.3 Especificação	3.4 Indicador Físico		3.5 Período de Execução	
			3.4.1 Unid.de Medida	3.4.2 Qtde	3.5.1 Início	3.5.2 Término

4. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA				
4.1 Código da Despesa*	4.2 Especificação	4.3 Concedente	4.4 Proponente	4.5 Total
Total Geral				

- Classificação da despesa quanto à sua natureza.

Formulário elaborado conforme Instrução Normativa nº 001/1997/STN/MF e as suas alterações.


UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
**PLANO DE
TRABALHO**
(Continuação)

ANEXO 5 - Cronograma de Desembolso
5.1. Valores do Concedente (R\$ 1.00)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
-	-	-	-	-	-	-
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	-	-	-	-	-	-

5.2. Valores do Proponente – Contrapartida (R\$ 1.00)

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
-	-	-	-	-	-	-
Meta	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
-	-	-	-	-	-	-

Formulário elaborado conforme Instrução Normativa nº 001/1997/STN/MF e as suas alterações.


UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
**PLANO DE
TRABALHO**
(Continuação)

6.1 – Declaração do Proponente

Na qualidade de representante legal, declaro para fins de prova junto ao Ministério da Educação para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Direta e Indireta, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho, sob as penas do artigo 299 do Código Penal.

_____, ____ / ____ / 2014
Local e Data

Proponente

7 – Declaração do Concedente

Aprovo, na qualidade de ordenador de despesa do Ministério da Educação, a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho, conforme o disposto nos artigos 16 e 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do presente exercício.

_____, ____ / ____ / 2014
Local e Data

Concedente

Formulário elaborado conforme Instrução Normativa nº 001/1997/STN/MF e as suas alterações.

Anexo E – Planilha de Cotação de Preço – Aquisição de Bens ou Serviços a serem apresentados via Emendas Parlamentares.



Planilha de Cotação de Preço – Aquisição de Bens ou Serviços

Anexo – Planilha de Cotação de Preço – Aquisição de Bens ou Serviços

Item	Descrição	Qtd	Un.	Valores unitários					Média dos valores	Total
				Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Empresa 05		
1.										
2.										
3.										
4.										
5.										
6.										
7.										
8.										
TOTAL										

Justificativa

1.